

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IVY CAMPISTA CAMPANHA DE ARAUJO

TORNAR-SE FILHO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS
ADOTADAS TARDIAMENTE

VITÓRIA

2017

IVY CAMPISTA CAMPANHA DE ARAUJO

**TORNAR-SE FILHO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS
ADOTADAS TARDIAMENTE**

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, orientado pela profa. Dra. Célia Regina Rangel Nascimento, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Vitória

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

A663t Araujo, Ivy Campista Campanha de, 1977-
Tomar-se filho na perspectiva de crianças adotadas
tardiamente / Ivy Campista Campanha de Araujo. – 2017.
191 f. : il.

Orientador: Célia Regina Rangel Nascimento.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Adoção tardia. 2. Família. 3. Crianças. 4. Paternidade. I.
Nascimento, Célia Regina Rangel. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9

IVY CAMPISTA CAMPANHA DE ARAUJO

**TORNAR-SE FILHO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS
ADOTADAS TARDIAMENTE - UFES.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 29 de Agosto de 2017, por:

Prof^a. Dr^a. Célia Regina Rangel Nascimento - Orientadora, UFES.

Prof^a. Dr^a. Rebeca Valadão Bussinger, UFES.

Prof. Dr. Fábio Scorsolin-Comin, UFTM, MG.

Dedicatória

**Ao Ricardo, Heitor e Sofia com os quais construí
uma família na qual me sinto sempre acolhida e feliz,
são meu porto seguro, para o qual sempre
sinto vontade de retornar ao fim do dia.**

Agradecimentos

Agradecer é reconhecer que nossas conquistas ocorrem porque não estamos sozinhos no mundo, pois Deus coloca em nossos caminhos pessoas para nos apoiar e nos amar. Assim, agradeço à algumas pessoas citadas aqui não por terem contribuído especificamente com a construção desse texto e sim por terem contribuído com a construção do meu ser. Graças a elas, pude me tornar uma pessoa que, mesmo diante de erros e acertos, esmera-se por compreender como nossa forma de ser e estar nesse mundo, permeado por tantas violações, preconceitos e desigualdades, pode contribuir para aumentar a visibilidade de pessoas esquecidas por nossa organização social.

Meu primeiro agradecimento é direcionado a Deus, que sempre abençoou minha vida e, mesmo nos momentos difíceis, me apontou caminhos, guiou meus passos. É a fé, numa força que existe além desse mundo, o que nos ajuda a superar os desafios que a vida nos apresenta.

Endereço uma gratidão incomensurável aos meus filhos, que suportaram compreensivamente minhas ausências e que, pelo simples fato de existirem, em cada dia da minha vida, iluminam meus caminhos, alegam meus dias e me fazem acreditar que tudo é possível. Heitor e Sofia, ser mãe de vocês é uma doce aventura na qual me comprazo e aprendo todos os dias. Devo um sentimento de gratidão especial ao meu marido com quem sempre pude contar, nos meus melhores e piores momentos, dos últimos quatorze anos de uma vida compartilhada. Meu sincero agradecimento a você, que, com seu brilhantismo acadêmico, nunca ofuscou meus primeiros passos como pesquisadora, pelo contrário, sempre apoiou meus sonhos, me incentivou e acreditou em mim. Ricardo, Heitor e Sofia, o amor e apoio de vocês fizeram nascer em mim os mais nobres sentimentos e me ajudaram a completar essa jornada.

Agradeço também aos meus pais, Cleber e Ivane, que de um jeito sereno e intenso sempre transmitiram, com gestos e palavras, a ideia de que eu podia voar, mas tinha raízes, tinha suporte e tinha um ninho no qual eu sempre encontraria acolhida. Talvez não seja

coincidência, que todos os filhos tenham escolhido profissões na área do cuidar: uma psicóloga, dois médicos. Creio que as histórias, os ensinamentos e os exemplos, nos ensinaram a nos importar com o mundo que nos cerca.

Não tem como não agradecer a minha avó paterna, Maria, que sempre aqueceu meu coração de criança nas férias de verão, com histórias doces, com broas quentes e com um chamego que sempre curou qualquer tristeza, a você vovó meu eterno amor indelével. Meus irmãos também são donos de parte do meu coração, por toda a cumplicidade vivenciada nas aventuras pueris, com quem sempre pude dividir meus momentos tristes e felizes, nunca serei inteiramente feliz sem que eles morem perto de mim. Meu irmão Hugo que se aventurou com sua família a residir novamente em Vitória só para estar perto de nós, que está em todas as minhas memórias da infância. Minha irmã Thuani que além de irmã, aceitou ser um pouco minha filhinha, que sempre me amou mais do que mereci, a quem nunca conseguirei retribuir todo amor que me dá sem medidas.

Agradeço à toda minha família, composta por avós, tios, tias, primos, primas, sobrinhos, sobrinhas, cunhado e cunhada, que sempre fizeram questão de me oferecer gestos de amor e bondade, sem os quais eu não seria quem sou. Obrigada especialmente a minha tia Sônia, sempre presente durante toda a minha vida.

À família que ganhei quando me casei, por terem me amado desde o começo. Minha enteada, meus sogros, cunhadas, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, com os quais aprendo muito o dom do amor e do afeto partilhado. Obrigada especialmente a minha sogra, pela presença humana, firme e calorosa em minha vida.

Às queridas amigas de longas datas, que marcaram minha trajetória de vida de diferentes formas, com as quais sempre posso contar para dividir dores e compartilhar risadas, que me amam como sou: Manuela Tristão, Frances Braga, Vânia Corrêa e Silvia Matsumoto.

A minha equipe de trabalho (Daniele, Flávia, Janaína, Karino, Neusyanne, Renata, Thaís e Willer) com quem sempre pude dividir minhas angústias em relação ao exercício profissional no sistema de justiça, amo cada um de vocês por se empenharem para que o ambiente de trabalho seja um lugar de afetos e de um amor solidário. Isso me ajudou a chegar até aqui.

Aos amigos e amigas inseridos no sistema de justiça que se empenham na construção de uma atuação ética junto às pessoas atendidas pelo judiciário, pessoas com as quais aprendi e aprendo todos os dias. Especialmente aos amigos que compartilharam comigo a gestão do Fórum de Assistente Social e Psicólogos, guardo cada um de vocês no meu coração. Um beijo especial no coração da Maria Augusta Desteffani e Walter Salles por sempre me apoiarem além do que mereço.

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, pois apesar dos psicólogos encontrarem muitos desafios no exercício profissional numa instituição que ainda vem buscando maneiras de se colocar diante da sociedade de forma mais horizontal, atuar na esfera da justiça é uma questão de desejo. Assim, desejei e escolhi dedicar uma parte importante do meu tempo ao TJES, e às pessoas atendidas por ele, porque acredito que nossa atuação pode trazer esperança aos dramas vivenciados pelas pessoas que atendemos/acolhemos diariamente.

No que se refere à comunidade acadêmica, endereço minha profunda gratidão à professora Célia Nascimento, que durante toda minha trajetória no mestrado não só me apontou caminhos como algumas vezes me levou pela mão, com a paciência e a firmeza que todo Mestre deveria ter. Vir de um percurso tomado por uma imersão psicanalítica e produzir uma escrita a partir de outra lógica teórica não foi fácil, devo à professora Célia uma parte importante do êxito de ter conseguido concluir o mestrado.

À Edinete Maria Rosa que, já há dez anos atrás, viu em mim a possibilidade de uma inserção no mundo acadêmico e sempre me incentivou com palavras ternas a iniciar uma formação científica. Meu sincero agradecimento a você professora, que sempre tem palavras de

acolhimento a quem tem sede de aprender um conhecimento que se esmera em diminuir o sofrimento, e aumentar as oportunidades, para os grupos usualmente marginalizados por nossa sociedade contemporânea.

Aos professores convidados para a Banca da Defesa, Fábio Scorsolini-Comin e Rebeca Valadão, muito obrigada pela generosidade expressa nas palavras cuidadosas endereçadas ao meu estudo. As ponderações de vocês colaboraram para que a Defesa fosse um momento de reflexão e aprendizado, não só para mim, mas para todos os presentes que tiveram o privilégio de ouvir os apontamentos feitos por vocês com tanto zelo e respeito. Esse dia foi um momento indelével, levarei impresso no meu coração todas as emoções vivenciadas a partir das considerações de vocês e da professora Célia.

Aos professores e professoras do Programa do PPGP que dedicam seu tempo a colaborar com a excelência do pensamento científico e a formar alunos conscientes de seu papel transformador na sociedade. Aos servidores da Universidade, em especial aos que atuam no Prédio Lídio de Souza, pela presteza e disponibilidade em nos auxiliar a resolver problemas de toda ordem.

À Izabella Grippa, que me auxiliou como assistente de pesquisa, sem a qual não teria encontrado tanta abertura junto às crianças estudadas e às parceiras de caminhada acadêmica Daniele Bart Nascimento, Carol Biasutti e Yara Justino, que tanto contribuíram com palavras de amizade e incentivo, quando eu pensei que não conseguiria terminar essa caminhada.

Ao Necriad e a todos colegas que dedicam parte de seu tempo para aprender mais sobre conceitos e práticas que nos potencializam para sermos psicólogos mais humanos, mais dedicados a causas, muitas vezes, esquecidas dentro da própria Psicologia.

Aos meus alunos, que mantendo um olhar de interesse e de amor pelo conhecimento, sempre me incentivaram a aprender, a buscar formas de transmissão do saber de modo claro e apaixonado.

Um agradecimento especial a todos os membros da família que abriram as portas de sua casa e de sua intimidade para revelar um pouco de sua história, suas alegrias e preocupações, nessa linda jornada que a adoção apresenta a quem escolhe construir uma família por essa via, a via do afeto e da aposta no amor compartilhado como a base da edificação do vínculo.

Sinto que devo um agradecimento especial a todos os pequeninos que passaram pela minha vida e que despertaram em mim um encanto pelo modo de ser de uma criança. A convivência com crianças na vida pessoal, na clínica e na justiça, me ensinou que precisamos respeitar a criança interior (a que vive em nós, apesar de termos crescido), para que possamos compreender e valorizar a maneira como uma criança expressa suas fantasias, alegrias, brincadeiras, seus receios, sonhos e anseios.

Resumo

Araujo, I. C. C. (2017). *Tornar-se filho na perspectiva de crianças adotadas tardiamente*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

Apesar da importância da reciprocidade na construção da vinculação entre pais e filhos, a adoção tardia ainda é realizada no Brasil priorizando o discurso do adulto, de forma que os sentimentos e desejos da criança geralmente ficam em segundo plano num processo adotivo. Além do exposto, verifica-se que a prevalente busca por adoção de crianças de tenra idade revela receios dos postulantes em adotar crianças maiores, sendo um dos argumentos o fato de que a criança maior já viveu uma história com sua família pregressa e que essa vivência poderia dificultar a vinculação na nova família. Diante dessas considerações, o trabalho aqui apresentado teve como objetivo investigar aspectos facilitadores e desafiadores no estabelecimento da filiação em uma família que realizou uma adoção tardia, privilegiando a perspectiva das crianças sobre a interação com a nova família. A pesquisa elegeu como participantes uma família composta por um casal, um homem e uma mulher, na faixa etária dos 40 anos, que realizou uma adoção tardia de um grupo composto por quatro irmãos. Participaram da pesquisa o casal e as três crianças mais velhas, que tinham idades de cinco, oito e dez anos. Como procedimentos de coleta de dados foram realizados seis encontros na casa da família, momentos nos quais foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados, elaboração do genograma e observação ao longo dos procedimentos com registro em diário de campo. Verificou-se que, apesar dos pais terem descrito desafios ao longo da adaptação, como reorganização da rotina familiar e conjugal, insatisfações com as divisões de tarefas do casal por parte da mãe, necessidade de maior investimento nas duas crianças mais velhas em relação à aprendizagem escolar e atendimento às demandas de quatro crianças de uma vez, estes não se

converteram em dificuldades no estabelecimento da filiação. As intervenções realizadas revelaram que a adoção era recíproca e estava em curso, constatando-se que tanto as crianças quanto os pais estavam vivenciando as emoções de um vínculo filial/parental. As crianças relataram cenas cotidianas que ilustravam o sentimento de que se sentiam cuidadas, corrigidas e amparadas pelos pais, destacando maior convivência no dia a dia com a mãe. Os processos proximais com objetos e símbolos, presentes no microssistema familiar das três crianças, também favoreceram o desenvolvimento do seu sentimento de pertencimento e filiação na família, pois tanto chamaram a atenção para o seu lugar nesse novo ambiente quanto explicitaram a preocupação e o afeto dos membros da família para com elas. Conclui-se que a pesquisa possibilitou a ampliação de informações a respeito da adoção tardia, contribuindo para o conhecimento sobre o tema. Destacou-se ainda que políticas de acompanhamento pós-adoção poderiam auxiliar a vivência dos desafios apresentados por famílias que realizam a adoção tardia, especialmente no caso de adoção de grupos de irmãos.

Palavras-chave: Adoção tardia; família; crianças; filiação.

Abstract

Araujo, I. C. C. (2017). *Becoming son/daughter in the perspective of children from late adoptions*. Master's degree dissertation. Post-graduation program in Psychology, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

In spite of the importance of reciprocity in the creation of a bond between parents and their respective children, late adoption goes on with the prioritization of the adult's discourse in Brazil; in a way that the feelings and the wants of the infant are usually put on the background of the adoption process. Besides what is hereby stated, it is noticeable that the ongoing search for adoption of tender-aged children reveals the petitioners' apprehensions on adopting older children. One of the arguments to defend these concerns is the fact that bigger children carry a history from their previous family, and that this experience could hinder the bonding process in the new family. Facing these considerations, this presented work has as an objective the investigation of facilitating and challenging aspects on the filial process constitution in a family that resorted to a late adoption, privileging the children's perspective on the new family interaction. The family elected by this research is compound by a couple, a man and a woman at the age group of forty years old, who took part of the late adoption process of a group of four siblings. The three oldest children, of ages five, eight and ten, were involved in the research along with the couple. Six meetings took place in the family's house in the aims of data collection; these moments relied on interviews with semi-structured scripts, genogram elaboration and observation throughout procedures along with the registration on the field journal. Parents have described challenges on the adaptation process: family and marital routine reorganization, dissatisfactions with couple's tasks division on the mother's side, need to make bigger investments on the two oldest children when it comes to school learning and meeting the demands of the four children at once. However, none of these comes across as a difficulty on

the process of becoming a son/daughter. The executed interventions reveal that the adoption was mutual and ongoing, being that both the children and the parents were experiencing the emotions of a parental/filial bond. The children mentioned daily scenes illustrating the feeling of being taken care of, corrected and supported by the parents, highlighting more familiarity towards the mother. The proximal processes using objects and symbols, all present on the three children's familiar microsystem, also favored the development of their feeling of belonging and filiation to the family, for they both called the attention for their place in this new environment and reinforced the preoccupation and the affection towards them and from the members of the family. It is possible to reckon that the research brings the expansion of information on late adoption, contributing for the knowledge about the topic. In addition, it was made clear that the policies of post-adoption monitoring could help the experience of challenges presented by families that resort to late adoption, especially in the case of those who adopt a group of siblings.

Keywords: late adoption; family; children; filiation.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 18 |
| 1. Introdução..... | 21 |
| A importância da convivência familiar no desenvolvimento | 21 |
| Contextualização da adoção tardia | 30 |
| Adoção de fratrias | 39 |
| A construção do projeto adotivo numa via de mão dupla | 44 |
| Filiação e os Processos Proximais | 51 |
| A criança como sujeito de pesquisa | 60 |
| Objetivo geral | 63 |
| Objetivos Específicos..... | 63 |
| Justificativa..... | 63 |
| 2. Método | 65 |
| Delineamento da pesquisa..... | 65 |
| Participantes | 66 |
| Instrumentos | 68 |
| Procedimentos de coleta dos dados | 70 |
| Aspectos éticos e papel do pesquisador | 74 |
| Análise dos dados | 75 |
| 3. Resultados | 77 |
| Resultados Bloco I..... | 77 |
| Perspectiva dos pais: construção do projeto adotivo | 77 |
| Vivência da parentalidade | 84 |
| Desafios em relação ao processo adotivo..... | 86 |
| Resultados Bloco 2 | 89 |
| LARA (12 anos) | 90 |
| Percepção acerca da adoção | 90 |
| Aproximação inicial..... | 90 |
| Interação com objetos e símbolos | 93 |
| Processos proximais com os irmãos | 94 |

| | |
|---|------------|
| Processos proximais com os pais..... | 95 |
| Características que contribuíram para a vinculação | 99 |
| Desafios..... | 101 |
| Dados do genograma..... | 102 |
| GUSTAVO (8 anos) | 103 |
| Percepção acerca da adoção | 103 |
| Aproximação inicial..... | 103 |
| Interação com objetos e símbolos..... | 104 |
| Processos proximais com os irmãos | 105 |
| Processos proximais com os pais..... | 106 |
| Características que contribuíram para a vinculação | 109 |
| Desafios..... | 111 |
| Dados do Genograma..... | 111 |
| LUCAS (5 anos) | 113 |
| Percepção acerca da adoção | 113 |
| Aproximação inicial..... | 114 |
| Interação com os objetos e símbolos | 115 |
| Processos proximais com irmãos..... | 116 |
| Processos proximais com os pais..... | 116 |
| Características que contribuíram para a vinculação | 119 |
| Desafios..... | 120 |
| Dados do genograma..... | 121 |
| 4. Discussão | 123 |
| O início do processo de adoção | 123 |
| Interações com objetos e símbolos significativos..... | 129 |
| Processos proximais entre os irmãos | 131 |
| Processos proximais entre as crianças e seus novos pais | 135 |
| Aspectos facilitadores e desafiadores no estabelecimento da filiação..... | 142 |
| Aspectos facilitadores..... | 142 |
| Aspectos desafiadores | 149 |
| Conclusão a respeito da filiação..... | 155 |
| 5. Considerações Finais | 157 |

| | |
|--|------------|
| Referências bibliográficas | 161 |
| APÊNDICE A | 180 |
| Roteiro da Entrevista Semiestruturada com os pais das crianças – Momento 1 | 180 |
| APÊNDICE B | 181 |
| Roteiro de Entrevista com os pais – Momento 2 (individual)..... | 181 |
| APÊNDICE C | 182 |
| Roteiro de Entrevista com as Crianças Adotivas – Momento 1 | 182 |
| APÊNDICE D | 183 |
| Roteiro de Entrevista com as Crianças Adotivas – Momento 2..... | 183 |
| APÊNDICE E | 184 |
| Roteiro de Entrevista com as Crianças– Momento 3..... | 184 |
| APÊNDICE F | 186 |
| Genograma | 186 |
| APÊNDICE G..... | 187 |
| Diretrizes para aplicação do Diário de Campo | 187 |
| APÊNDICE H..... | 188 |
| Termo de consentimento livre e esclarecido | 188 |
| APÊNDICE I | 189 |
| Termo de assentimento livre e esclarecido | 189 |
| APÊNDICE J..... | 190 |
| Submissões | 190 |

Apresentação

A atuação dos psicólogos no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) ocorre em diversas áreas do sistema de justiça. No momento, há equipes psicossociais atuando junto às Centrais de Apoio Multidisciplinar, Varas de Família, Órfãos e Sucessões, Violência Doméstica, Infância e Juventude, Saúde do Trabalhador, Penas e Medidas Alternativas e Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Contudo, foi minha experiência na preparação e execução da habilitação de pretendentes à adoção, na Central de Apoio Multidisciplinar de Cariacica, município do Espírito Santo, o motivador do interesse em estudar a adoção tardia, compreendida como a adoção de crianças com idade superior a dois anos (Vargas, 1998; Weber, 2005; Silva, 2010).

A Central de Apoio Multidisciplinar foi criada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo a partir da Resolução 066/2011 que preconiza sua constituição por profissionais do Serviço Social e da Psicologia. Foram constituídas doze Centrais de Apoio Multidisciplinares no estado, nas seguintes cidades: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Guarapari, Linhares, Colatina, Nova Venécia, São Mateus, Barra de São Francisco, Venda Nova e Cachoeiro de Itapemirim.

A criação das referidas Centrais foi balizada no intuito de que as equipes pudessem atender a população e auxiliar a tomada de decisão, por parte do magistrado, nas Varas de Família, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas de Órfãos e Sucessões. Com exceção da Central de Apoio Multidisciplinar de Vitória e Vila Velha, as demais Centrais de Apoio Multidisciplinares atendem também, no interior do Estado, as demandas das Varas da Infância e da Juventude, o que faz com que os profissionais das Centrais que atendem cidades do interior se confrontem com temáticas relativas à adoção.

Considerando que os profissionais das equipes multidisciplinares têm sido provocados a se empenhar a buscar famílias para as crianças, e não crianças para as famílias, têm aumentado entre as equipes as reflexões e debates sobre a importância da adoção tardia como forma de proporcionar à criança uma nova oportunidade de filiação e aos pais a possibilidade de

exercerem, ou ampliarem (para os que já possuem filhos), a parentalidade.

A adoção tardia está entre as chamadas adoções preteridas, definidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-TJES) como aquelas que se distanciam do que é idealizado pela maioria dos pretendentes, como, por exemplo: a própria adoção tardia, adoção de grupo de irmãos, de crianças negras e de crianças ou adolescentes com algum tipo de deficiência ou problema grave de saúde. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA)¹ mostram uma discrepância entre o número de pretendentes à adoção e o número de crianças ou adolescentes disponíveis. Observa-se que, no momento (Julho/2017), há 40.060 pretendentes cadastrados e 7.714 crianças ou adolescentes juridicamente disponíveis para adoção, levantando questionamentos a respeito das adoções preteridas. Levando-se em consideração que a maior dificuldade em relação à adoção não é em relação ao gênero, pois a maioria (63.48%) dos pretendentes é indiferente ao gênero da criança a ser adotada, nem a etnia, pois uma parcela significativa (45.33%) aceita crianças de todas as etnias, a adoção tardia aparece como um grande desafio para as equipes psicossociais do TJES.

Dados coletados na Central de Apoio Multidisciplinar de Cariacica atestam que há uma grande diferença entre o número de casais habilitados e o de crianças disponíveis inseridas em famílias substitutas: foram habilitados quarenta casais, mas apenas quatro adoções foram viabilizadas nesse setor ao longo de cinco anos, fenômeno que está relacionado à ausência de bebês disponíveis para adoção aliada à rigidez do perfil da criança traçado pelos casais habilitados. Assim, neste trabalho, espera-se que uma investigação do ponto de vista da criança adotada tardiamente sobre sua inserção junto à nova família, ressaltando seus pontos positivos, propicie a construção de argumentos favoráveis à adoção de crianças com idade superior ao perfil tradicional. Espera-se também que os resultados da pesquisa possam contribuir para

¹ Lançado em 2008, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) é uma ferramenta digital que auxilia os juizes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos dos processos de adoção em todo o país. Disponível em <http://cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adocao-cna>.

subsidiar a reflexão sobre os desafios da adoção tardia, auxiliando, portanto, a elaboração de estratégias de apoio às crianças e famílias que vivenciam esse processo.

1. Introdução

A importância da convivência familiar no desenvolvimento

Reflexões sobre a adoção tardia estão estreitamente relacionadas às discussões sobre o papel da família no desenvolvimento infantil, uma vez que a temática da adoção remete à ideia preconizada pela lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Brasil, 1990), segundo a qual “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta”, assegurando a convivência familiar e comunitária a todas as crianças ou adolescentes, independentemente da idade.

A Constituição Federal Brasileira (CRFB, Brasil, 1988, art. 226) promulga a família como a base da sociedade e garante, legislativamente, a proteção do estado à entidade familiar, mas deixa em aberto o conceito de família que sustenta sua fundamentação. Tal conceito é problematizado pela antropologia, psicologia, sociologia, pelo direito e outros saberes (Cecílio, Scorsolini-Comin & Santos, 2013; Pereira & Schimanski, 2013; Sarti, 1992; Zarias, 2010), contudo, é importante considerar a respeito de que família está se falando, pois apesar das visíveis transformações nas relações familiares, com novas e múltiplas formas de organização familiar, pesquisas mostram que a idealização do modelo da família nuclear e de seus padrões de relação ainda estão presentes na sociedade e podem nortear a ação de profissionais (Nery, 2010). Pesquisas com equipes que atuam nas instituições de acolhimento, por exemplo, indicam que as narrativas desses profissionais são permeadas por uma idealização de um modelo de família nuclear, que pauta a conduta destes junto às crianças e famílias envolvidas com a instituição de acolhimento (Lauz & Borges, 2013; Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009).

Desse modo, no ensejo da discussão sobre a convivência familiar e comunitária como um direito da criança e adolescente, conforme preconiza a lei, Nery (2010) sinaliza a relevância de que os valores e concepções que norteiam o conceito de família sejam pensados sob a ótica das transformações sociais que perpassam o complexo universo familiar. Pois, a família “vista

como espaço vital no qual toda criança tem o direito de nascer e crescer” pode levar os atores sociais que atuam nas políticas públicas da Infância e Juventude a não questionarem a diversidade de vivências possíveis nesse contexto, e fazer com que ignorem que tais vivências podem trazer tanto experiências positivas quanto negativas (Nery, 2010, p. 190).

As diversidades e transformações na família vêm sendo retratadas na legislação brasileira, embora os legisladores tenham demonstrado dificuldade para acompanhar o intenso redesenho na definição de família, que passou a ter um aspecto multifacetário (Caetano, Martins & Motta, 2016; Frison, 2012; Zarias, 2010). Discutindo esta questão, Frison (2012) e Zarias (2010) destacam que, para o Código Civil (Brasil, 1916), o conceito de família no âmbito jurídico era restrito à entidade familiar composta pelos cônjuges (heterossexuais) e seus filhos, oriundos apenas do casamento civil e gerados biologicamente. A CRFB (Brasil, 1988) expandiu o conceito de família, que antes se circunscruvia ao casamento entre o homem e a mulher e aos seus filhos, reconhecendo como entidade familiar, no artigo 226 (parágrafos 3º e 4º), famílias constituídas por meio da união estável (de casais heterossexuais) e de apenas um dos pais (família monoparental), reconhecendo, assim, outros arranjos e vivências da família presentes na sociedade. Outras modificações, como a igualdade de direitos entre homens e mulheres na família (CRFB, art. 226, parag. 5) e a concessão aos filhos adotivos dos mesmos direitos concedidos aos filhos biológicos (CRFB, art. 227, parag. 6º), também contribuíram para que a família adquirisse um novo sentido no ordenamento jurídico brasileiro.

Desse modo, viu-se que, com o passar do tempo, o casamento civil foi deixando de ser a única via a partir da qual poderia ser formada uma família (Frison, 2012; Souza & Freitas, 2017). Não obstante, apesar desses inegáveis avanços, há outros, como o reconhecimento da união estável homoafetiva e a possibilidade da conversão dessa união em casamento, que ocorreram apenas em 2011 com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiu acompanhar o voto do relator, o ministro Ayres Britto, que afirmou:

Pelo que dou ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme à Constituição para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como “entidade familiar”, entendida esta como sinônimo perfeito de “família”. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

Tal decisão do STF abriu caminho para a publicação da Resolução 175 (CNJ/2013), que vedou a colocação de obstáculos ao o casamento entre pessoas do mesmo sexo, conforme ilustra o artigo 1º da referida resolução ao declarar que “é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo”, ampliando ainda mais a compreensão do conceito de família no âmbito jurídico, contemplando as diferentes configurações familiares existentes, pois tanto no voto do relator quanto na Resolução 175 os legisladores consideraram como entidade familiar, famílias monoparentais e famílias homoafetivas, que até então não se viam legitimadas pelo arcabouço legal que vigorava até esse momento histórico (Faro & Pessanha, 2014).

Desse modo, na discussão sobre a importância da família no desenvolvimento da criança e do adolescente, é essencial considerar atualmente que o conceito de família compreende uma diversidade de possibilidades e contempla o vínculo baseado na afetividade como seu principal constituinte (Faro & Pessanha, 2014; Nery, 2010; Souza & Freitas, 2017). Destarte, independentemente das múltiplas formas com as quais o modelo contemporâneo de família se apresenta, espera-se que esse contexto se constitua como um canal de iniciação, de aprendizado dos afetos e das relações sociais, beneficiando as crianças ou os adolescentes que ocupam a posição de filhos, anulando qualquer diferenciação entre filiação adotiva ou biológica, do ponto de vista legal (Nascimento, Araujo & Biasutti, 2017; Souza & Freitas, 2017).

Frison (2012) salienta que os princípios constitucionais principais, que também envolvem a adoção, são o da proteção integral, de forma a proteger o superior interesse da criança e garantir a convivência familiar. O princípio da proteção integral está presente no artigo 227 da CRFB (Brasil, 1998):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Contudo, embora também destaque a relevância da convivência familiar para a criança ou adolescente, ressaltando a função protetiva da família, Nery (2010) alerta que, isoladamente, a presença de vinculação nesse ambiente não garante o acesso da criança ou adolescente aos direitos fundamentais preconizados pelo ECRID. Verifica-se, dessa forma, que a família pode se tornar fonte de sofrimento, revelando-se, em alguns casos, como um espaço de violações dos direitos da criança e do adolescente (Nery, 2010; Rocha & Moraes, 2011).

Essa realidade tem sido constatada por diferentes estudos. Em pesquisa realizada por Marra e Costa (2017), com 15 famílias que vivenciaram a situação de abuso sexual atendidas pelo Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), revelou-se que 80% dos violadores faziam parte da família, pois eram pais (5), padrastos (3), avô (1) ou irmão (1) da criança violada. O restante dos agressores (20%) foi composto por vizinhos, dentre outras pessoas que, embora não fossem membros da família, circulavam no contexto familiar.

O estudo de Santos e Costa (2011), realizado com quarenta famílias encontrou dados ainda mais preocupantes, pois, nos quarenta casos estudados, foram encontradas quarenta e sete crianças e/ou adolescentes que foram vítimas de violência sexual, tendo sido denunciados quarenta e um agressores, sendo que 100% deles faziam parte da família, sendo que dezessete

eram os pais, dez padrastos, seguidos de outros familiares (9). Isto é, as pessoas que deveriam desempenhar a parentalidade, de forma a zelar por suas crianças, revelaram-se os maiores algozes daqueles que dependiam de sua proteção para um desenvolvimento de acordo com o que preconiza a lei. Tal constatação também foi confirmada por uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em 2011, ao apontar que foram registradas 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de dez anos, sendo que a maior parte das agressões ocorreram na residência da criança (64,5%).

Ao discutirem a violência doméstica contra crianças e adolescentes, Margarido, Próspero e Grillo (2013) ratificam tais dados ao ponderarem que a maioria dos casos de violência contra a criança ocorre principalmente no ambiente intrafamiliar e se expressa na negligência e no abandono, nos abusos sexuais e maus-tratos físicos, psicológicos e econômicos. Tais dados e ponderações chamam a atenção para o fato de que a família pode ser promotora do desenvolvimento da criança e adolescente desde que desempenhe sua função de construir junto a eles relações de afeto, cuidado e proteção (Antunes, 2016; Lauz & Borges, 2013; Santos & Costa, 2011).

Contudo, Dias (2001) pondera que a família é marcada por essa ambivalência, no sentido de que numa mesma família é possível encontrar expressão de afeto e violência, ou de alegria e sofrimento. Entretanto, apesar do reconhecimento de que o espaço familiar é também um possível lugar de violação, tal admissão não deve ser ancorada numa postura de culpabilização das famílias. Afinal, a família não existe de forma isolada no contexto social, assim, quando ela não obtém êxito em sua função protetiva há que se questionar o quanto a família encontra amparo em outros espaços de convivência e na gestão de políticas públicas para que se sinta fortalecida nesse papel, como pondera Botarelli (2011). O autor ressalta que há uma série de medidas legais que “implicam a instituição familiar na proteção integral das crianças e adolescentes” (Botarelli, 2011, p.85), mas ressalta que o avanço legislativo não se

concretizou, pois, a gestão de políticas públicas não possibilitou a efetivação dos marcos legais que delegam à família a missão de proteger e cuidar das crianças e adolescentes. No contexto da adoção, essa discussão é muito relevante, uma vez que a maior parte das crianças que sofrem a destituição do poder familiar e são inseridas numa nova família, advém de famílias de baixa renda e que tais famílias encontram mais dificuldades para acessar uma rede de apoio efetiva (Livramento, Brasil, Charpinel & Rosa, 2012).

Não obstante, sem ignorar tais ponderações e com a consideração de que o essencial ao desenvolvimento infantil é o ambiente de cuidado, proteção e sustentação afetiva, o que pode ocorrer em outras configurações contextuais – como família acolhedora, instituição de acolhimento, rede de apoio sem vínculo consanguíneo que acolhe a criança (vizinhos) – nem sempre remetidas ao que se convencionou chamar de família (Costa & Rossetti-Ferreira, 2009; Fonseca, 2002; Mercer, 2011; Misca & Smith, 2014), prevalece a defesa de que o seio familiar continua figurando como o contexto mais adequado à promoção do desenvolvimento infantil na sociedade atual (ECRIAD, Brasil, 1990; CRFB, Brasil, 1998; Dessen & Polonia, 2007; Sbicigo & Dell’Aglío, 2012; Waylen & Stuart-Brows, 2009).

É esse entendimento que norteia a provisoriedade do acolhimento institucional, no caso em que a criança é retirada da família em função da violação de seus direitos, e também o esforço para inserir a criança em família substituta, no caso de impossibilidade de retorno à família de origem. O ECRIAD (Brasil, 1990), indicando que o acolhimento institucional é provisório e não a moradia definitiva para uma criança ou adolescente, estabelece que:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (art. 101, parágrafo 1º).

Tal provisoriedade é prevista também quando o ECRIAD (Brasil, 1990) determina que “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos” (art. 19, parágrafo 2º), a não ser em situações excepcionais fundamentadas pela autoridade judiciária. Tais artigos explicitam de forma clara e inconfundível a noção de que os esforços das políticas sociais devem ser na direção de garantir à criança a convivência familiar, prioritariamente junto à família biológica e, caso isso não seja possível, junto à família substituta (Lei 12.010, Brasil, 2009).

Nessa perspectiva, pesquisas realizadas no âmbito da psicologia, mesmo reconhecendo que a instituição de acolhimento tem uma função protetiva para as crianças ou adolescentes que tiveram seus direitos violados, atribuem um relevo ainda maior ao direito à convivência familiar, – preconizados pelo ECRIAD (Brasil, 1990) – destacando que o abrigo institucional deve ser temporário e não figurar como a residência definitiva da criança ou adolescente (Abaid, Dell’Aglia & Koller, 2010; Juffer et al., 2011; Nascimento, Lacaz & Travassos, 2010; Oriente & Souza, 2007; Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012). Assim, entende-se que a instituição de acolhimento deve funcionar como um espaço no qual é dada atenção às diferentes necessidades da criança ou adolescente até que seja possibilitada a convivência familiar, por meio da reinserção na família biológica ou inserção em uma nova família (Abaid et al., 2010).

A expectativa de ter o cuidado familiar é constatada no relato de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Oliveira e Próchno (2010), ao escutarem crianças institucionalizadas sobre questões relacionadas às vivências afetivas, concluíram que apesar de falarem de forma positiva do abrigo, os participantes da pesquisa expressaram claramente o desejo de ter uma casa, de ir para um local no qual possam encontrar um pai ou mãe que as acolha com afeto, demonstrando a importância que a vinculação familiar ocupou no discurso das crianças. Tal resultado também foi destacado por Cunha (2008) em seu estudo sobre concepções e expectativas sobre família com crianças abrigadas, pois dentre as vinte e três

crianças pesquisadas, vinte e duas demonstraram que a família ocupava um lugar central para os participantes por ser avaliada como muito importante para a vida e desenvolvimento de qualquer criança.

Guimarães (2010, p. 159), ao investigar as narrativas de crianças que foram adotadas tardiamente, também relatou que todas as crianças participantes da pesquisa demonstraram considerar relevante pertencer a uma família, como ilustra o relato de uma das crianças: “o importante é que eu quero ter uma família de verdade. Isso é importante, que a gente queira ter um pai e uma mãe. Isso para mim é importante”.

Corroborando esses resultados, Santos, Mello, Rosa e Souza (2012, p.70) ao estudarem uma instituição de acolhimento, que na ocasião do estudo abrigava treze crianças na faixa etária entre zero a seis anos de idade, descreveram que as crianças relataram o desejo de estar em família, seja por meio do retorno para suas famílias biológicas, seja por meio da adoção. Ressalta-se que a percepção das pesquisadoras foi de que havia, no abrigo estudado, o estabelecimento de relações afetivas positivas. As autoras analisaram que as crianças também capturam a idealização existente sobre o conceito de família e ressaltaram, portanto, a importância de que os espaços nos quais as crianças são acolhidas possam ponderar junto com elas a função da família “evitando reforçar estereótipos e preconceitos presentes no cotidiano de nossa sociedade”.

Pesquisas que mostram o impacto positivo da convivência familiar no desenvolvimento infantil reforçam o argumento de que a família é o ambiente mais desejável para a promoção do desenvolvimento da criança. Waylen e Stuart-Brows (2009) destacam que a inserção da criança num contexto no qual há suporte parental está relacionada a resultados positivos no desenvolvimento da criança, no que concerne aos aspectos físicos, comportamentais, emocionais e cognitivos.

É também o que indicou o estudo de Palacios, Román e Camacho (2010). Os autores verificaram modificações no desenvolvimento de crianças ao serem inseridas em um contexto familiar após um período de institucionalização, fortalece a percepção de que este contexto pode proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento. A pesquisa investigou, na Espanha, 289 crianças adotadas originalmente em outros seis países, a partir de um programa de adoção internacional, avaliando o desenvolvimento físico e psicológico de crianças três anos após sua inserção na família adotiva. Foram registrados atrasos significativos tanto no que diz respeito ao desenvolvimento físico quanto psicológico no momento da chegada das crianças às novas famílias. Por exemplo, o percentual de crianças que não apresentava atraso em relação ao peso era de 37,3%, em relação à altura era de 38,9% e em relação ao desenvolvimento psicológico era de 38,3%. Transcorridos três anos após a adoção, foram observados consideráveis avanços nas mesmas variáveis medidas inicialmente, pois o percentual de crianças que não apresentavam atraso em relação ao peso subiu para 84,5%, em relação à altura para 75,6% e ao desenvolvimento psicológico para 62,3%.

Os autores discutiram, após a obtenção desses resultados, que embora tenha se verificado que o desenvolvimento infantil foi afetado negativamente por experiências precoces adversas, observou-se também que a inserção numa nova família pôde propiciar melhoras significativas no desenvolvimento físico e psicológico das crianças, demonstrando que a adoção favorece a oferta de uma importante oportunidade para que a criança supere dificuldades anteriores, reafirmando o papel da família nessa reconstrução (Palacios et al., 2010).

Apesar de defender a relevância da adoção como possibilidade de proporcionar às crianças e aos adolescentes institucionalizados a convivência familiar, Guimarães (2015) ressalva que as políticas públicas não devem considerar a adoção como uma salvação da criança. Em consonância com Guimarães (2015), Merçon-Vargas, Rosa e Dell'Aglio (2011) ponderam que, ainda que a adoção se configure como uma medida de proteção à infância, por se apresentar

como uma maneira legítima de garantia de que uma criança em risco social e/ou pessoal possa se desenvolver e conviver em família, não pode ser considerada a solução derradeira para os problemas da infância, conforme destacaram também os estudos de Ghirardi (2009), Gleitman e Savaya (2011) e Rodrigues e Henniguen (2014).

Desse modo, o conceito de adoção nesse estudo não será tomado enquanto “salvação das crianças ou adolescentes” e sim como uma via de mão dupla, que além de proporcionar à criança ou adolescentes, privados da convivência familiar, a possibilidade de construção de novos vínculos familiares, por outro lado, viabiliza que os postulantes à adoção possam exercer a parentalidade (Diniz, Bloris, Alves & Moreiral, 2015; Schetinni, Amazonas & Dias, 2006; Nascimento et al., 2017).

Além do exposto, insta frisar que as palavras criam realidades, portanto, nessa pesquisa optou-se por utilizar o termo “nova família” em vez de “família substituta”, uma vez que se entende que o termo ‘família substituta’ remete à ideia de que a família adotiva substituiria a família biológica, numa espécie de tentativa de apagamento da marca genealógica anterior, o que será melhor problematizado a seguir.

Contextualização da adoção tardia

O tema adoção tardia, ou seja, adoção de crianças com idade superior a dois anos (Vargas, 1998), têm sido amplamente discutido, pesquisado e investigado na Psicologia a partir de diferentes subáreas, seja com um enfoque psicopatológico, desenvolvimental, psicanalítico, dentre outros (Abu-Jamra & Levy, 2006; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Schweiger & O’Brien, 2005). Todavia, esse assunto continuamente suscita discussões e reflexões no sentido de se compreender com mais profundidade as angústias e emoções, os atos e omissões, as rupturas e vinculações, os silêncios e as palavras que circulam, permeiam e invadem a dinâmica relação existente entre a criança adotada “tardiamente” e sua família (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Guimarães, 2010; Moraes & Faleiros, 2015; Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2012;

Vargas, 1998). Entretanto, para que seja possível apreender um recorte dessa complexa relação, é importante refletir sobre o sentido que a expressão “adoção tardia” adquiriu no universo das chamadas “adoções preteridas”.

No que se refere à expressão “adoção tardia”, Diniz et al. (2015, p. 246) afirmam que alguns autores se posicionam contra à utilização desse termo, por alegarem que tal expressão remete à ideia de que a criança teria perdido “o tempo certo para ser colocada em uma nova família, como se ela tivesse perdido também sua capacidade de construir novos vínculos”. Silva (2009) é uma das autoras que faz essa análise. A autora, em sua dissertação, apoia suas reflexões a esse respeito no estudo de Carvalho e Ferreira (2000), que afirmam que a expressão “adoção tardia” deve ser evitada, pois remete à ideia preconceituosa de que, diante de uma criança maior, o tempo ideal de se adotar já passou, sugerindo que seria uma “adoção que não está no tempo em que devia estar” (Silva, 2009, p.10).

No entanto, sem deixar de considerar a pertinência destas reflexões, pode-se considerar também o argumento de que na literatura o termo “adoção tardia” está relacionado ao fato de que tal forma de adoção é marcada pela experiência dos pais ao se vincularem a uma criança ou adolescente que possui vivências familiares anteriores, o que certamente não se configura como impedimento para que novos laços afetivos sejam construídos (Diniz et al., 2015).

Desse modo, embora o adjetivo “tardio” possa ser percebido como algo negativo, ele denota temporalidade, pois deriva do advérbio “tardamente” e faz menção a algo que ocorreu fora do momento idealizado, o que não adquire necessariamente uma conotação negativa. Afinal, a percepção de algo como negativo ou positivo também é singular e não está pautada apenas nas expectativas sociais. Uma gravidez ocorrida tardiamente, por exemplo, não significa inevitavelmente uma gravidez vivenciada de forma negativa, pelo contrário, realizar algo fora do tempo idealizado socialmente pode trazer muita satisfação. Tal exemplo poderia ser estendido a outros sonhos concretizados fora da época consensual, mas que possibilitam

experiências gratificantes para quem os realiza (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Oliveira, 2012).

Portanto, como ainda não há um consenso em relação à nomenclatura, no caso de adoções de crianças ou adolescentes com idade superior a dois anos, optou-se por utilizar a expressão adoção tardia. Considerou-se que este termo atende a uma dupla função: diferente da expressão “adoção de crianças maiores”, que pela utilização da palavra “criança” em seu termo compreende adoção de crianças com até doze anos, o termo “adoção tardia” contempla a defesa de um tipo de adoção que acolhe sob seu guarda-chuva tanto crianças como adolescentes. Além disso, faz alusão à questão temporal, demarcando um tipo de adoção que pressupõe vivências pregressas pela criança ou adolescente, como ponderou Diniz et al. (2015).

No que diz respeito aos desafios que o sistema de justiça vivencia em relação à adoção, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo vem empenhando-se em conseguir inserção familiar para as crianças juridicamente disponíveis para adoção que vivenciam situações preteridas, quais sejam: ter mais de dois anos de idade, possuir grupos de irmãos, ser negra ou portadora de necessidades especiais. No que se refere aos dados locais, no Espírito Santo, há 831 crianças e adolescentes acolhidos nas 112 entidades de acolhimento existentes no Estado, de acordo com dados fornecidos em 2017 pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Espírito Santo (CEJA). Dentre esse número de acolhidos, apenas 146 crianças e adolescentes encontram-se juridicamente disponíveis para serem adotados, ou seja, tiveram a perda do contato com suas famílias pela destituição do poder familiar e ainda não estão vinculadas a uma nova família. A CEJA informou ainda que, atualmente, 862 pretendentes estão habilitados no Espírito Santo, mas, seguindo a lógica nacional, aproximadamente 60% dos pretendentes desejam crianças com até dois anos de idade, ao passo que menos de 5% das crianças juridicamente disponíveis para adoção estão nessa faixa etária.

Ampliando o foco para todo o Brasil, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisa Judiciária (DPJ), ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a idade avançada é o maior empecilho para a adoção, superando variáveis significativas como doenças, gênero e cor da pele. Por exemplo, dos 40.060 postulantes cadastrados no Conselho Nacional de Adoção (CNA), 13.999 (34.5%) dos pretendentes aceitam crianças com algum tipo de problema de saúde, 25.431 (63.48%) aceitam ambos os sexos e 18.159 (45.33%) aceitam crianças de todas as etnias (CNA, 2017).

Com relação à questão da idade, das 40.060 pessoas habilitadas à adoção, 12.978(32.4%) dos pretendentes desejam apenas crianças que tenham de zero a dois anos de idade. Todavia, das 7.714 crianças cadastradas no CNA apenas 651 (8.44%) das crianças juridicamente disponíveis para a adoção se situam nessa faixa etária. Mesmo se a faixa etária for ampliada encontram-se os seguintes dados, 35.624 (88.93%) postulantes aceitam adotar crianças que tenham até seis anos, mas apenas 1.944 possuem essa idade (25.2%), o que provoca um efeito nefasto duplo: as crianças e adolescentes institucionalizados permanecem à espera de uma família e os postulantes permanecem na fila aguardando a criança idealizada (CNA, 2017).

Apesar do CNJ e a lei 12.010 (Brasil, 2009) enfatizarem que o objetivo da adoção é buscar uma família para a criança ou adolescente, “o drama da criança brasileira disponível para adoção é intensificado quando ela não corresponde aos requisitos exigidos por nossa sociedade” (Dias, Silva & Fonseca, 2008, p. 29). Convergindo com tal posicionamento, Mariano e Rossetti-Ferreira (2008, p.17) ressaltam que

Embora a lei atual garanta que as necessidades das crianças devam ser privilegiadas em detrimento às dos adultos, as adoções que vêm ocorrendo são marcadas pelos desejos e expectativas dos últimos – que requerem bebês com outras características almeçadas (saudáveis, brancos, recém-nascidos, entre outras).

Costa e Rossetti-Ferreira (2007) defendem que os postulantes à adoção no Brasil estão fortemente marcados por concepções de maternidade, paternidade e família que privilegiam o modelo biológico de parentalidade e os vínculos consanguíneos, buscando mimetizar essas relações por meio através da adoção.

Ainda que Costa e Campos (2003) afirmem que pouco mais da metade das famílias adotantes do Distrito Federal, nos anos 1998 e 1999, tinham filhos biológicos em comum, “dado que se contrapõe ao senso comum, que aponta a impossibilidade de gerar filhos biológicos como uma das principais motivações para adoção”, um elevado número de estudos avaliou o perfil dos adotantes e motivação para adoção e concluiu que a cultura da adoção no Brasil ainda está marcada pelo desejo de apagar, a partir do ato de adotar uma criança, a marca da infertilidade inscrita na história marital, o que se constitui como um dos fatores que dificulta a concretização de adoções de crianças com idade superior a dois anos (Amin & Menandro, 2007; Denby, Alford & Ayala, 2011; Ebrahim, 2001; Fonseca, 2006; Oishi, 2013; Santos, Raspantini, Silva & Escrivão, 2003; Vargas, 1998). Além dos fatores mencionados, há ainda a crença de que se deve buscar a adoção de crianças pequenas porque é mais fácil educar um bebê (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Santos et al., 2003).

Um dos fatores relatados pelos pretendentes em relação ao seu desejo de adotar bebês refere-se à crença de que o bebê não carrega uma história anterior e que, portanto, a família adotiva não teria que lidar com aspectos pregressos da história de vida da criança (Oishi, 2013). Contrastando tal ideia, Bai (2012), num estudo com crianças coreanas, defende a necessidade de que a família adotiva permita uma integração entre o passado da criança e o presente como algo essencial à promoção do bem-estar da criança e ao seu sentimento de integração, independentemente da idade com a qual a criança foi adotada. Desse modo, para o autor, a inserção de uma criança numa família adotiva envolve dois diferentes sistemas: o nascimento

e a família adotiva, pois, quando um processo adotivo se inicia, a família adotiva não está adotando apenas a criança, mas também sua história familiar pregressa (Bai, 2012).

Pace e Zavattini (2010) reconhecem que crianças adotadas tardiamente podem demonstrar inicialmente um apego inseguro e desorganizado, o que as leva, nesses casos, a exibir comportamentos desafiadores e contraditórios em relação aos seus pais adotivos, desafiando as chances de criarem laços afetivos com seus novos cuidadores. Entretanto, os autores enfatizam que a adoção tardia é capaz de alterar o curso de vida de crianças que foram marcadas por experiências pregressas negativas, possibilitando a criação de novos laços com seus novos cuidadores.

Conforme apontado por Corsaro (2009) e Bronfenbrenner e Morris (2006), a interação de uma criança com as figuras parentais é bidirecional, o que faz com que o padrão de apego da criança à sua família seja pensado numa perspectiva de reciprocidade. Pace e Zavattini (2010), por exemplo, afirmam que crianças adotadas tardiamente cuidadas por mães que oferecem um apego seguro mostram mais segurança na vinculação do que aquelas inseridas junto a mães, adotivas ou não, que mostram apego inseguro.

Não há como ignorar que, ao vivenciar uma adoção tardia, a criança ou adolescente experiencia grandes transições, pois durante o intervalo de tempo ocorrido entre o desligamento da família original e a inserção numa nova família, na maioria das vezes, a criança ou adolescente permanecem em instituições de acolhimento (Peiter, 2011), que acabam por se configurar como mais um espaço no qual a criança constrói vinculações que serão novamente rompidas – nos casos em que o Poder Público encontra êxito em reinserir a criança em seu ambiente familiar de origem ou numa nova família.

White e Wu (2014, p.148) explicitam que seria importante que estudos sobre desenvolvimento infantil analisassem a questão da transição. Ressaltam que as “transições ao longo do ciclo vital causam mudanças no estado biológico, social ou psicológico, especialmente

em crianças expostas a transições não-normativas”, como nos casos de algumas crianças institucionalizadas que, ao longo de sua trajetória de vida, podem ter sofrido graves violações de direitos como abuso, negligência ou maus-tratos. A temática da transição é, destarte, algo muito presente na vivência de uma criança inserida numa família adotiva a partir da adoção tardia. Guimarães (2010) destaca essa temática ponderando que, especialmente no contexto da adoção tardia, é necessário levar em conta as experiências interacionais pregressas da criança, respeitar e acolher as transições pelas quais a criança passou até chegar à nova família.

Pesquisadores têm demonstrado um amplo interesse em compreender como a criança adotada pode se engajar no novo microssistema, demonstrando o uso da Teoria Bioecológica em pesquisas sobre adoção (Misca & Smith, 2014; Schweiger & O’Brien, 2005). Todavia, embora existam inúmeras publicações que articulem pesquisas sobre a adoção com uma lente teórica fundamentada no saber psicológico, estudos que enfocam a perspectiva da criança sobre o processo adotivo são escassos (Guimarães, 2010; Reinoso, Pereda, Dries & Forero, 2013).

Silva (2010) realizou um estudo que visava compreender a experiência da adoção a partir da perspectiva do filho, mas selecionou adolescentes como participantes, e não crianças. Moraes e Faleiros (2015) investigaram a adoção e a “devolução” a partir de instrumentos aplicados aos pais e aos filhos adotivos. O estudo de Guimarães (2010) se destacou, nesse contexto, pois elegeu crianças que vivenciaram a adoção tardia como participantes centrais em uma pesquisa sobre essa temática.

Guimarães (2010) realizou uma pesquisa na qual objetivou conhecer os significados que as crianças construíram sobre seu processo adotivo. Foram selecionadas três crianças que na ocasião da pesquisa tinham sete anos de idade e foram adotadas no contexto da adoção tardia. A pesquisadora realizou seis encontros com cada criança e coletou seus dados a partir de instrumentos lúdicos e verbais, tendo destacado as questões relacionadas à percepção da criança sobre o processo adotivo. Portanto, em sua conclusão deu ênfase aos aspectos relacionados à

falta de espaço para que a criança conversasse sobre o processo adotivo, tanto no abrigo quanto na nova família e o quanto isso provocou ansiedade e sentimentos conflitantes na criança. Ressaltou também que a análise dos dados indicou a relevância da concretização legal e definitiva da adoção e a insegurança que pode surgir, nos filhos e nos pais, caso a efetivação da adoção se alongue, aspecto que também foi pontuado em outros estudos (Costa & Rosetti-Ferreira, 2007; Moraes & Faleiros, 2015).

O medo da “devolução” também esteve presente no relato das crianças pesquisadas por Guimarães (2010), embora tal temática não tenha sido diretamente investigada pela autora. O desempenho escolar foi observado nos relatos das crianças como um elemento de tensão articulado ao medo da “devolução”, pois a pesquisadora avaliou que as crianças demonstraram necessidade de corresponder às expectativas dos pais adotantes para que não fossem “devolvidas”, atitude também enfatizada por Moraes e Faleiros (2015) no que diz respeito aos hábitos alimentares (uma das crianças pesquisadas dizia gostar de verduras por medo de não ser aceita).

A “devolução” é algo que povoa o imaginário da criança e das equipes multiprofissionais que atuam com a temática da adoção tardia e traz à tona o quanto é importante que se discutam os aspectos que podem levar ao insucesso da vinculação (Guimarães, 2010; Moraes & Faleiros, 2015; Vargas, 1998).

O uso do termo “devolução”, no contexto da adoção, aparece no estudo de Levy, Pinho e Faria (2009) entre aspas, o que poderia ser compreendido como um desconforto das pesquisadoras diante desse termo. Tal expressão também foi problematizada por Souza (2012) ao introduzir a ideia de que, nesses casos, ocorre uma desistência da parentalidade por parte dos adultos e não uma “devolução”. Souza (2012) explica que o fenômeno relacionado à desistência da parentalidade no contexto adotivo contempla dois casos distintos. O primeiro, ao qual intitulou “interrupção”, é caracterizado pela desistência da parentalidade durante o estágio de

convivência, ou seja, antes da consolidação jurídica da adoção e o segundo, ao qual chamou de “dissolução”, está relacionado ao momento no qual os pais desistem da parentalidade após a concretização da adoção.

Buscando compreender melhor essa questão, foram encontradas pesquisas que elencaram alguns desafios que podem se apresentar durante a interação familiar com a criança no contexto da adoção tardia e que contribuem também para a compreensão das experiências que podem impactar de forma negativa a construção da filiação (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Levy et al., 2009; Moraes & Faleiros, 2015; Oliveira, Magalhães & Pedroso, 2013).

Costa e Rossetti-Ferreira (2007) investigaram as significações produzidas por um casal ao tornar-se pai/mãe no contexto da adoção tardia e concluíram que se apresentaram como desafios à família pesquisada: (1) a demora na finalização dos ritos judiciais no que tange à efetivação da adoção, (2) o fato de que a transição para a parentalidade na adoção tende a ocorrer de forma mais abrupta, (3) a tendência de que na adoção tardia a criança se posicione no processo interativo de modo mais ativo que um bebê, aceitando, negando e negociando posições que lhe são atribuídas, (4) a existência de uma história de vida anterior às relações estabelecidas com a nova família e (5) a crença de que os vínculos consanguíneos predominam e são mais fortes do que os vínculos construídos pela aliança (casamento e adoção). Ressalta-se que a pesquisa foi iniciada antes da chegada de duas irmãs - que tinham quatro e cinco anos na ocasião - à família adotante e foi finalizada um ano e três meses após a inserção das crianças. Para as autoras, a vinculação e o sentimento de filiação ainda se mostravam em construção, mas não houve desistência da parentalidade.

Buscando entender a desistência da parentalidade no contexto adotivo, Levy et al. (2009) avaliaram dez processos de adoção. As autoras analisaram que os postulantes acreditavam que poderiam “experimentar a criança”. Acrescentaram ainda que em todos os casos verificaram-se “a dificuldade em lidar com o diferente e suportar frustrações, a falta de vínculo, a

incapacidade de conter a agressividade da criança e dar-lhe um sentido” (p.63), mostrando que as desistências se basearam principalmente em expectativas idealizadas sobre as crianças, ressaltando a necessidade de se conhecer melhor essas vivências e desenvolver programas de suporte e acompanhamento dessas famílias.

Adoção de fratrias

O CNA (2017) aponta que atualmente das 7.714 crianças inseridas no cadastro nacional da adoção, 4.657 (60,37%) possuem irmãos. Entretanto, dados sobre os postulantes cadastrados apontam que, dos 40.060 na fila da adoção, 26.688 (66,62%) pretendentes não aceitam adotar grupo de irmãos. O confronto dos dados ilustra que, mais uma vez, semelhante ao ocorrido em relação à questão da idade da criança, há um descompasso entre o que os postulantes desejam e a situação das crianças que estão à espera de uma família. Assim, considerando que a adoção de fratrias encontra resistência similar à resistência em realizar uma adoção tardia, avaliou-se como relevante conhecer um pouco da realidade deste tipo de adoção que, na maior parte das vezes, está relacionada à adoção tardia, uma vez que, comumente, a não ser no caso de gêmeos, nos grupos de irmãos ao menos uma das crianças que compõem a fratria tem idade superior a dois anos.

Do ponto de vista legal, o ECRIAD (Brasil, 1990) destaca a importância de que sejam ensejados esforços para que os irmãos não sejam separados, não só em caso de inserção de crianças e/ou adolescentes em uma nova família (art. 28, parágrafo 4º), mas também no momento do acolhimento institucional (art. 92), valorizando a relação fraterna. O legislador acrescenta ainda que, em caso de excepcional necessidade, se não for possível a adoção do grupo de irmãos, é imperativo “evitar o rompimento dos vínculos fraternais” (ECRIAD, Brasil, 1990, art. 92, parágrafo 4º). As orientações técnicas para o acolhimento de crianças e adolescentes (CONANDA e CNAS – Brasil, 2009), em consonância com o ECRIAD (Brasil,

1990), atribuem relevo à preservação e fortalecimento dos vínculos fraternos, contribuindo, assim, para a preservação de suas histórias de vida e referências familiares.

Confrontando, portanto, os números apresentados pelo CNA com o que preconiza o ECRIAD (Brasil, 1990), muitas vezes as equipes psicossociais que atuam no Poder Judiciário se deparam com um conflito em relação à escolha de caminhos, pois é possível adotar tanto um posicionamento técnico que indique a tentativa de busca por famílias aptas e desejosas por adotar fratrias, como o posicionamento de separar os irmãos e buscar possibilidades individualizadas para cada criança do grupo fraterno. Contudo, a segunda opção não garante a adoção para todos, pois muitas vezes só é encontrada uma família adotante para uma das crianças que compõem o grupo fraterno. A decisão não é fácil, já que a não separação dos irmãos pode significar que todo o grupo resida na instituição de acolhimento até o mais velho atingir a maioridade, momento no qual será inevitavelmente separado.

A importância do vínculo entre irmãos assume especial relevância no contexto de abrigo, pois as crianças se encontram em situação de institucionalização, sofreram rupturas nos vínculos e estão com o sentimento de pertencimento abalado (Gomes & Levy, 2016). Assim, torna-se essencial garantir a convivência entre os irmãos, pois é nesse contexto de fragilidade que os vínculos fraternos mostram sua força, promovendo nos irmãos o potencial de manter a continuidade do grupo familiar, fortalecendo, portanto, o sentimento de pertencimento e atenuando o sentimento de desamparo (Gomes & Levy, 2016).

Almeida (2009, p.37) sai em defesa do laço fraterno ao frisar que “o relacionamento entre irmãos pode ser a relação mais duradoura que uma pessoa tem durante a vida”, o que é corroborado por O’Neill, McAuley e Loughran (2014). Landy e Munro (1998) acrescentam que a relação afetiva entre irmãos comparece como um importante fator de proteção, principalmente para crianças que vivem em instituições de acolhimento, e apontam que crianças e adolescentes nessa situação caracterizam mais positivamente suas relações com irmãos do que com suas

mães. Cunha (2008) também destacou como um importante resultado em sua pesquisa o fato de que as crianças que estavam acolhidas com seus irmãos no abrigo expressaram a relevância do contato com os irmãos e um desejo intenso de não serem separadas. A autora salienta que as razões apontadas por elas se referem essencialmente “às saudades que os irmãos iriam sentir um do outro e à injustiça para com aquele que não fosse adotado” (Cunha, 2008, p.7).

Assim, estudos realizados sobre a temática apontam para a intensidade do desejo dos irmãos em permanecerem juntos (Cunha, 2008; Landy & Munro, 1998), o que dificulta que se pense em estratégias que acarretem a separação de uma criança de sua fratria. Desse modo, nos casos em que há um grupo de irmãos juridicamente disponível para adoção, para a qual não haja família habilitada ou haja família habilitada apenas para um deles, a orientação do sistema de justiça tem sido procurar casais habilitados dentre os postulantes internacionais, que demonstram uma flexibilidade maior do que os postulantes nacionais em adotar fratrias, muitas vezes compostas inclusive por adolescentes (CNJ, 2016).

De acordo com o CNA (2017), há 317 pretendentes internacionais habilitados a adotar no Brasil, sendo que 291 (91,8%) deles aceitam crianças de todas as etnias, 170 (53.63%) aceitam adotar grupos de irmãos, 295 (93.06%) pretendentes são indiferentes em relação à escolha do gênero e apenas 14% aceitam adotar crianças com algum tipo de problema de saúde. Quanto à idade, 1 (0.32%) postulante aceita adotar crianças com até dois anos de idade, de forma que a preferência de 272(85.79%) dos adotantes é por crianças que tenham entre sete e treze anos de idade.

Diante desse perfil, as chances de que as fratrias encontrassem uma maneira de permanecer juntas eram maiores na adoção internacional, conquanto, recentemente o CNJ declarou que com a crise econômica rondando o cenário mundial o número de adoções internacionais vem diminuindo de forma significativa, “nos últimos cinco anos, o número de casais estrangeiros que adotaram crianças brasileiras diminuiu 63,6% – em 2010, foram 316

adoções internacionais, número que foi caindo nos anos seguintes, chegando a 115 no ano de 2015” (CNJ, 2017).

Diante desse cenário, o caminho mais sólido consiste em investir na habilitação para adoção – nacional – como um *locus* de discussão que viabilize uma ampliação do olhar dos postulantes sobre o exercício parental em diferentes contextos, aumentando assim as chances de que grupos de irmãos, que se encontram à espera de uma família, possam ser inseridos num novo contexto de vida, sem ter que sair do país, já que essa porta se estreitou.

O’Neill et al. (2014), ao discorrerem sobre irmãos que são criados separadamente, chamaram a atenção para a vivência conhecida como “perder um irmão para adoção”, experiência que impele a um desejo intenso dos irmãos de se reencontrarem. No referido estudo, foram pesquisadas trinta e três pessoas adultas, que foram adotadas quando eram bebês, com exceção de um participante que foi adotado aos quatro anos de idade, e que tinham irmãos que estavam afastados. Em todos os casos, os participantes foram procurados por seus irmãos biológicos por meio de agências de adoção não-governamentais. A maioria dos participantes (78%) afirmou que ter sido encontrada por seus irmãos representou uma experiência positiva e que, após esse momento de encontro, os irmãos passaram a fazer parte do seu ciclo de relacionamento, demonstrando a força simbólica que a fratria possui.

Desse modo, conjugando o desejo das crianças de serem mantidas juntas à experiência de “perder um irmão para adoção”, as equipes psicossociais que atuam no sistema de justiça se veem diante de uma encruzilhada ao se depararem com a busca de famílias para fratrias. Por um lado, temem que uma separação entre os irmãos possa representar mais uma ruptura na vida da criança e provocar efeitos dolorosos. Por outro lado, há a possibilidade de que todo o grupo tenha que residir indefinidamente na instituição de acolhimento, já que a maioria dos postulantes não apresenta abertura para acolher grupos de irmãos.

Palacios, Sánchez-Sandoval e León (2004), a partir de pesquisas realizadas na Espanha, afirmam que são muitas as crianças que esperam ser adotadas em companhia do irmão. Frisam ainda que irmãos que vivenciam a experiência de institucionalização em conjunto tendem a desenvolver o sentimento de cumplicidade, além de compreensão e proteção mútuas e que, no caso de inserção do grupo de irmãos em uma nova família, pode comparecer o que os autores chamaram de “bloqueio fraterno”. Mas destacam que apesar da adoção de grupo de irmãos convidar os postulantes a refletirem sobre desafios dessa formação familiar, e que quanto maior o grupo de irmãos, mais complexas são suas características (como idade ou necessidades especiais de algum deles), muitos postulantes mostram-se capazes de enfrentar esses desafios, exigências e tensões.

Alguns desses desafios foram apontados no estudo de Hueb e Cecílio (2015) com um casal que adotou um grupo de irmãos composto por dois meninos, que na época da adoção tinham seis e dois anos e seis meses de idade. A pesquisa com o casal foi realizada quando as crianças estavam inseridas na família há um ano e seis meses. Destaca-se que o projeto adotivo era diferente entre o casal, pois apenas o pai desejava uma adoção de fratria. Outro aspecto que mereceu destaque foi a percepção de que havia um vínculo entre os futuros pais e filhos durante os quinze dias de aproximação, momento no qual o casal passou um período de tempo com as crianças, mas tinha que se despedir delas ao levá-las de volta à instituição no período noturno. Assim, durante o processo adotivo, houve uma fase de encantamento dos pais com as crianças, mas após a efetiva inserção das crianças na nova família, o casal passou a se deparar com problemas relacionados à dificuldade das crianças em seguir normas e a dificuldades escolares, principalmente com o filho mais velho, que também expressou comportamentos regressivos, como desejo de mamar e enurese noturna. Sobre a relação entre os irmãos, foi salientado que inicialmente o mais velho encontrou um pouco de dificuldades de se descolar da função de cuidador de seu irmão. A mãe revelou que os irmãos demonstravam comportamentos muito

competitivos, o que se atenuou ao longo do tempo de convivência na nova família. As pesquisadoras avaliaram que os pais foram sensíveis às etapas que as crianças precisaram percorrer até que pudessem se sentir seguras e pertencentes ao novo ambiente familiar e concluíram que o parentesco é construído, e não imposto, e que ocorre por meio do reconhecimento de um vínculo de filiação.

Desse modo, pode-se considerar que, no caso de adoção de fratrias, além de ser especialmente relevante que os recursos físicos e materiais estejam adequados, é importante sobretudo que existam recursos psicológicos, já que dar atenção a várias crianças que são incorporadas à nova família de forma simultânea multiplica a exigência de esforços, adaptação, disponibilidade e atenção às necessidades de cada membro do grupo fraterno, conforme ponderam Palacios et al. (2004). Os autores concluem a análise sobre adoção de grupo de irmãos, analisando que, sem dúvidas, a adoção de fratrias aumenta as exigências endereçadas aos adotantes, mas também aumenta as satisfações. Principalmente a gratificação de ver a própria família se converter de imediato numa família grande, além da satisfação de ver como as personalidades e as relações entre os filhos se transformam, como a felicidade deles aumenta e, ao fazê-lo, aumenta a de seus pais.

A construção do projeto adotivo numa via de mão dupla

Diante dos desafios que a adoção pode apresentar, os cursos preparatórios de adoção comumente enfocam a questão da preparação dos postulantes e tematizam a importância da construção de um projeto adotivo sólido por parte deles (Mendes, 2007; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Preto & Franco, 2013; Sequeira & Stella, 2014). Nessa perspectiva, apresentam-se duas reflexões importantes, a primeira se configura como um questionamento em relação ao que é um projeto adotivo. E a segunda como uma indagação: tal projeto deve ser construído apenas pelos postulantes ou pela criança também?

O ECRIAD (Brasil, 1990) contempla a questão da preparação para adoção numa via de mão dupla ao preconizar a obrigatoriedade da preparação dos pretendentes (art. 50) e da necessidade da preparação da criança ou adolescente em relação à adoção (art. 28, parágrafo 1º), mas esse indicativo legal ainda não é uma realidade garantida a todas as crianças ou adolescentes adotados no contexto brasileiro (Contente, Cavalcante & Silva, 2013; Mendes, 2007). As reflexões sobre a construção do vínculo no contexto adotivo também apontam para a importância da preparação dos pais e das crianças. Contudo, sabe-se que o sistema de justiça foca a habilitação dos casais e não a “habilitação” da criança, no sentido de construir junto com ela o desejo de iniciar uma nova história junto a um novo contexto de vida (Contente et al., 2013; Gomes & Levy, 2016).

Do ponto de vista da habilitação para adoção, no momento, o sistema de justiça tem sob seu controle apenas o que diz respeito à habilitação dos adultos, uma vez que as crianças que estão abrigadas nas instituições de acolhimento ou com famílias acolhedoras estão submetidas às decisões tomadas pelo Poder Executivo e não pelo Poder Judiciário (CNAS, 2009). Dessa forma, a habilitação realizada junto aos adultos segue as etapas preconizadas pelo ECRIAD (Brasil, 1990, art. 197 A, B, C, D e E) o que garante que os postulantes passem por uma preparação e avaliação psicossocial antes de terem seus nomes inseridos na fila de espera por um filho. Mas, de acordo com Contente et al. (2013), a preparação da criança, que deveria ser realizada a partir de uma ação integrada entre atores do poder judiciário e executivo, muitas vezes não ocorre.

Na esfera da atuação das equipes psicossociais nas Varas da Infância, o termo projeto adotivo está relacionado ao projeto parental, ou seja, a um desejo de ter filhos, de exercer a parentalidade por uma forma não biológica. A partir das ponderações de Preto e Franco (2013, p. 2), pode-se acrescentar que a construção de um projeto adotivo envolve amadurecer o desejo de iniciar uma parentalidade por meio da adoção e preparar “o lugar sonhado para o filho na

família e para cada um dos pais” na nova dinâmica familiar. Aliada a essa nova definição de lugares na família, deve haver uma abertura para trabalhar a desconstrução de questões associadas às idealizações feitas pelos pais, além de considerar os aspectos relacionados à legislação (principalmente no que diz respeito aos direitos da criança no contexto da adoção), ao perfil da criança ou adolescente e ao histórico que cada membro da nova família possui.

No entanto, Diniz et al. (2015) enfatizam o cuidado que se deve ter com o termo preparação, pois ele pode envolver um significado oculto, qual seja, postulantes devidamente preparados não encontrariam desafios durante a inserção da criança no novo contexto familiar, e por analogia poderia se concluir a mesma coisa em relação às crianças e adolescentes. Contudo, as autoras alertam que a construção de vínculos entre pais e filhos pode ser marcada por encontros e desencontros que comparecem no jogo de expectativas e realidades que se apresentam nas relações parentais/filiais. Defendem, portanto, que a ideia de uma construção mútua do projeto adotivo é mais adequada do que “preparação dos postulantes”, uma vez que considera tanto os pais quanto os filhos implicados no desejo de iniciar um vínculo, que deve ser permeado por afeto recíproco.

Sobre a perspectiva dos adultos, Cecílio e Scorsolini-Comin (2016) apontam que a parentalidade constitui um momento de especial atenção no ciclo vital, período no qual os futuros pais precisam promover diversos ajustes para a chegada do filho, quer seja biológico ou adotivo. Esses ajustes envolvem tanto aspectos materiais e de rotina como de estruturação do psiquismo e de construção das identidades materna e paterna, justamente pela assunção de novos papéis sociais e familiares. No ensejo dessa discussão, Morelli et al. (2015, p.177) defendem que a construção da parentalidade está referida à capacidade subjetiva dos pais “de construir uma imagem do filho, criarem sonhos e expectativas a seu respeito, atribuindo-lhes características familiares, fatores que interferem na sua constituição como ser, o que ocorre tanto nos casos de filiação biológica como adotiva”.

O nascimento da parentalidade pela via adotiva apresenta, contudo, alguns desafios adicionais aos futuros pais, pois diferente da parentalidade pela via biológica, na adoção os novos pais terão que lidar com aspectos ligados às complexidades judiciais, além de terem que lidar com o fato de que seu novo filho ou filha foi inicialmente filho/filha de outra pessoa, o que pode tornar essa forma de parentalidade mais estressante para os postulantes (Moyer & Goldenberg, 2015).

Diniz et al. (2015), ao discorrerem especificamente sobre a parentalidade adotiva, chamam a atenção para a questão da transição entre o momento em que um casal sem filhos passa a ser pai e mãe por meio da adoção, ponderando que, com a chegada do(s) filho(s) no seio familiar, os postulantes passam a constituir uma família com um número maior de integrantes, impactando as relações familiares, que precisam ser redefinidas a partir da chegada das crianças ou adolescentes, sinalizando para os novos pais a necessidade de realizar mudanças na organização da vida cotidiana.

De acordo com Levy (2005), na adoção monoparental os pais ou mães também vivenciam o desafio de reorganizar sua rotina e sua vida emocional a partir da chegada da criança ou adolescente em suas vidas e, na maior parte das vezes, contam com uma rede de apoio sólida no exercício dos cuidados com seus filhos (Biassutti, 2016; Levy, 2005).

Hamad (2002) destaca ainda que, na esfera da construção do projeto adotivo por um casal, é essencial que cada membro possa ser escutado de forma individualizada, uma vez que cada um é marcado de forma diferente pelo desejo de adotar, incluindo aí expectativas e idealizações. A esse respeito, considerando o casal heterossexual, Hueb e Cecílio (2015) pontuam que, ao longo da construção da parentalidade adotiva, os desejos de homens e mulheres podem ser diferentes ou apresentar desencontros em relação à construção do projeto adotivo. Tal visão foi ratificada pelos estudos de Otuka et al. (2012) ao ponderarem que cada

membro do casal tem sua história particular, seus desejos e fantasias em relação ao filho esperado, que nem sempre são totalmente coincidentes.

Do ponto de vista das crianças, a Lei nº 12.010 (Brasil, 2009, art. 28, parágrafo 5º) alterou a redação do ECRID (Brasil, 1990) e instituiu como obrigatória a preparação gradativa de crianças ou adolescentes que vivem em instituições de acolhimento nos casos de inserção numa nova família por meio da adoção. Considerando o contexto da adoção e seu entorno, as mudanças no marco regulatório refletem um aumento da percepção de que é muito importante ouvir as crianças e adolescentes sobre suas necessidades e receios, no intuito de construir com eles um projeto adotivo gradativo. Pressupõe-se, assim, que a construção da nova família seja marcada pelo amadurecimento de uma escolha não só dos adultos, como também da criança e ou adolescente (Guimarães, 2010; Guimarães, 2015; Hueb & Cecílio, 2015; Oliveira & Próchno, 2010).

Nesse mesmo sentido, Gomes e Levy (2016) realçam que, em se tratando da construção dos laços afetivos por meio da filiação adotiva, é indispensável que haja espaço para edificação de um projeto adotivo tanto por parte dos pais quanto da criança ou adolescente, principalmente nos casos de adoção tardia. Mas em que consistiria a construção do projeto adotivo por parte da criança ou adolescente? Segundo as autoras, deve ser permitido que a criança ou adolescente, para os quais se encontrou uma nova família, desenvolva um processo de ressignificação de sua história de vida. Afinal, como já foi pontuado, essa criança ou adolescente vivenciou outras ligações afetivas, outras dores e alegrias, antes de estar frente a frente com uma nova família.

Mais um indicador da importância de se trabalhar com a criança o projeto adotivo, está relacionado à ponderação de Rosa (2008, p.102) sobre expectativa da criança em relação à nova família, pois “após um tempo vivendo provavelmente em abrigos, a criança idealiza a família adotiva e, quando percebe que nesse novo lar também existem regras e restrições, sente-se traída”. Portanto, a construção do projeto adotivo pela criança ou adolescente está relacionado

à oferta de um espaço de escuta e acolhimento no qual a criança possa externar seus sentimentos, medos e expectativas em relação à nova família.

Além do exposto, partindo do pressuposto de que toda relação afetiva é bidirecional, no caso da construção de uma família pela via adotiva, é essencial que se conceda à criança a oportunidade de ter voz ativa em relação a desejar, ou não, iniciar uma vinculação com uma determinada família, embora o ECRIDAD só conceda esse direito formal às crianças com idade superior a doze anos (Brasil, 1990, art. 45, parágrafo 2). Contente et al. (2013, p. 320) lamentam que, quando o assunto é habilitação para adoção, o sistema de justiça não demonstra com a criança, que está à espera de uma adoção, a mesma atenção que dedica aos postulantes e atribui tal posicionamento ao fato de que “a concepção centrada no bem-estar da criança ao longo da história esteve presente de forma periférica, o que fez com que ocorresse uma sobreposição dos desejos e anseios do adotante sobre os do adotado”.

Como parte da construção do projeto adotivo pela criança ou adolescente, Contente et al. (2013) sugerem que aqueles que aguardam pela adoção possam ser informados sobre características que vão compor sua nova realidade de vida, começando por informações relativas aos aspirantes a pais, passando por informações relativas à casa e ao ambiente comunitário. Enfatizam ainda que deve ser trabalhado com a criança que o objetivo da adoção é garantir o direito universal da criança ou adolescente à convivência familiar.

Atualmente, no sistema de justiça capixaba, estão sendo pensados planos de aproximação gradual, que incluem diversos contatos entre os futuros pais e filhos, em diferentes contextos, até que ambos se sintam à vontade para passar finais de semana juntos no lar que abrigará a família estendida e possam, finalmente, estar juntos de forma definitiva. Esses planos envolvem momentos nos quais a criança possa conhecer um pouco da nova realidade que vivenciará e os pais possam conhecer um pouco da realidade atual da criança. Assim, os postulantes, em processo de aproximação com a criança ou adolescente, seriam incentivados,

com consentimento judicial, a visitarem a escola na qual a criança ou adolescente estuda, o médico habitual da criança, a pracinha na qual costuma brincar. À criança ou adolescente por sua vez, seria possibilitado o conhecimento de sua nova casa, a nova escola (se for o caso), apresentados alguns membros da família extensa e outros aspectos da nova vida que lhe interessassem.

Além do exposto, ressalta-se que o documento redigido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) orienta em seus Princípios que a criança ou adolescente institucionalizado tem direito a não só possuir objetos pessoais, como também a um espaço privado no qual guardá-los. Acrescenta ainda que, nos casos de inserção em uma nova família, deve ser autorizado que a criança ou adolescente leve consigo tais objetos, pois a presença deles no novo ambiente pode minimizar a sensação de estranhamento inicial que pode acometê-la nos primeiros dias de adaptação ao novo contexto familiar.

Além da preparação, da qual devem participar não só os postulantes, como também as crianças ou adolescentes a serem adotados, estudos sobre a temática têm destacado a relevância de programas de acompanhamento pós-adoção, que teriam o intuito de fornecer suporte aos membros da nova família durante a delicada fase de adaptação e construção da parentalidade e filiação (Bicca & Grzybowski, 2014; Hueb & Cecílio, 2015; Cunha, 2014; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Oliveira et al., 2013; Silva, 2009). Não obstante, há uma lacuna nas políticas públicas quanto a esses programas e as famílias adotivas têm buscado um espaço de debate, desabafo, troca de experiências e busca por orientações nos grupos de apoio à adoção, que geralmente são dirigidos por famílias adotantes de forma voluntária, segundo a Associação Nacional dos Grupos de Apoio à adoção (ANGAAD).

Filiação e os Processos Proximais

No caso de uma adoção, seja tardia ou não, a vinculação ocorre num contexto em que os postulantes à adoção serão pais de uma criança ou adolescente que já é/foi filho de alguém (Bai, 2012). Kaës (2010) também destaca esse aspecto da filiação no contexto da adoção ao dizer que os futuros pais são confrontados com um “filho paradoxal”, um filho que ainda está por vir, mas já existe. Eles mesmos, como pais, também são paradoxais, no sentido de que este filho é e ao mesmo tempo não é deles. Então, do ponto de vista da criança a ser adotada, a delicadeza da questão reside no fato de que a criança terá que encontrar uma maneira para que esse aspecto de sua genealogia possa conviver com um novo rearranjo ocorrido em sua história de vida, pois ela agora será filha de outras pessoas. Do ponto de vista dos futuros pais, eles terão também que encontrar uma maneira de ser pai e mãe dessa criança ou adolescente sem demitir os pais biológicos do lugar que ocupam na história de seus filhos.

No caso de adoções de bebês, contrariando o imaginário dos pretendentes, que acreditam que a adoção de um bebê evita que, tanto eles quanto seus filhos, tenham que lidar no futuro com os desafios da criança ter uma outra família (a família biológica), considera-se que o bebê, ao crescer e se deparar com suas marcas pregressas, também terá que fazer esse rearranjo em sua história de vida. Contudo, um ponto que distingue uma adoção de bebês de uma adoção tardia é que, na maioria dos casos, os bebês inseridos numa nova família não tiveram a oportunidade de conviver com os genitores (Cavalcante & Magalhães, 2012). Assim, diferentemente da adoção de um bebê, na adoção tardia serão encontrados crianças ou adolescentes que, muitas vezes, conviveram muitos anos com ao menos um dos genitores ou com alguém da família extensa, pessoas que não farão mais parte da construção de sua nova filiação. Portanto, tal forma de adoção exige um cuidado da nova família, não só em relação à história genealógica, mas também em relação aos vínculos construídos pela criança nos contextos de vida anteriores que, a não ser em casos de adoção de fratrias, não farão mais parte

da vida da criança.

Considerando o exposto, é importante analisar que o simples fato de uma criança estar inserida numa família não faz com que a filiação se constitua automaticamente. É essencial que haja interações significativas que possam impulsioná-la a uma vivência que favoreça processos de desenvolvimento, como a aquisição de habilidades relacionadas à capacidade de resolução de conflitos, controle emocional e expressão dos diferentes sentimentos presentes nas relações humanas (Dessen & Polonia, 2007).

Destarte, o sentimento de filiação, do ponto de vista psicológico, é percebido quando a criança encontra na figura dos pais a referência de cuidado e quando essas figuras parentais atribuem à criança uma inscrição na cadeia geracional, concedendo a ela o lugar de filha (Kaës, 2010). Ao tematizar a questão da filiação, Hurstel (2005, p.15) postula que todo nascimento inscreve “cada um num novo lugar genealógico na sucessão das filiações”, visão defendida também por Lévy-Soussan (2010). Por conseguinte, a filiação ultrapassa o registro civil na medida em que remete-também aos dispositivos sociais, uma vez que, além de inscrever a criança numa genealogia, permite a transmissão de valores culturais e simbólicos a partir das interações familiares (Gavarini, 2008).

Ao discorrer sobre a questão da filiação, Silva e Kemmelmeier (2010, p. 108) salientam que:

É imprescindível que esse filho seja inscrito na história da família, a qual deve prover uma atmosfera que propicie o desenrolar de uma narrativa compartilhada por todos os seus integrantes. A construção coletiva de uma narrativa própria da família favorece a elaboração dos conflitos, de ansiedades e de temores, e, a partir de um novo capítulo, com novos personagens, possibilita a sequência dessa história que não cessa de ser reescrita e vivida.

Levy (2009, p.55) assevera ainda que a filiação “transmite à criança o lugar simbólico

que ocupará em seu parentesco, sendo essencial ao sujeito enquanto suporte de sua identidade, independente da filiação ser por via biológica ou adotiva”. O que também pontua Rosa (2008) ao dizer que os desafios presentes na construção da filiação não são exclusivos do processo de filiação concretizado por meio da adoção, mas nesses casos tal forma de filiação se reveste de configurações especiais. Cita como um exemplo de “desafio especial” a possibilidade de que as crianças queiram procurar os pais biológicos e o quanto as famílias adotivas têm receio de que tal demanda fragilize o laço de filiação.

O registro civil e as modificações ocorridas nele após a concretização da adoção também representam um ponto sensível no contexto da filiação adotiva, pois o ECRID (Brasil, 1990, art. 47) destaca que “o vínculo da adoção se constitui por sentença judicial”, relembrando a influência do aspecto jurídico na construção dessa filiação. Acrescenta-se ainda que, além de na nova certidão constar o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes, o registro original da criança é cancelado. Eliminando, portanto, qualquer possibilidade de que a criança possa ser identificada, por meio de sua certidão de nascimento, como alguém que foi adotado, oferecendo a ela a inserção numa nova linhagem familiar. Tal retificação do registro civil toca ainda numa outra questão, que é o prenome da criança ou adolescente, de forma que, além da alteração do sobrenome da criança, nome dos pais e avós, é possível alterar o prenome dela (Brasil, 1990, Art. 47, parágrafo 5). Neste caso, a criança deve ser escutada por equipe interprofissional e, se tiver mais de doze anos, deve dar seu consentimento.

Silva (2009) enfatiza essa dimensão, ponderando que o nome e o sobrenome representam para a criança, ou adolescente, a possibilidade de ser incluído e reconhecido pela nova família. Contudo, assevera que as solicitações de alteração do prenome, mesmo permitidas por lei, devem ser avaliadas cuidadosamente com o objetivo de se respeitar as peculiaridades da construção subjetiva da criança.

Outra questão destacada pelo ECRIAD (Brasil, 1990), no que tange à filiação adotiva, está relacionada à retificação feita pela Lei 12.010 (Brasil, 2009), que, dentre outras alterações, concedeu ao adotado o direito de acesso à origem biológica, além de “acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar dezoito anos” (Brasil, 1990, artigo 48), garantindo assim que a possibilidade de conhecer sua história genealógica não dependa dos pais adotivos.

Hurstel (1999), por sua vez, ressalta a importância do aspecto social da filiação ao questionar a preponderância da visão biológica sobre o parentesco, enfatizando que a função dos genitores se refere a uma função social. Tal dimensão social é fundamental na construção da filiação pela via adotiva, na medida em que a adoção convoca a família adotiva a uma nova construção dos lugares que cada um ocupa na nova árvore geracional.

Além da reconstrução simbólica da questão genealógica, na formação do sentimento de filiação é essencial que se instale uma reciprocidade nas relações construídas ao longo da interação. Espera-se que um vínculo seja construído e que a criança seja inserida não só no cotidiano familiar, mas na história de sua família, podendo, portanto, construir o sentimento de pertencimento familiar (Levy et al., 2009).

Há ainda uma visão dinâmica de reciprocidade, segundo a qual o desenvolvimento efetivo dos processos proximais não é unidirecional; deve haver influência em ambas as direções, assim, para que uma relação seja considerada interpessoal, a iniciativa não pode vir apenas de um lado, “deve haver um grau de reciprocidade na troca” (Bronfenbrenner, 2006 & Morris, p.798). O fundador da Teoria Bioecológica, portanto, ressalta a importância da bidirecionalidade da interação na construção de relações significativas entre a pessoa em desenvolvimento e outras pessoas presentes no microssistema do qual faz parte. Afirma, assim, que formas de interação duradouras e recíprocas, que se tornam progressivamente mais complexas, ocorridas no ambiente imediato, conhecidas como processos proximais, são as

interações promotoras do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006). De acordo com este texto, os processos proximais exercem um papel central e tem a interação como sua base principal, conforme será melhor detalhado adiante.

A sistematização do conceito dos processos proximais é percebida de forma mais clara quando os autores apresentam duas proposições. Na primeira, Bronfenbrenner e Morris (2006) expõem formalmente o conceito de processos proximais e na segunda apresentam a fonte das forças dinâmicas que influenciam os processos proximais e são influenciadas por eles. A primeira proposição diz que os processos proximais estão relacionados às interações recíprocas que acontecem, de forma progressivamente mais complexa, entre o sujeito e as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato. Essas formas particulares de interação, entendidas como processos proximais, são primordiais ao desenvolvimento e tem que ocorrer regularmente em longos períodos de tempo. Exemplos de situações interacionais nas quais se percebe a ocorrência de padrões duradouros de processos proximais podem ser observados quando um bebê é alimentado ou confortado, em brincadeiras realizadas em grupo ou individualmente, momentos em que alguém aflito é amparado, dentre outros exemplos (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Na segunda proposição, os autores defendem que “a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais”, que afetam o desenvolvimento, variam sistematicamente como uma função conjunta das características da pessoa, do contexto no qual os processos proximais estão ocorrendo, dos resultados em observação, bem como do tempo. Assim, os processos proximais estão inseridos no que Bronfenbrenner (1998) chamou de modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo). De acordo com o autor, o modelo PPCT atua como um agrupamento de conceitos-chave que se inter-relacionam e influenciam o desenvolvimento humano.

No que diz respeito ao conceito pessoa, Bronfenbrenner e Morris (2006) consideraram que três tipos de características pessoais, disposição, recurso e demanda, são tanto produtos

como produtoras do desenvolvimento, afetando os processos proximais ao longo do curso da vida. A disposição envolve características que podem influenciar a pessoa em desenvolvimento a se engajar em efetivos processos proximais ou inibir tal engajamento, como características de introversão ou extroversão. As características de recurso se referem à habilidades, experiências e conhecimentos necessários para o funcionamento eficaz dos processos proximais, como as habilidades para as atividades escolares, que têm sido apontadas como desafios no caso da adoção tardia. As características de demanda são compreendidas como aquelas que convidam ou desencorajam reações do ambiente social na interação com a pessoa em desenvolvimento, podendo estimular ou interromper os processos proximais, por exemplo, a atratividade física, o gênero e a etnia, que podem se configurar como características de demanda, no caso da adoção. Assim, os autores destacam que as características pessoais interagem atuando na força e na direção dos processos proximais.

Bronfenbrenner e Morris (2006) descrevem ainda o contexto, por meio da interação entre quatro sistemas ambientais: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. O microsistema é definido como o ambiente no qual ocorrem tanto as interações face a face quanto as interações com objetos e símbolos. É considerado como o principal contexto de desenvolvimento, embora seja influenciado pelos outros contextos, como o microsistema familiar, foco deste estudo. O mesossistema é compreendido como a interação entre dois ou mais microsistemas. O exossistema, por sua vez se configura como o ambiente no qual a pessoa em desenvolvimento não está diretamente inserida, mas que pode afetar suas interações no microsistema, como o ambiente de trabalho dos pais, ou a família dos amigos (Bronfenbrenner, 1979/2002). Há ainda o macrosistema, que está relacionado à influência dos aspectos culturais nas interações, de modo que as concepções a respeito do que é ser pai e mãe e do que é ter filhos numa sociedade, por exemplo, podem afetar as relações num processo adotivo.

O último componente do modelo é o tempo, que se relaciona às mudanças ou continuidades que se dão ao longo de um período histórico e no curso de vida individual, atingindo várias gerações e a sociedade como um todo (Bronfenbrenner & Morris, 2006). O conceito tempo dimensiona o que ocorre no curso do tempo ontogenético e histórico e é classificado em três níveis: microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se às continuidades ou descontinuidades dos episódios relativos aos processos proximais. O mesotempo é a periodicidade desses episódios através de intervalos amplos como os dias e as semanas. O macrotempo está relacionado à ocorrência de eventos históricos e geracionais que podem influenciar o desenvolvimento durante o ciclo vital.

Tais conceitos não são estanques e influenciam de forma interdependente o desenvolvimento humano. Não obstante, considerando a relevância específica dos processos proximais na construção da vinculação no contexto adotivo e considerando o papel de destaque que eles ocupam na apresentação teórica de Bronfenbrenner, ele foi eleito como o principal componente do modelo para que se possa compreender a questão da interação afetiva na presente pesquisa (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Acrescenta-se ainda que Bronfenbrenner e Morris (2006) destacam que os processos proximais promovem competências quando a pessoa em desenvolvimento demonstra aquisição de novos conhecimentos e habilidades, do ponto de vista intelectual, físico, sócio-emocional ou a combinação dos três.

Não obstante a relevância de todos os componentes do modelo, os processos proximais são considerados por Bronfenbrenner como a força motriz do desenvolvimento humano, por propiciar à pessoa em desenvolvimento vivências relacionadas à importância da presença de uma figura estável, que estimule a relação ao longo do tempo de forma contínua e recíproca (Diniz & Koller, 2010).

Assim, considera-se que filiação não tem como se desenvolver sem a presença do que Bronfenbrenner designou como processos proximais. Pois, não há como um novo membro

familiar (pela via adotiva ou biológica) ser incorporado a esse microsistema sem a presença de interações significativas, marcadas por aspectos como reciprocidade e continuidade. Dessa forma, num processo de construção da filiação a partir da via adotiva, são as interações cotidianas, marcadas pelo desejo da criança em tornar-se filha desses novos pais e pela reciprocidade desse desejo por parte dos novos pais, um ponto de partida essencial para a solidificação dos processos proximais (Schweiger & O'Brien, 2005).

Estudos que focaram os processos de construção de maternidade, paternidade e filiação no contexto da adoção tardia demonstraram que, apesar dos pais e filhos se confrontarem com alguns desafios, a convivência e interação familiar oportunizaram, em muitos casos, que se construísse o sentimento de pertencimento familiar (Bicca & Grzybowski, 2014; Dias et al., 2008; Guimarães, 2010; Moraes & Faleiros, 2015; Vargas, 1998). Seja na filiação adotiva ou biológica, “as chances de sucesso ou fracasso das relações que se estabelecem dependem da capacidade de suporte, de entrega, de trocas afetivas profundas e verdadeiras entre os protagonistas” (Vargas, 1998, p. 153).

Ao pesquisar a integração familiar a partir da adoção tardia, Vargas (1998) selecionou cinco grupos familiares que foram acompanhados ao longo de oito meses. A pesquisadora salientou alguns pontos de similaridade em todos os processos de adaptação entre a criança e a nova família – participantes da referida pesquisa – quais sejam: enfrentamento do preconceito social, necessidade de preparação e acompanhamento específico no processo, esforço da criança para se identificar com as novas figuras parentais, comportamento regressivo, agressividade após o período inicial de encantamento e ritmo de desenvolvimento global da criança acelerado. Concluiu que, com exceção de uma criança (que foi “devolvida” e inserida numa outra família adotiva), nos outros casos que estavam sendo pesquisados, houve a construção da vinculação e sentimento de filiação a partir das interações familiares ao longo do processo adaptativo.

Moraes e Faleiros (2015), no intuito de compreender a vinculação ou a falta dela nas adoções e a desistência da parentalidade, fizeram uma pesquisa com quatro famílias que realizaram adoções tardias. Duas famílias desistiram da parentalidade adotiva e entregaram as crianças novamente ao poder público, nos dois casos, o fato ocorreu após terem transcorridos vários anos da inserção da criança na família (a primeira família desistiu após cinco anos e a segunda após quinze anos). As outras duas famílias estudadas mantiveram seus filhos consigo. A análise dos dados mostrou que em ambas as famílias que devolveram seus filhos compareceram pontos em comum: a motivação para adoção estava centrada unicamente em salvar a criança de um destino funesto e não no desejo de ter um filho, não houve concretização do sentimento de filiação (tanto por parte da criança quanto da mãe), havia uma postura de condenar o passado da criança, faltou preparo para o início da convivência e foi atribuída à criança o insucesso da adoção. Este último aspecto também foi citado por Levy et al. (2009) em uma pesquisa realizada com dez famílias que devolveram seus filhos, na qual se constatou que 100% dos pais atribuíram o insucesso da adoção e a subsequente desistência da parentalidade ao comportamento das crianças ou a problemas de relacionamento gerados por elas.

Já nas famílias que mantiveram seus filhos, os resultados mostraram que, na primeira família desse grupo, o altruísmo foi um aspecto presente, porém estava associado ao sonho de ser pai/mãe pela via adotiva. Na segunda família, havia o desejo profundo de ser mãe. As duas famílias demonstraram muita vinculação aos seus filhos e respeito pela história pregressa deles. Em ambas, a vinculação com irmãos adotivos favoreceu a construção do sentimento de filiação e sentimento de pertencimento da criança à nova família.

A filiação constituída no contexto adotivo faz emergir um confronto face a face com filiações interrompidas, frequentemente de forma abrupta, ao mesmo tempo em que impõe o desafio de se refundar uma nova filiação no tempo e na história de uma família (Trindade-

Salavert, 2010). Diante desse cenário, compreende-se que, embora as crianças também desempenhem um importante papel na construção da vinculação, a responsabilidade de investimento afetivo, acolhimento caloroso e concessão de um lugar na genealogia da família é dos novos pais (Levy et al., 2009). Este é o motivo pelo qual alguns estudos vêm se debruçando na necessidade de que acompanhamentos pré e pós adoção ofereçam um espaço de apoio e reflexão às famílias adotivas (Bicca & Grzybowski, 2014; Hueb & Cecílio, 2015; Cunha, 2014; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Oliveira et al., 2013; Silva, 2009).

A criança como participante nas pesquisas

Corsaro (2005, 2009) é considerado um dos fundadores da Sociologia da Infância porque revolucionou a pesquisa com crianças, ao dizer que seu objetivo não era falar sobre as crianças e sim com as crianças, inaugurando um novo campo de estudo. Tal lente metodológica destacou-se por considerar as crianças como “agentes ativos na construção de suas vidas e nas sociedades em que vivem e participam” (Barbosa, 2009, p. 180). Ao discorrer sobre a maneira como a criança transforma e é transformada pelo ambiente ao seu redor, Corsaro (2005) destacou o conceito de reprodução interpretativa, o que Rossetti-Ferreira e Oliveira (2009) chamaram de “dupla face da cultura da infância”, relacionado à aderência das crianças a seu grupo social e ao caráter inovador da ação da criança, uma vez que elas introduzem e exploram novos significados e novas formas de agir.

Sarmiento (2005) destaca-se pelos seus inúmeros estudos com crianças à luz da Sociologia da Infância e também atribuiu à criança uma importante atuação social, na medida em que defende que a criança transforma e é transformada pela cultura na qual está inserida.

A visão de criança defendida pela Sociologia da Infância vai ao encontro da visão apresentada por Bronfenbrenner, que salienta que desde o início a criança influencia a interação, muitas vezes assumindo um papel de protagonista no relacionamento com suas figuras parentais.

Assim como Corsaro, ele percebe a criança ativa e protagonista na construção de sua relação com o contexto, pessoas e símbolos que a cercam (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Martins Filho & Barbosa, 2010; Sarmiento, 2005; Soares, Sarmiento & Tomas, 2005).

Dessen e Ramos (2010), ao discutir a concepção de crianças pré-escolares sobre suas famílias, ponderam que, embora as definições científicas sejam importantes para nortear estudos sobre a família, a perspectiva de seus próprios membros torna-se requisito para a compreensão da dinâmica familiar, pois compreender o que as pessoas pensam a respeito do conceito de família representa o primeiro passo para a compreensão das relações familiares. Problematizam ainda que a criança é raramente incluída como participante de estudos que investigam concepção de família. Defendem, portanto, que devido ao fato da criança ser um membro ativo do grupo familiar, é essencial incluí-la como fonte de informações e investigar as suas percepções em pesquisas que tratam sobre temáticas relacionadas à família.

De acordo com Cruz (2008) houve um aumento do interesse por parte da comunidade científica, especialmente na área das ciências humanas, em compreender a perspectiva das crianças sobre vivências relacionadas à infância. Assim, observa-se que houve uma mudança no olhar da comunidade acadêmica, que antes tomava a criança como objeto de estudo, mas, na contemporaneidade, vem concedendo à criança um lugar de protagonista na construção de pesquisas que envolvem a infância, oportunizando que a própria criança possa construir narrativas sobre suas vivências, que fale por si mesma. (Cruz, 2008; Guimarães, 2010).

No contexto de pesquisas realizadas com as crianças, Mendes e Sani (2015) afirmam que ao longo dos últimos anos, aumentou a utilização da análise das narrativas como forma de conhecer as representações das crianças sobre sua dinâmica familiar, o que torna essa forma de expressão especialmente importante em pesquisas que escutam crianças que foram adotadas, por valorizar a voz da criança e sua percepção sobre sua inserção na nova família.

Desse modo, no contexto da adoção, mostra-se especialmente importante a eleição da criança como participante de uma pesquisa sobre a adoção tardia, já que, historicamente a percepção da criança sobre assuntos interligados a sua adoção durante a construção do projeto adotivo fica em segundo plano no cenário jurídico (Contente et al., 2013; Gomes & Levy, 2016).

Pesquisas que falem com as crianças e não sobre elas permitem ao pesquisador qualificar o modo especial como uma criança se expressa, tomando-as como participantes plenos na construção do conhecimento sobre aspectos específicos ligados à infância. O foco dessa modalidade de pesquisa “visa a conhecer as crianças a partir delas mesmas, ou seja, efetuar um exercício de observação, percepção, penetração, participação e interação no aqui e agora delas” (Martins Filho & Barbosa, 2010, p.13). O pesquisador terá que, além de ser a testemunha da emergência das narrativas da criança (Lispector, 1998), ceder sua escuta num trabalho que permita, segundo Corsaro (2005), realizar um descolamento do lugar de adulto para um lugar de quem se faça compreender por uma criança, com quem ela poderá falar, trocar e brincar. Escutar crianças, num contexto de interesse científico, significa conversar com elas sobre eventos de sua vida, sempre levando em consideração que a capacidade de compreensão e o interesse da criança estão relacionados aos diferentes momentos do desenvolvimento (Rossetti-Ferreira, 2010).

Mesmo na sociedade contemporânea, que presencia alguns avanços em relação à inscrição da criança no discurso legal, é perceptível que a criança ocupa um lugar de destaque em relação às diretrizes legais, que passaram a pensar as questões jurídicas guiadas pelo princípio de melhor interesse da criança (Lorensi & Szaniawski 2015), o espaço de fala da criança é quase sempre preenchido com o silêncio ou com interpretações dos adultos (Oriente e Silva, 2007).

Desse modo, no contexto da adoção tardia, possibilitar que a criança tenha voz e oferecer a ela uma escuta pode permitir que ela construa uma narrativa sobre sua vinculação à nova família. Tal ato pode também oportunizar que a criança construa narrativas que possibilitem a atribuição de novos significados às transições vivenciadas por ela, até o momento em que iniciou uma nova vinculação ao seu contexto ecológico atual.

Objetivo geral

Investigar aspectos facilitadores e desafiadores do estabelecimento da filiação em uma família que realizou a adoção tardia.

Objetivos Específicos

- a) Conhecer os desafios da convivência e do processo de vinculação na adoção tardia para a família adotiva.
- b) Identificar interações da criança com pessoas, objetos e símbolos significativos no novo contexto ecológico e suas inter-relações com a filiação.
- c) Examinar, na perspectiva dos membros da família, os aspectos facilitadores e os dificultadores no estabelecimento dos Processos Proximais na família adotiva.

Justificativa

Do ponto de vista da relevância científica, esse trabalho se justifica por direcionar o olhar dos pesquisadores de temas relacionados à adoção tardia para a criança enquanto protagonista do processo adotivo, através do enfoque nos processos narrativos das crianças adotadas sobre sua história, favorecendo a construção de metodologias de pesquisa apropriadas à investigação qualitativa da filiação na adoção tardia. Ele também se mostra relevante por tentar apresentar a Teoria Bioecológica do desenvolvimento de Bronfenbrenner como referencial teórico fecundo para o tema investigado e para outros correlatos.

Do ponto de vista social, esse estudo mostra sua importância na medida em que se espera que os resultados da pesquisa possam contribuir para subsidiar reflexões sobre os aspectos facilitadores e desafiadores no estabelecimento da filiação no contexto da adoção tardia, auxiliando assim o processo de habilitação para adoção tanto dos postulantes quanto das crianças, além da possibilidade de fundamentar a elaboração de estratégias de apoio às crianças e famílias que vivenciam a adoção tardia.

2. Método

Delineamento da pesquisa

Trata-se de um estudo realizado sob a perspectiva da pesquisa qualitativa. Pelo fato de o objetivo geral se circunscrever aos sentimentos e percepções da criança e dos pais no novo ambiente familiar, optou-se pelo estudo de caso como estratégia metodológica, por ser considerado um tipo de estudo com um “poder diferenciador” constituído por “sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional” (Yin, 2001, p. 27). O método foi utilizado em pesquisas anteriores sobre adoção (Otuka et al., 2012; Oliveira et al., 2013) e permite que se trabalhe com as crenças e expectativas dos participantes sobre a temática a ser pesquisada. Além disso, se adequa à necessidade de um contato mais prolongado para estabelecimento de um vínculo de confiança com as crianças participantes.

A partir da trajetória delineada por esse projeto, considerou-se possível articular o objetivo de compreender a filiação com a concepção teórica de Bronfenbrenner sobre desenvolvimento infantil, enfatizando principalmente os processos proximais. A teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da área do desenvolvimento, uma vez que Bronfenbrenner apresentou uma visão desenvolvimental que contempla aspectos dinâmicos e multifatoriais (Misca & Smith, 2014). Foi um teórico especialmente preocupado com a transformação social e com a criação de políticas públicas que pudessem atuar de forma a proteger e estimular o desenvolvimento humano (Rosa & Tudge, 2013).

Quanto ao ambiente no qual a coleta de dados foi realizada, considerou-se essencial o apontamento de Bronfenbrenner (1998), feito em diferentes momentos da teoria, que defendeu a importância de que a coleta de dados fosse realizada no ambiente natural. Levando-se em consideração tal diretriz, definiu-se que todas as etapas da pesquisa seriam realizadas na residência dos participantes.

Participantes

O sistema de justiça capixaba considera adoção tardia aquela realizada após os dois anos de idade, contudo, como o propósito desta pesquisa era analisar a forma como a criança percebia suas interações junto à nova família e a construção da filiação, considerou-se importante estudar participantes que pudessem relatar o momento de chegada na família, o que não seria possível caso a criança tivesse sido adotada aos dois anos de idade. Assim, foi utilizado como critério de inclusão que as crianças que participariam do estudo deveriam ter sido adotadas a partir de seis anos, tendo na ocasião da pesquisa entre sete a doze anos, e tendo sido inseridas na família adotiva há aproximadamente um ano.

Com esse critério, foi selecionada uma família que adotou um grupo de irmãos composto por quatro crianças: uma menina de dez anos, um menino de sete anos, um menino de quatro anos e uma menina de um ano de idade. As crianças estavam inseridas na nova família há um ano e três meses e o processo jurídico da adoção ainda estava tramitando, o que significa que na ocasião da pesquisa os pais detinham a guarda provisória de cada uma das crianças.

Ressalta-se que a coleta de dados foi efetivamente realizada com as três crianças mais velhas e os pais adotivos. A mais nova tinha apenas um ano de idade na ocasião da pesquisa, o que impossibilitou que respondesse às questões propostas pelos instrumentos do presente trabalho. Embora o mais novo entre os meninos tivesse apenas cinco anos de idade, idade inferior ao recorte proposto pela pesquisa, foi avaliado que seria relevante realizar uma tentativa de coletar dados com ele, pois observou-se que a criança ficou na expectativa pela sua participação, além de ter demonstrado condições de compreender o significado da adoção e do objetivo da pesquisa.

Os pais entrevistados estavam casados há vinte e dois anos, ambos tinham em torno de quarenta anos de idade, se autodeclararam de etnia branca, exerciam trabalho remunerado e pertenciam à classe média. O pai exercia a profissão de mestre de obras e a mãe era servidora

pública municipal, lotada no cargo de professora da Educação Fundamental I na Rede de Educação Municipal.

As crianças eram irmãs biológicas pelo lado materno. A menina mais velha estava afastada da família biológica e inserida numa família acolhedora há aproximadamente um ano e três meses. Os dois meninos também estavam afastados da família biológica há um ano e três meses, mas foram inseridos, juntos, numa instituição de acolhimento e a menina mais nova estava numa família acolhedora dos dois meses de idade até um ano e meio. De modo que, com exceção dos dois meninos, as quatro crianças não tiveram a oportunidade de conviver entre si após o afastamento da família biológica. A Tabela 1 detalha as características dos membros da família, ressalta-se que os nomes são fictícios.

Tabela 1. Características dos membros da família na ocasião da pesquisa

| | Idade | Etnia | Ocupação | Tempo de convivência |
|----------------|--------------|--------------|---|---|
| Antônio | 42 | Branca | Mestre de obras | Casado há vinte e dois anos |
| Cláudia | 38 | Branca | Professora Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação | Casada há vinte e dois anos |
| Lara | 11 | Parda | Estudante sétimo ano do Ensino Fundamental II | Inserida há um ano e três meses na família. |
| Gustavo | 8 | Negra | Estudante no terceiro ano do Ensino Fundamental I | Inserido há um ano e três meses na família. |
| Lucas | 5 | Parda | Estudante Grupo seis da Educação Infantil | Inserido há um ano e três meses na família. |
| Marina | 2 | Parda | Estudante no Grupo três da Educação Infantil | Inserida há um ano e três meses na família. |

Instrumentos

A escolha da Teoria Bioecológica como matriz para discussão e interpretação dos dados está estreitamente relacionada à definição dos instrumentos, uma vez que Bronfenbrenner e Morris (2006) pontuaram a importância do pesquisador se esmerar em compreender a visão do participante sobre o fenômeno investigado (Rosa & Tudge, 2013). Assim, para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos roteiros de entrevista, para os pais e genograma e diário de campo para registro de observação, para os filhos.

Abaixo consta uma síntese dos roteiros semi-estruturados que guiaram as entrevistas aplicadas aos pais e aos filhos:

- a) Roteiros para entrevistas direcionados aos pais: As entrevistas, realizadas a partir de roteiros semiestruturados, objetivaram construir um registro das narrativas dos membros da família no que diz respeito à percepção da adoção, convivência, rotina, laços afetivos, cuidado parental, sentimento de filiação, pertencimento, dentre outros aspectos. O primeiro roteiro de entrevista foi direcionado aos pais para ser aplicado de forma conjunta. Continha questões relacionadas à motivação para adoção, expectativas em relação à adoção e adaptação das crianças e da família à nova situação (Apêndice A). O segundo roteiro de entrevista também foi direcionado aos pais, mas foi aplicado de forma individual, continha questões que abordavam a percepção dos pais sobre a adaptação de cada um dos filhos ao novo ambiente familiar e a respeito das características presentes nos filhos e nos próprios pais que facilitaram ou dificultaram a interação (Apêndice B).
- b) Roteiros para entrevistas direcionados às crianças: O terceiro roteiro de entrevista foi direcionado às crianças e continha questões que exploraram aspectos relacionados à inserção comunitária da criança (Apêndice C). O quarto roteiro de entrevista aplicado às crianças foi composto por perguntas que contemplavam suas

percepções sobre a adoção, além de questões que visavam conhecer como a criança vivenciou a chegada à família adotiva e seus sentimentos no que tange à filiação nesse novo contexto de vida (Apêndice D). O quinto roteiro de entrevista foi composto por questões relacionadas à convivência familiar e para investigação dos sentimentos de pertencimento da criança (Apêndice E).

O uso do diário de campo objetivou capturar aspectos não-verbais da interação das crianças junto ao novo ambiente familiar e a forma como a criança circulava e manipulava objetos no ambiente. Foi selecionada uma assistente de pesquisa para auxiliar no registro das informações durante todas as intervenções realizadas com os membros da família (Apêndice G). Segundo Meireles, Moreira, Mezzalira e Guzzo (2014, p.719), o diário de campo constitui-se como “um dos instrumentos que contém elementos descritivos e sintéticos, construídos a partir do olhar do psicólogo sobre a dinâmica vivenciada por ele no ambiente natural”, configurando-se, portanto, como um instrumento que pode ser utilizado de forma complementar à realização das entrevistas. Flick (2004) enfatiza a importância do diário de campo ao discorrer sobre a flexibilidade do pesquisador e da pesquisa, considerando a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção de conhecimento, e analisa que tal comunicação é melhor compreendida quando documentada em diários de pesquisa.

O genograma, por sua vez, focou a compreensão da visão da criança sobre as relações e vinculações (Apêndice E). McGoldrick, Gerson e Petry (2008, p. 23) apontam que o uso do genograma favorece a observação da “complexidade do contexto de uma família, incluindo a história, os padrões e os eventos familiares”, que podem ter algum significado para quem está sendo avaliado. Nascimento, Ferreira, Rosa, Nascimento e D'ell Aglio (2016) ratificam tal visão ao afirmarem que o genograma permite ao pesquisador coletar as informações dos participantes e de suas famílias, compreender as relações interpessoais, além de facilitar a identificação de

conflitos familiares e contextualização da história de vida. No que se refere à utilização de instrumentos como o genograma, defende-se que o uso de instrumentos diversificados e que não se apoiam apenas em entrevistas facilitam a entrada no campo e a construção de um ambiente de confiança e descontração com a criança (Guimarães, 2010; Wendt & Crepaldi, 2007).

Procedimentos de coleta dos dados

No intuito de viabilizar o estudo, foi buscada junto ao Poder Judiciário do Espírito Santo autorização para realização da pesquisa junto às Varas de Infância existentes no estado. As equipes das Varas da Infância da Grande Vitória realizam a inserção das crianças e adolescentes nas famílias substitutas e possuem, portanto, informações sobre as adoções tardias realizadas no âmbito de sua região territorial de atuação. A partir da autorização, realizou-se o contato com as equipes com o objetivo de localizar os participantes que preenchiam o critério de inclusão da pesquisa. Com o levantamento realizado, foi feita a seleção da família. Após, foi feito contato telefônico com a família selecionada, momento no qual foram explicitados o objetivo e a metodologia da pesquisa e, a partir da aceitação da família, foi iniciada a coleta de dados.

A pesquisa foi realizada em seis encontros com a família, tendo em vista o objetivo de compreender como se estabeleciam as relações entre seus membros. Considerou-se também que as aproximações graduais auxiliariam as crianças a sentirem-se mais à vontade para falar sobre a convivência familiar.

Nas seis visitas domiciliares à casa das crianças selecionadas, com duração de quatro horas cada uma, foram realizadas quatorze entrevistas, sendo uma entrevista conjunta, com ambos os pais, duas entrevistas individuais com a mãe, duas entrevistas individuais com o pai, além de três entrevistas com cada um dos filhos. Foi também realizada a aplicação do genograma com cada um dos membros familiares, com exceção de Marina (que tinha dois anos de idade), e registradas observações no diário de campo ao longo das seis visitas. Todas as

entrevistas foram gravadas e tiveram seu conteúdo transcrito. Quanto ao diário de campo, as observações foram registradas manualmente em tabelas. As narrativas apresentadas sobre o genograma também foram gravadas e transcritas. Todos os instrumentos foram aplicados na casa da família selecionada. A seguir, será detalhada como ocorreu a coleta de dados em cada encontro.

No primeiro encontro (14/05/2016), após a devida explicação sobre a pesquisa e assinatura dos termos de consentimento, foi aplicada a primeira entrevista com os pais. Com o auxílio de uma assistente de pesquisa, também foi utilizado o diário de campo nesse momento, de forma a perceber como a família demarcou a presença das crianças no ambiente domiciliar e outros aspectos que se mostraram relevantes para o objetivo da pesquisa. A entrevista foi realizada sem a presença das crianças, que permaneceram no pavimento inferior da casa. Nesse momento, os pais foram consultados sobre o local da casa em que poderiam ser realizados os futuros encontros com as crianças, de forma que ficasse garantida a privacidade da comunicação entre a pesquisadora e as crianças.

Durante esse encontro, houve um momento informal com a família, que fez questão que a pesquisadora e assistente de pesquisa participassem de um lanche com toda a família. Nesse momento, foi feita, inclusive, uma apresentação da pesquisa numa linguagem apropriada à compreensão infantil e foi informado às crianças que as pesquisadoras voltariam durante um certo período de tempo, para conhecê-las mais e para saber como estava sendo o dia a dia na casa nova.

No segundo encontro (21/05/2016), realizado na casa da família, foi o primeiro momento de coleta de dados específico junto às crianças. Inicialmente foi explicado a elas o objetivo do estudo e aplicado o termo de assentimento com as crianças. Após a explicação da pesquisa para as três crianças, foi definido junto com elas quem gostaria de ser a primeira a participar. Gustavo foi o primeiro a se manifestar de forma positiva. Lara mostrou um pouco de

ambivalência em relação a participar ou não da pesquisa e por isso solicitou que pudesse assistir um pouco da entrevista de Gustavo. Com o consentimento dele, Lara assistiu parte da realização da entrevista do irmão. Foram aplicadas nesse encontro as entrevistas contidas nos apêndices C e D. Após assistir um pouco da entrevista com o irmão, Lara desejou participar, assim, foram realizadas também as entrevistas contidas nos apêndices C e D com a filha mais velha. Destaca-se que as entrevistas foram aplicadas na varanda externa, longe da presença dos pais. O diário de campo foi também utilizado durante a entrevista e durante os momentos que passamos junto à família nesse dia.

No terceiro encontro (29/05/2016), foi aplicada junto a Gustavo e Lara, individualmente, a entrevista contida no apêndice E.

No quarto encontro (12/06/2016), foram realizadas com Lucas as entrevistas contidas nos apêndices C e D, bem como registradas observações no diário de campo. Não foi possível realizar outras intervenções de pesquisa nesse dia, porque a família tinha um compromisso.

No quinto encontro (19/06/2016), foi aplicada a entrevista contida no apêndice E com Lucas. Também foi aplicado individualmente o genograma com os três irmãos, Lara, Gustavo e Lucas. Nesse mesmo dia, foi aplicada a entrevista contida no apêndice B com a mãe, de forma individual.

No sexto encontro (03/07/2016), foi aplicada individualmente a entrevista contida no apêndice B com o pai. Nesse dia, também foi aplicado o genograma com a mãe e com o pai, de forma individual. A Tabela 2 resume o cronograma de aplicação dos instrumentos em cada visita.

Tabela 2. Apresentação dos instrumentos por encontro com os participantes

| Encontros | Temas | Instrumentos de Pesquisa | Apêndices |
|-----------|--|---|--|
| 1º | Apresentação Aproximação | - Entrevista Semiestruturada com os pais - Diário de campo | Apêndices A e G. |
| 2º | Apresentação Aproximação Tema: Interações/Escola Tema: Adoção | - Entrevista Semiestruturada individual com Lara - Entrevista Semiestruturada individual com Gustavo - Diário de campo | Apêndices C, D e G. |
| 3º | Tema: Convivência familiar | - Entrevista Semiestruturada individual com Lara - Entrevista Semiestruturada individual com Gustavo - Diário de campo | Apêndices E e G. |
| 4º | Apresentação Aproximação Tema: Interações/Escola Tema: Adoção | - Entrevista Semiestruturada individual com Lucas - Diário de campo | Apêndices C, D e G. |
| 5º | Tema: Convivência familiar Tema: Adaptação Tema: Genograma | Entrevista semiestruturada individual com Lucas Entrevista semiestruturada individual com a mãe Genograma com Lara Genograma com Gustavo | Apêndice E Apêndice B Apêndice F |
| 6º | Tema: Adaptação das crianças Tema: Genograma | Entrevista semiestruturada individual com o pai Genograma com a mãe Genograma com o pai | Apêndice B Apêndice F |

Fonte: Instrumentos elaborados para coleta de dados, 2016.

Aspectos éticos e papel do pesquisador

As entrevistas foram elaboradas considerando a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que norteia as pesquisas realizadas nas Ciências Humanas e Sociais, e o Projeto de Pesquisa, que foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo e aprovado sob o número 1.579.323. Todos os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido e foram escolhidos, pela pesquisadora, nomes fictícios com a finalidade de garantir o anonimato aos participantes.

O presente estudo apresentava riscos psicológicos mínimos aos participantes e não foi registrada nenhuma intercorrência nem mal-estar nas crianças, ou em seus familiares, em função da pesquisa, até o momento da conclusão desse estudo. Os benefícios presentes na pesquisa estão relacionados a permitir que as crianças construíssem uma narrativa sobre suas interações com sua nova família e sobre a construção da filiação, no contexto da adoção tardia.

O papel da pesquisadora relacionou-se a viabilizar que as crianças e seus pais se sentissem livres para discorrer sobre sua história de vida e sobre sua inserção no novo contexto ecológico, de modo a gerar um ambiente psicológico de confiança. Contudo, a pesquisadora teve a cautela de não agir de forma sugestiva, nem gerar expectativas nas crianças e nos pais, de forma que eles soubessem que não havia respostas previamente esperadas, nem respostas consideradas corretas ou erradas.

Após a apresentação dos resultados à Banca de Defesa e realização das devidas alterações recomendadas, está prevista uma devolutiva dos resultados aos participantes, conforme sugerem diversos pesquisadores (Nunes, Noronha & Ambiel, 2012; Castro e Silva, Mendes & Nakamura, 2012). Será organizado um encontro no formato de uma roda de conversa com as crianças e suas famílias, para que seja efetivada a devolutiva dos resultados de forma ética e utilizando uma linguagem direcionada às crianças. A proposta é que nesse momento seja construído um espaço de diálogo sobre o significado da pesquisa, especialmente para as

crianças, protagonistas dessa investigação.

Análise dos dados

As informações obtidas na aplicação de cada instrumento foram transcritas e analisadas tendo o objetivo geral como norteador do processo de análise de dados, que foi realizado a partir da Análise Temática como proposta por Braum e Clark (2006). Os autores detalharam os passos dessa modalidade de análise em Psicologia e têm sido indicados como referência para pesquisadores que utilizam a análise temática (Joffe, 2011).

As informações coletadas por todos os instrumentos aplicados foram transcritas e lidas repetidamente, na seguinte ordem: Primeiramente foram analisados os dados expressos pelas entrevistas, seguidamente, os dados expressos pelo Genograma e posteriormente, os dados gerados pelo Diário de Campo.

Os dados obtidos com cada instrumento, após tabulados, foram agrupados para cada membro da família buscando-se identificar significados e padrões comuns em cada conjunto de informações obtidas por cada participante, tendo em vista os objetivos e o referencial teórico de análise do estudo. Posteriormente buscou-se identificar os trechos com características significativas em função dos objetivos e que fossem comuns aos participantes. Inicialmente esse agrupamento foi feito com os dados dos pais e posteriormente com os dados das crianças. A seguir, os resultados obtidos a partir dos dados dos participantes foram agrupados a partir de uma codificação inicial. Finalmente, após novas leituras, foram reorganizados em temas que representavam a história expressa pelos dados obtidos, que respondiam aos objetivos do trabalho.

Braun e Clark (2006) consideram que os temas surgem da percepção que o pesquisador possui sobre os dados, que faz com que ele crie conexões que permitem que tais dados sejam compreendidos, ou seja, o pesquisador tem um papel ativo nesse momento da análise, qual seja: identificar temas, selecionar quais são relevantes para a pesquisa e relatá-los (tabela 3).

Tabela 3. Fases para realização da análise de dados

| Fases | | Detalhamento |
|-------|--------------------------------|---|
| 1. | Familiarização com o dado | Fazer uma transcrição dos dados e uma imersão neles. Tal imersão é obtida a partir de uma leitura repetida e ativa do dado, procurando significados e padrões. |
| 2. | Geração de códigos iniciais | Gerar uma lista inicial de ideias sobre o que está nos dados e o que é interessante sobre eles, por meio de uma codificação inicial dos dados. Os códigos identificam uma característica dos dados que parece interessante ao pesquisador e refere-se ao mais básico segmento ou elemento dos dados brutos que pode ser avaliado de uma forma significativa, tendo o fenômeno investigado como norteador. |
| 3. | Busca de temas | Analisar os códigos e ponderar sobre como códigos diferentes podem se combinar para formar um tema abrangente. Ao final dessa fase haverá uma coleção de ‘temas candidatos’ e sub-temas, e todos os extratos de dados que foram codificados em relação a eles. |
| 4. | Revisão dos temas | Avaliar se os dados dentro dos temas são coerentes e se há distinções claras e identificáveis entre os temas. Construir uma ideia clara sobre o que os diferentes temas são, de como eles se encaixam e da história geral que eles expressam sobre os dados. |
| 5. | Definição e nomeação dos temas | Realizar uma definição e refinamento dos temas elencados, ou seja, identificar a essência de cada tema e determinar aspectos que compõem cada dado capturado no tema. |
| 6. | Redação do relatório | Redigir uma narrativa analítica que seja convincente e ilustre a história que o pesquisador está contando sobre seus dados. Tal narrativa precisa ir além da descrição dos dados e fazer uma argumentação em relação à pesquisa em questão. |

Fonte: Braum e Clark, 2006.

3. Resultados

Histórias relacionadas ao contexto da adoção são sempre peculiares, pois envolvem caminhos que se apresentam de formas diferentes para cada família. A família participante desta pesquisa é formada pelo casal Cláudia e Antônio e por seus quatro filhos adotivos, Lara, de onze anos, Gustavo, de oito anos, Lucas, de cinco anos e Marina, de dois anos de idade. Destaca-se que a apresentação dos resultados está organizada em dois blocos, sendo que, no primeiro bloco, há uma visão geral dos pais sobre o processo adotivo, no qual foram organizados os conteúdos relacionados às expectativas, angústias, alegrias e desafios do processo de adoção e da vivência da parentalidade. No segundo bloco, há uma apresentação dos dados coletados junto às crianças, organizada em categorias, nas quais se verificam aspectos relacionados à percepção do processo adotivo, aproximação inicial, interação com objetos e símbolos, processos proximais com os irmãos, características que contribuíram para a vinculação, processos proximais com os pais, desafios e dados do genograma. Nos seguimentos nos quais considerou-se possível, os dados coletados junto às crianças foram completados com dados coletados junto aos pais, buscando-se destacar os dois pontos de vistas presentes nas interações dos pais com as crianças, tendo em vista a importância da reciprocidade na análise das interações.

Resultados Bloco I

Perspectiva dos pais: construção do projeto adotivo

Cláudio e Antônio iniciaram o processo adotivo após vinte e dois anos de união. Antônio exercia a profissão de mestre de obras e enfatizou que ele mesmo havia construído a casa na qual a família residia no momento da pesquisa. Cláudia era professora da Educação Fundamental I na Rede de Educação Municipal. A família não contatava com uma auxiliar de serviços domésticos e Cláudia era quem se encarregava das tarefas principais da casa. Ela trabalhava no turno vespertino, mesmo turno no qual as crianças estudavam, e Antônio

trabalhava nos dois turnos.

A casa da família era composta por dois pavimentos, sendo que no pavimento inferior havia cozinha, copa, sala de estar, área de serviço, varanda ao redor de toda a casa, banheiro e dois quartos. No pavimento superior havia três quartos, varanda e banheiro. Todos os cômodos da casa eram amplos, ventilados, iluminados, decorados e irradiavam cuidado e zelo. Em outro terreno ao lado da casa localizava-se a oficina de trabalho de Antônio, que abrigava itens relacionados à construção, solda e marcenaria e também funcionava como área de lazer para as crianças, pois nele sobrava uma grande área livre, a céu aberto.

No que se refere à construção do projeto adotivo, foi relatado por Cláudia que transcorridos quinze anos de casamento, ela viu nascer em si o desejo de ser mãe. Contudo, após ambos realizarem uma série de exames médicos e Cláudia se submeter a procedimentos para tratar dois miomas intrauterinos, foi atestada, em 2013, a impossibilidade de que ocorresse uma gravidez sem que recorressem a realização de uma FIV (Fertilização *in Vitro*).

De acordo com relato de Antônio, a descoberta da impossibilidade de ter um filho pela via biológica não foi algo simples: *“A médica falou que ela não poderia engravidar, aí ela me falou por telefone e até ficou chorando e eu me lembro até hoje. Tipo assim, não foi tranquilo para mim, entendeu? Quando ela me ligou assim chorando, mas o resto depois foi tudo tranquilo. Na verdade, no decorrer do tempo a gente foi descobrindo que o problema não era nem com ela. A gente foi fazer exame e o problema era comigo”*.

Cláudia disse que foi um choque descobrir que não poderia engravidar, pois havia uma grande expectativa familiar sobre sua maternidade, tendo salientado de forma emocionada: *“Você não pode engravidar, quando você descobre um troço desse você quer sumir (chorando). A família te cobra o tempo inteiro, as pessoas te cobram, eu venho de uma família grande, sabe aquela coisa “nem para ter filho você serve?”*

A decisão pela adoção, após a revelação de que não poderiam engravidar naturalmente, também foi motivada pelo fato de que Cláudia não recebeu bem a ideia de ter que fazer intervenções médicas (fertilização *in vitro*) para ter um filho biológico: “*não me imaginei em cima de uma cama, aí sim, eu descobri, eu não queria engravidar, eu queria ter filhos*”; “*Eu estava enfrentando os exames, mas a ideia da adoção foi nascendo naquele momento, eu pensava ‘pôxa, e se eu não engravidar, né?’*. *Aí fui descobrindo que eu não tinha desejo de ter barriga, tinha de ser mãe*”.

O casal contou que se habilitou à adoção no mês de maio de dois mil e quatorze, quatro anos após ter pensado inicialmente no assunto. A perda do pai de Cláudia, nesse mesmo ano, foi avaliada como uma circunstância decisiva para que ela reavaliasse sua vida e não se dedicasse somente ao trabalho, finalmente tomando a iniciativa de iniciar os procedimentos formais para ser mãe, pela via adotiva.

Desde o início, habilitaram-se para uma adoção tardia, sendo que o perfil inicial para o qual foram habilitados era para um grupo de crianças composto por até três irmãos, sem definição de etnia, nem gênero. Quanto à idade, inicialmente, Cláudia queria adotar crianças que estivessem na faixa etária dos cinco aos dez anos de idade e Antônio queria na faixa etária que ele intitulou de “*menorzinho, logo que nascesse*”. Após chegarem a um consenso decidiram adotar um grupo de irmãos composto por crianças que tivessem de zero a oito anos de idade. No dia treze de novembro de dois mil e quatorze, estavam devidamente habilitados

Após obter a habilitação, Cláudia realizou uma busca ativa nos grupos de apoio à adoção e encontrou aqueles que seriam seus filhos. Descreveu esse momento dizendo que estava no trabalho dela, utilizando o computador, quando falou para sua colega de trabalho “*ó, achei meus filhos!*”. Contou que durante a conversa com a colega acrescentou “*são esses aqui, a diferença de idade é de três anos de um para outro, então não tem aquela demanda igual, uma diferença boa*”. Contudo, só depois foi informada que eram quatro crianças e não três, como haviam

solicitado. Assim, Cláudia relatou que ligou para o marido e disse: - *“aí meu bem, tem quatro irmãos para mim”* e que ele retrucou, *“mas não eram três?”*. Os dois riram na entrevista ao relembrem esse momento.

Cláudia e Antônio contaram que entraram em contato com a instituição de acolhimento do estado no qual as crianças residiam para obter informações sobre as crianças. O casal pontuou que os profissionais demonstraram resistências em dar informações, o que foi avaliado como receio da equipe de passar informações a desconhecidos e também devido ao fato de que apenas Gustavo e Lucas estavam realmente disponíveis para adoção naquele momento, pois Lara estava numa família acolhedora e Marina estava em outra, informação que só obtiveram durante a reta final dos primeiros contatos com as crianças.

No dia vinte e nove de novembro de dois mil e quatorze, realizaram a primeira visita àqueles que seriam seus filhos – no Estado de origem das crianças. Em fevereiro de dois mil e quinze receberam a guarda provisória e levaram para casa as quatro crianças, que na ocasião da adoção tinham dez, sete, quatro e um ano de idade. No que diz respeito à rede de apoio, tanto Cláudia quanto Antônio vieram de outro estado para o Espírito Santo há vinte e cinco anos, não possuindo convívio cotidiano com os familiares que compõem a família extensa, assumindo sozinhos, portanto, os cuidados com as crianças.

Do ponto de vista cronológico, os primeiros contatos com as crianças foram propiciados pela equipe da Instituição de Acolhimento e ocorreram em novembro e dezembro de dois mil e quatorze, respectivamente, e ocorreram na própria cidade na qual as crianças residiam. Após iniciar o processo de adoção das crianças, Cláudia e Antônio obtiveram autorização para dar início ao estágio de convivência que durou cinco dias, período no qual o casal se instalou num hotel da cidade com as crianças e o devido acompanhamento da equipe técnica. Após esse período, no dia dez de fevereiro de dois mil e quinze, puderam trazer as crianças para casa com eles, obtendo a guarda provisória com fins de adoção, conforme aponta a Tabela 4 abaixo:

Tabela 4. Quadro cronológico

| | |
|--|-----------------|
| Surgimento do projeto adotivo | Início de 2014 |
| Início da habilitação para adoção | Maió/2014 |
| Certificado da habilitação para adoção | Outubro/2014 |
| Descoberta das crianças pela busca ativa | Novembro/2014 |
| Primeiro encontro com as crianças | 29/11/2014 |
| Segundo encontro com as crianças | 06/12/2014 |
| Estágio de convivência | 07 a 12/01/2015 |
| Concessão da guarda provisória com fins de adoção | 04/02/2015 |
| Juntos em casa | 10/02/2015 |

Na tabela 5, consta o desenho do contexto anterior à adoção de cada uma das crianças, destacando-se que Lara e Marina estavam inseridas em diferentes famílias acolhedoras, ao passo que Gustavo e Lucas estavam na mesma Casa de Passagem.

Tabela 5: Situação das crianças imediatamente antes da adoção

| Criança | Local | Data do acolhimento |
|----------------|--|----------------------------|
| Lara | Família Acolhedora 1 no estado de origem | Março de 2015 |
| Gustavo | Casa de Passagem 1 no estado de origem | Março de 2015 |
| Lucas | Casa de Passagem 1 no estado de origem | Março de 2015 |
| Marina | Família acolhedora 2 no estado de origem | Março de 2015 |

No que tange às expectativas, Cláudia explicou que desde o momento em que se habilitou não teve preferência em relação à cor da pele ou outras características físicas das crianças esperadas: *“Eu não buscava um rosto, eu não buscava uma cor. Eu sabia que eles estavam em algum lugar e eu sabia que eles seriam maiores. Então, não tinha expectativas específicas, tinha o desejo de ser mãe, mas a cara desses filhos, não existia. Não dá para explicar”*.

Antônio, por sua vez, demonstrou um pouco de dificuldade para falar sobre suas expectativas, destacando as questões práticas, como a preocupação com o preparo da casa e do espaço adequado para receber os futuros filhos, atribuindo isso a sua atuação profissional, como ilustra sua afirmativa: *“Na época eu estava focado em terminar essa casa, então eu trabalhava dia e noite e não cheguei a pensar quase em nada. A gente colocou corrimão na escada. Quando os meninos chegaram, começaram a subir; a escalar (Cláudia gargalhou). Tipo assim, foram coisas que não dava para pensar, que menino iria escalar isso. Então, quando saiu a guarda a gente ainda estava fazendo a obra. [...]”*.

Sobre o impacto da chegada das crianças na casa, Cláudia ressaltou que, na véspera de buscar as crianças, Antônio olhou para ela e falou *“é amor, é o último dia de silêncio nessa casa”*, e ressaltou emocionada que, ao chegarem em casa com as crianças, elas logo se acomodaram no seu espaço: *“Cada um entrou no seu quarto abriu o guarda roupa, pegou o que trouxe e enfiou tudo dentro do guarda roupa. A gente tinha mostrado a foto da casa e eles sabiam... Subiram sozinhos para o segundo pavimento, todo mundo fez isso. Depois que acudi Marina, que passou mal durante a viagem, e subi para tirar fotos, foi quando vi que eles já tinham colocado as roupinhas deles nas gavetas. Eles sabiam que ali era a casa deles, entendeu?”*.

Cláudia contou, com a voz embargada, sobre a questão da escolha de como ficaria grafado na certidão de nascimento o nome de cada uma das crianças. Destacou a fala de Lara que lhe disse: *“Não mexe com meu nome mãe, nome a gente ganha quando a gente nasce. Se você mexer, você está tirando um pedaço da pessoa”*. Dessa forma, os prenomes de todas as crianças foram mantidos, tendo sido acordado com elas que seriam alterados apenas os sobrenomes. Gustavo teve a ordem do nome composto alterado, pois antes era Wilson Gustavo e passou a se chamar Gustavo Wilson, pois os pais disseram que consideravam Wilson um nome um pouco diferente, mas não queriam retirar o nome do filho, por isso só inverteram a ordem

com o consentimento de Gustavo. Além disso, permitiram que a criança se identificasse como quisesse e ele escolheu apresentar-se como Gustavo.

Verificou-se que Cláudia foi sensível às crianças quando explicou que na escola outras crianças ou os professores poderiam estranhar os sobrenomes diferentes (das crianças e dos novos pais). Explicou aos filhos que a certidão de nascimento nova ainda não tinha saído, mas que era para eles ficarem tranquilos, pois ela estava ali porque queria ser mãe deles e a diferença de nomes era só uma questão de tempo – pois quando saísse a concretização da adoção judicial essa questão seria resolvida.

Durante as visitas à casa da família, foi percebido que a mãe se mostrou muito implicada em relação à adoção e demonstrou sentir-se uma militante nessa causa, falando com convicção sobre o quanto não tolerava preconceitos e o quanto considerava a adoção uma via legítima para se construir uma família. Logo no primeiro dia, foi possível notar o quanto o ambiente doméstico era habitado por fotos da família e objetos infantis que chamavam atenção para as crianças que existiam naquele espaço.

Foi observada também a interação entre os pais e as crianças, tendo ficado evidente, já no primeiro dia, que Cláudia e Antônio se apresentavam como referência para as quatro crianças, tanto no que se referia aos aspectos ligados aos cuidados práticos quanto afetivos. Foi possível observar que os pais e as crianças apreciavam muito o momento de estarem todos juntos na mesa de refeição, momento do qual a pesquisadora e a assistente de pesquisa fizeram parte durante os seis encontros realizados junto à família participante. Observou-se também que a família falava sobre a adoção na frente das crianças e com as crianças expressando naturalidade a respeito da questão. Fizeram menção ao dia da chegada delas e mostraram fotos que registraram os primeiros contatos entre os pais e os filhos.

Vivência da parentalidade

Em relação ao momento em que começou a se sentir pai das crianças, Antônio explicou que não foi um sentimento repentino, mas um processo: *“esse momento não existiu não, as coisas foram acontecendo naturalmente, né? Fui sendo pai aos poucos. Comigo não foi logo de imediato, não. A partir do momento em que eles vieram aqui para casa, acho que foi aí, que caiu mesmo a ficha. A gente estava lá (no momento das primeiras visitas), no momento em que a gente ia devolver eles para a visita, era muito difícil. Por isso não queria passar por isso de novo”*.

Antônio enfatizou aspectos positivos da chegada dos filhos na sua vida: *“Depois que eles chegaram, eu tive mais assim... Fiquei com mais amor à vida. Porque tipo assim, eu não tinha assim amor à vida... Antes, para mim, se eu morresse amanhã ou depois não fazia muita diferença. Hoje eu sinto que não posso morrer amanhã, porque eu tenho que cuidar deles (risos). Aí tipo assim, eu corria muito de carro, hoje eu já não corro mais, ando devagarzinho. Um sujeito para na minha frente no sinal, o sinal abre e o cara não vai e eu não ligo, fico ali atrás dele ou às vezes se eu tiver com pressa, saio de trás dele.”*

Foi observado o investimento de Antônio na relação com os filhos quando construiu um galinheiro no terreno ao lado da casa e comprou quatro galinhas, uma para cada criança. Verificou-se que o pai se sentiu muito contente pela satisfação dos filhos diante da surpresa. O dia da apresentação do galinheiro às crianças foi presenciado pelas pesquisadoras e foi um dia de grande euforia para todas elas.

Cláudia, por sua vez, afirmou sobre o sentimento de ser mãe: *“Mãe? Eu? Foi na primeira vez, no dia em que fui vê-los pela primeira vez”*. Também relacionou o sentimento de ser mãe à primeira vez em que os filhos a chamaram de mãe. Contou que ouvia Lara dizer à Marina para que ela não dissesse *“titia”* e sim *“mamãe”*, mas ela mesma foi a última a chamá-la de mãe. Soube pontuar o dia exato no qual ocorreu tal fato.

Afirmou que buscava ser uma mãe “transparente”, no sentido de que tentava ensinar as crianças que não precisavam “ter segredos, nem vergonha”, disse que sempre conversava com as crianças sobre o que se passou antes da adoção, tentando respeitar a história delas e demonstrou acreditar que isso contribuiu com a interação mãe e filhos.

A característica de tentar colocar limites nos filhos também foi destacada tendo como referência sua própria mãe e avaliou que isso tinha aspectos positivos e negativos: *“Muitas coisas são boas, porque eu só consegui ser alguém na vida... por isso, porque a minha mãe sempre colocou ‘Você tem que ter responsabilidade, você tem que se virar na vida, você tem que se virar, sabe? Se vira.... É isso que você quer?’ . Sabe? Então assim, de um jeito torto deles, meus pais souberam me educar. Eu tento também não ser tão torta, porque eles não tinham o conhecimento que eu tenho, mas eu fui virar mãe de uma hora pra outra... ser mãe de quatro, gente? Uma coisa é você ter um filho, depois outro, depois outro... Imagina, ter que dormir sozinha e acordar com quatro crianças vindas de mundos diferentes. Pior que realmente tem horas em que eu falo assim ‘Será que eu vou pirar hoje?’ (risos). Está bem, vamos embora, próxima questão”*.

Do ponto de vista da divisão de tarefas junto às crianças, registros contidos no diário de campo indicaram que durante o tempo que a equipe de pesquisa passou na residência da família, Cláudia estava envolvida na realização das tarefas domésticas, no preparo do lanche, em colocar as crianças para fazer as tarefas da escola e do Kumon e na mediação dos conflitos entre os filhos.

Quanto ao Antônio, notou-se que geralmente estava envolvido em alguma atividade realizada no lote anexo à casa, mas esforçava-se para estar presente no momento do “lanche coletivo”, considerado um momento importante pela família. Observou-se, portanto, que durante o tempo que a equipe de pesquisa passou na residência da família, Cláudia estava imersa em atividades ligadas aos cuidados com os filhos.

Desafios em relação ao processo adotivo

Cláudia comentou que ela e Antônio vivenciaram grandes desafios no início do projeto adotivo, que quase inviabilizaram a concretização do mesmo, se referindo à percepção que teve de que Lara queria ser adotada sozinha. Explicou que foi incisiva com a menina ao esclarecer que só realizaria a adoção se fosse para adotar os quatro irmãos conjuntamente e que a decisão seria dela, de Lara, o que gerou um momento de tensão entre as duas, deixando-a insegura quanto a decisão da menina mais velha a respeito da adoção. Cláudia relatou que foi criticada pela equipe do abrigo, que avaliou que ela foi muito dura com Lara, contudo, ponderou a respeito da importância de ser honesta com a menina: *“eu não queria enganá-la, mostrar uma coisa que não sou. Uma relação não pode se basear em mentiras. Não adiantava eu mostrar uma coisa e quando ela chegasse em casa veria uma outra pessoa”*.

Cláudia disse que ao compartilhar com Antônio suas dúvidas não se sentiu apoiada pelo marido que afirmou para ela: *“Ou são esses ou ESQUECE, não serão outros”* e ela acrescentou *“Eita (gargalhou)! Ele é assim calado, fala pouco, mas quando fala pouco, ele fala MUITO” (risos)*.

Sobre esse episódio, Antônio pontuou com emoção que no primeiro encontro já se apegou às crianças, no segundo se apegou mais ainda e por isso não conseguia se imaginar desistindo de tudo. Ele pontuou que a postura de Lara foi realmente difícil, mas acrescentou: *“Eu não queria que aquilo acontecesse de novo, você passar por esse processo, depois passar por outro processo, e o outro seria mais ou menos igual, seria muito duro, tanto para a criança quanto para a gente. Depois, fazer outro encontro com outras crianças... iria cansar muito a gente e talvez gente iria passar por essas mesmas dificuldades”*.

Um outro aspecto que demonstrou ser uma dificuldade para os pais foi a forma como Cláudia se preocupava com a mãe biológica de seus filhos (Luísa). Cláudia contou, de forma emocionada, que Luísa não teve pai, nem marido para ajudá-la a suportar os desafios da vida.

Ela relatou como pensava na mãe biológica de seus filhos: *“Tem as noites de frio, que eu estou agasalhando todo mundo e eu estou pensando, ‘onde essa pessoa está?’ . Poxa, querendo ou não, ela amou os filhos, sabe? E eu falei com Lara, foi mesmo num momento em que eu estava brava com ela, mas eu fui refletir e falei ‘Lara, você acha que se Luísa tivesse tido alguém, alguém que tivesse ajudado, ela teria chegado na situação que chegou? Não tinha, minha filha”*.

Relembrou suas entrevistas iniciais com a psicóloga quando foi questionada a respeito da adoção, explicando que achava na época que estaria *“roubando”* o filho de alguém. Explicou, contudo, que havia mudado sua opinião a esse respeito: *“Hoje em dia eu não me vejo na posição de estar tomando, de ter roubado, nada disso. Apenas me sinto grata por alguém que cuidou deles tanto tempo. Sabe é muito difícil, não tem com....* (ela se emocionou e interrompeu a frase). *Eles estão bem, não têm doenças. Então assim, você vê a mão de Deus e o cuidado Dele o tempo inteiro, Ele usou alguém pra estar cuidando dos meus filhos, a Luísa”*.

Destacou que não quis saber detalhes do caso, mas desejava encontrar a mãe biológica das crianças para dizer a ela: *"Os filhos que você colocou no mundo eu cuidei, são meus, nossos"* e acrescentou aos prantos: *“Então ultimamente isso tem me incomodado. Pensar que ela pode estar desamparada, por aí”*. Disse ainda que não compartilhava esses pensamentos com ninguém, achando que não seria compreendida.

Mencionou que apenas Lucas às vezes mencionava algo sobre a mãe biológica, mas que Lara mostrava-se muito aborrecida e fechava-se mais ainda caso tentasse abordar tal assunto. Relatou, no entanto, que as crianças pediam para ir ao antigo abrigo, pois sentiam saudade da equipe que trabalhava lá e cuidava deles.

Verificou-se que um dos desafios do casal, especialmente para Cláudia, consistia na divisão de tarefas em relação aos cuidados das crianças. Ao assumir a maior parte das tarefas de cuidado, a mãe se sentia sobrecarregada e essa rotina exercia impacto na relação do casal.

No início do terceiro e do quarto encontro, Cláudia recepcionou a pesquisadora e assistente de pesquisa demonstrando necessidade de conversar um pouco sobre seu sentimento de sobrecarga e sobre as preocupações em relação aos filhos. Nesses encontros, ela disse que se sentia muito sozinha *“na desafiadora tarefa de cuidar das quatro crianças”*. Salientou que não se arrependia de nada, mas queixou-se do quanto gostaria que o marido fosse mais participativo. Tinha a preocupação de que as crianças a avaliassem como uma mãe dura e rígida, pois ela mesma se reconhecia como sendo muito exigente, mas não queria que os filhos a vissem de forma negativa. Não considerava Antônio como alguém com quem pudesse conversar, pois avaliou que ele não a compreendia em relação a isso. Contou ainda que esperava ter algum suporte mais profundo das equipes que atuavam junto ao abrigo e ao judiciário, no entanto, ao final expressou: *“graças a Deus por ter atravessado tudo”*. Verificou-se que, embora tivesse em mais de um momento expressado as dificuldades apontadas, buscava finalizar seu relato de forma positiva, destacando a decisão pela adoção como algo positivo em sua vida: *“todos eles estão na escola, se esforçam para ir bem, estão adaptados à nova realidade e todos nós nos ajudamos”*.

Antônio fez considerações a respeito da adaptação do casal à presença das crianças: *“Eu acho que a adaptação deles já foi concluída, eu acho que o que ainda não foi concluída foi a nossa adaptação com eles, ainda. Eu acho que a gente precisa de mais um tempo pra se adaptar mais com eles!”*. Justificou considerando que a convivência, que antes era só entre ele e Cláudia, ficou totalmente diferente. Acreditava que, por serem crianças, os filhos se adaptaram mais facilmente à nova situação do que eles, pais, que já tinham uma rotina anterior de vinte e dois anos juntos.

Em relação à convivência com as crianças, Antônio destacou que cada uma tinha uma *“natureza diferente”*, pois por serem de idades diferentes apresentavam demandas também diferentes. Avaliou que no caso deles estava sendo mais difícil do que para alguém que está

com uma criança “*desde novinha*” e podia aprender desde cedo a interpretar seu choro e suas necessidades. Mesmo assim, avaliou que estava “bom”: “*Não tá fácil não, mas, assim está bom. Está difícil, mas não está nada que tipo assim, seja insuportável, é coisa normal do dia a dia. Está normal, está bom, mas está sendo difícil*”.

Ainda em relação aos desafios da convivência, Antônio, ponderou que a questão da educação escolar das crianças provocava sofrimento em Cláudia. Exemplificou dizendo: “*Eles não estudaram direito, não tiveram alguém que desse incentivo para que eles estudassem. Então, hoje ela tá pensando com eles*”. Explicou que gostaria de contribuir mais, mas não tinha a paciência necessária, pois, em sua visão, ensinar dever de casa aos filhos exigia muita persistência: “*Cláudia ensina as coisas num dia e no outro dia eles já esqueceram tudo*”, referindo-se à Lara e Gustavo, que, segundo o pai, apresentavam mais dificuldades de aprendizagem.

Resultados Bloco II

Quanto à coleta de dados realizada especificamente com os filhos, esclareceu-se às crianças que a pesquisa buscava entender o processo de adaptação ao novo ambiente familiar de crianças maiores no contexto adotivo. Foi explicado que, com essa compreensão, esperava-se construir estratégias que permitissem que os casais que queriam adotar conhecessem um pouco sobre a realidade da adoção tardia e assim pudessem se preparar para adotar crianças que aguardavam por uma nova família.

As crianças mostraram-se muito animadas ao ouvir tal explanação e passaram a questionar as pesquisadoras sobre os objetos que elas portavam: prancheta, gravador, folhas, caixa com materiais de desenho. Também fizeram muitas perguntas sobre quem eram as pesquisadoras, buscando desvendar quem eram as duas estranhas sentadas à mesa de jantar. Após as explicações e a assinatura do termo de consentimento e autorização dos pais, as três crianças assinaram o termo de assentimento e as intervenções foram iniciadas.

LARA (12 anos)**Percepção acerca da adoção**

Ao apresentar sua perspectiva sobre como se deu seu processo adotivo, Lara enfatizou que se sentiu “*muito, muito, muito, muito, alegre*”. Não soube detalhar a forma como recebeu a notícia de que havia uma família que gostaria de conhecê-la, mas explicou que morava na casa da família acolhedora quando a psicóloga do abrigo entrou procurou-a para falar sobre a nova família. Lara contou que falou para a psicóloga “*está bom*” e que ao vivenciar esse momento se sentiu “*normal*”, não se estendendo para falar mais sobre tal sentimento. Ao ser perguntada se quis saber detalhes sobre os pais, ela respondeu que “*Eu não sou muito de entrar no histórico não, de saber muito não*”. Disse que não pensou muito sobre sua nova família, que apenas viu a foto de Cláudia e Antônio em preto e branco e a palavra que utilizou para nomear o que achou deles foi “*normal*”. Lara detalhou isso dizendo que “*eles eram normal, só que minha mãe tinha o cabelo maior, normal. E meu pai estava normal*” e disse que quando viu a foto sentiu a mesma coisa “*normal*”.

Ao responder se gostaria de deixar alguma mensagem às pessoas que desejam adotar, Lara pediu licença, foi ao seu quarto e voltou com uma camiseta. Respondeu à questão lendo a frase escrita na camiseta, de forma sorridente e emocionada: “*A mensagem que eu quero deixar é essa frase: ‘Filho adotivo não vem de fora, vem de dentro’. Isso significa que, mesmo se o filho não é seu biológico, mesmo assim você ama ele do mesmo jeito que você amaria seu filho*”.

Aproximação inicial*Perspectiva de Lara*

No que tange aos primeiros momentos na nova família, Lara descreveu esse momento com adjetivos positivos, enfatizou, por exemplo, que achou a casa muito bonita. Contou que “*quando chegamos, a gente foi correndo para o quarto, olhamos o quarto. Depois minha mãe colocou umas pecinhas de montar para a gente brincar lá na varanda. Tem até uma foto da*

gente nessa hora! Depois nós fomos arrumar tudo, fomos para nosso quarto, fomos tomar banho, fomos jantar, depois não ‘alembro’ mais não. Aí eu acho que depois eu fui jantar, aí nós conversamos, aí eu pedi a ela se eu podia assistir Chiquititas e ela deixou. Aí ela colocou a gente na cama e dormimos. Eu tinha um quarto só para mim (sorrindo). ”

Lara descreveu esse primeiro dia como um momento no qual sentiu-se muito alegre e contente, pontuou que tanto ela quanto os irmãos não estranharam o novo ambiente e dormiram muito bem desde o primeiro dia. Discorreu sobre o momento de dormir salientando que nunca sentiu medo e que apenas uma vez, durante a primeira semana na nova casa, ela sentiu medo devido a um pesadelo e nesse momento pediu à mãe para dormir com ela e Marina – pois nesse dia a irmã menor estava dormindo com a mãe – e a mãe permitiu que Lara se juntasse a elas.

Perspectiva dos pais

Durante o período em que Cláudia e Antônio iniciaram a aproximação com as crianças, falavam com Lara todos os dias, pois devido ao fato de Lara estar inserida numa família acolhedora eles tinham livre acesso a ela (por telefone). Mencionaram que, no que tange à filha mais velha, apenas Lara sabia o motivo pelo qual o casal buscou esse contato inicial com as crianças, ainda na instituição de acolhimento. Cláudia descreveu que Lara, naquele momento, foi um pouco reticente, evitou contato e se resguardou. Cláudia acredita que isso ocorreu justamente porque Lara conhecia a intenção deles e acrescentou que *“Eu tentava me aproximar da pessoa (Lara) e ela não deixava não”*. Já Antônio mencionou que Lara não teve o mesmo comportamento com ele. Na percepção dele, ela manteve-se um pouco calada, mas mostrou desejo de se aproximar dele e recebeu bem as brincadeiras que ele fez. Tal observação do marido provocou uma reação em Cláudia, que retrucou sorrindo *“Mas você é O CARA, com você não foi assim como comigo. Você é o cara legal. Até hoje, né? Eu sou a má da história, né?”*

O segundo encontro com as crianças, ocorrido dia seis de dezembro de dois mil e quinze, foi descrito pelo casal como um momento de tensão, pois avaliaram que Lara agiu de forma a

tentar monopolizar a atenção dos postulantes à adoção só para ela, o que gerou um pouco de tensão nos pais, que sentiram receio de que esse comportamento dela inviabilizasse a adoção das quatro crianças.

Explicaram que como Lara estava na família acolhedora, após a primeira visita, foi permitido que eles telefonassem para ela todos os dias. Cláudia mencionou que após o almoço com Lara, juntaram-se a todas as outras crianças (Gustavo, Lucas e Marina) no abrigo, mas ela acha que Lara percebeu que o casal não correspondeu à busca de atenção egocêntrica e “*fechou a cara*”. Por isso, ao entregar todas as crianças de volta ao abrigo, Cláudia disse que chamou Lara em particular e fez uma declaração “*Quando a gente veio aqui, a gente se propôs a ser pais de quatro. Se você acha que a gente vai embora e que a gente vai entrar com o pedido de adoção só seu, você está muito enganada. Ou vai todo mundo, ou não vai NINGUÉM. Você acha que aquilo é vida? A vida que seus irmãos levam naquele lugar? Eu não vim aqui para isso e quem vai decidir isso aqui não sou eu, é você. Se você me falar que não aceita o que eu vou te colocar, que vai todo mundo lá para casa e que vocês serão os quatro, nossos filhos, a gente não volta aqui. A gente termina essa história aqui. Ai eu falei ‘você quer continuar ou a gente vai parar aqui?’ . Ai o jeito dela dizer sim foi falar para nós ‘então vamos jantar’. Ela é igualzinha a mim, igualzinha, igual, igual, igual, durona (risos)*”.

Cláudia explicou que, após esse momento de confronto com Lara, a psicóloga disse a ela que acreditava que Lara queria sim dar continuidade à aproximação, mas mesmo assim contou que foi embora “*de coração partido*”, pois sentiu que a possibilidade da adoção estava em risco. Inclusive, mencionou que a equipe do abrigo a repreendeu, por ter achado que ela estava sendo muito dura e que tinha que se esforçar para conquistar as crianças, ao que Cláudia retrucou: “*Ahã, vou conquistar, vou ser bem boazinha aqui e quando chegar lá em casa vou mostrar meu lado bravo. Então, não vai dar certo, não vou esconder isso de vocês. Eu sou assim, sabe?. Eles ainda me disseram que o pai estava sabendo lidar e eu não. Então está*

bom..... ouvi isso ainda”.

Interação com objetos e símbolos

Perspectiva de Lara

Lara enfatizou os aspectos relacionados à casa, ao quarto e outros objetos. Disse, demonstrando encantamento, que quando chegou achou a casa “ *muito bonita*”. Também enfatizou o quanto se sentiu feliz por ter um quarto só para ela. Falou também sobre as fotos e o quanto foi a partir das fotos que ela pôde formar alguma ideia concreta sobre os novos pais.

Passou a detalhar a forma como ela e os irmãos se instalaram na nova casa explicando que, após o momento inicial, Cláudia decidiu colocar Marina e Lara no mesmo quarto, alterando, portanto, o desenho anterior de ocupação dos cômodos. Sobre essa novidade, Lara disse que “*Antes o quarto era só meu, agora divido com Marina. Não sei o que mudou.... minha mãe me perguntou se eu queria dormir com Marina e eu falei que queria. Minha mãe falou que ela tinha que acostumar dormir sozinha, né? Porque dormia com meus pais. São três quartos em cima e dois embaixo. Meus pais dormiam embaixo com Marina. Ai, o quarto antigo, que era meu aqui em cima, ficou sendo da minha mãe e do meu pai e o outro meu e de Marina. Tem ainda o quarto de Gustavo e Lucas. Lá embaixo tem outros dois quartos”.*

Lara atribuiu importância ao momento em que ela e os irmãos passaram a ter um *tablet* e também ao fato de que ela podia usar a televisão com alguma liberdade, desde que tivesse feito as tarefas escolares. Foi também a partir da descrição de um objeto que ela mostrou senso de humor, ao dizer que enquanto ela e os irmãos festejavam a compra de um *tablet*, Marina se alegrava por ter ganhado um ursinho de pelúcia (risos).

Observou-se que Lara circulava livremente pela casa, manipulava objetos de uso coletivo (como televisão, utensílios de cozinha e etc.), utilizava a mobília da casa com naturalidade, abrindo os armários para buscar algo que desejava, deitando-se no sofá, sentando-se na mesa, no chão e na escada. Lara mostrou satisfação por ter seus próprios objetos e seu

próprio espaço, sempre se referindo ao “seu quarto” como um espaço que ela podia usar com autonomia. Não mostrou muito interesse em brinquedos, tendo mostrado preferência em desenhar, jogar no *tablet* e ver televisão. Em nenhum momento foi percebido na criança hesitação em se apropriar da casa e dos objetos contidos nela.

Os lanches coletivos realizados com a presença da equipe de pesquisa pareciam representar situações que promoviam a alegria e a descontração para as crianças, pois durante esses momentos eles faziam questão de usar o senso de humor, de agradar estas pesquisadoras, de experimentar comidas levadas pelas pesquisadoras e expressar com satisfação situações ocorridas no dia a dia. Lara se alimentava com liberdade e autonomia, mas demonstrou estar sempre preocupada em auxiliar a mãe a colocar a mesa, mesmo nos momentos em que a mãe não solicitava ajuda. Verificou-se que Lara mostrou-se um pouco retraída nos primeiros encontros e a partir do terceiro encontro que ela passou a interagir mais com as pesquisadoras e com a própria família no momento do lanche coletivo.

Processos proximais com os irmãos

Perspectiva de Lara:

Lara explicou que não sabia que todos os irmãos seriam adotados juntamente com ela, “*Eu não sabia que todos viriam. Eles (do abrigo) falaram assim que viria só eu e Marina. Depois falaram assim que viria eu e meus irmãos todos. Lucas, Gustavo e Marina. Senti só alegria, né? Porque eu achei que viria só eu e Marina e Lucas iria ficar sozinho. Nunca tive muito contato com meus irmãos, era só no final do ano. A gente só se via no final de ano, festa de Natal*”.

Diante de perguntas que focalizavam a questão da comunicação entre ela e os irmãos em relação à adoção, ela respondeu que eles não compartilharam sentimentos nem impressões sobre a adoção iminente “*Não, não conversamos sobre vir para uma nova família. Não. A gente não era de conversar muito*”.

Perspectiva dos pais

Tanto Cláudia como Antônio relataram a convivência dos irmãos como algo positivo tanto para as próprias crianças, quanto para eles enquanto pais. Durante diversos momentos da pesquisa, Cláudia enfatizou que só adotaria as crianças todas juntas, pois não conseguia imaginar a possibilidade de separar os irmãos. O fato das crianças terem convivido um tempo separadas, na visão da mãe, fizeram com que elas precisassem de um tempo para reaprender a conviver juntas.

Cláudia avaliou que Lara tinha uma ligação especial com Lucas, pois eles demonstravam ser muito ligados. Contou que embora Lara “*implicasse*” com Gustavo e “*abusasse dele, colocando-o para desempenhar tarefas no lugar dela*” ela também o protegia na escola, defendia o irmão e brigava por ele quando surgia algum conflito entre Gustavo e colegas de escola. Apesar de Cláudia ter dito que tinha certeza de que Lara demonstrava vontade de ser adotada sozinha, afirmou que acreditava que, após a convivência cotidiana com os irmãos no seio de uma família, Lara demonstrava prazer na companhia dos irmãos e ajudava a cuidar deles.

Processos proximais com os pais

Perspectiva de Lara

Os relatos de Lara sobre a inserção de Cláudia em sua vida estavam relacionados de forma expressiva à participação da mãe em sua vida escolar. Lara iniciou seu relato pontuando que não podia utilizar a internet a não ser que fosse para realizar pesquisas escolares, pois sua mãe não permitia que usasse para outros fins. Explicou que “*como toda menina, toda adolescente, fico meio assim...preocupada, chateada, mas isso não dá briga não*”, pois ela considerava que tal impedimento “*é a vida*”, ou seja, lidar com os limites era algo inerente ao desenvolvimento de uma adolescente.

Ao contar sobre sua nova rotina na família, a participação da mãe frente às questões escolares mais uma vez assumiu relevo, Lara disse que sentia dificuldades com a Matemática e que sua mãe a colocou no Kumon para tentar fazer com que ela avançasse mais rápido, sobre o que Lara disse: *“Kumon não ajuda muito, porque eu estou aprendendo coisa de ‘prezinho’ e primeiro ano. Então não está me ajudando muito não. Mas minha mãe diz que tenho que fazer. Kumon é bom”*.

No que tange à rotina diária, a participação da mãe adquiriu grande destaque, pois Lara destacou que a mãe a levava e buscava à escola diariamente e que nas segundas-feiras o pai a buscava, pois a mãe tinha reunião. Nas aulas do Kumon, Lara mencionou que era a mãe quem assumia a tarefa de levá-la, buscá-la, além de acompanhar a realização das tarefas. Lara disse ter autonomia para fazer os deveres tanto da escola quanto do Kumon, mas frisou que, caso necessitasse de auxílio, recorria à mãe.

Sobre o momento de ir para a cama, disse que também tinha autonomia e que na única noite em que sentiu medo se dirigiu à cama da mãe. Quando discorreu sobre a questão da estratégia para impor limites, disse que tanto a mãe quanto o pai a corrigiam, mas salientou *“Mas meu pai, só às vezes, é bem raro. É mais minha mãe. Às vezes também, não é toda vez que eu apronto não. Eu já fiquei de castigo por causa de uma prova, uma nota. Tipo, a prova de matemática e tive que ficar de castigo. Até o dia de eu recuperar tive que ficar estudando”*. Disse que o pior castigo era quando a mãe impedia que assistisse à novela *‘Cúmplices de um Resgate’* e que ela chorava quando isso ocorria. Lara pontuou que recebia elogios tanto do pai quanto da mãe e não forneceu maiores detalhes sobre isso.

Ao focar sua relação com o pai, Lara discorreu sobre o momento em que acordava e se preparava para ir à escola explicando que nesse momento estava com a mãe e os irmãos, pois o pai *“sai cedo”*. Quando contou sobre sua rotina de dever de casa e salientou que sempre pedia ajuda para a mãe, pontuou que não pedia para o pai e não soube explicar o motivo. Voltou

a falar do pai quando mencionou o dia em que um tio paterno estava no estado e levou-os (ela e os irmãos) para comprar um *tablet*, momento considerado muito especial por ela.

Sobre como foi o processo de passar a chamar seus novos pais de “pai” e “mãe”, Lara afirmou que no início chamava Cláudia e Antônio de “tia” e “tio” respectivamente, mas que um certo dia acordou e disse “*Bom dia mãe, bom dia pai*”. Destacou que ela foi a primeira a efetivar tal mudança na forma de chamar seus pais e que logo depois disso os irmãos também começaram (não acrescentou Marina nessa explicação). Disse que começou a chamar a mãe de ‘mãe’ e o pai de ‘pai’ ao mesmo tempo, mas acrescentou: “*aposto que Marina começou primeiro com meu pai. Porque ela gosta mais do meu pai do que da minha mãe, ela é mais apegada com ele*”.

Em relação ao tempo transcorrido até essa mudança, Lara não soube especificar, mas disse que achava que tal fato ocorreu quando ela estava há aproximadamente dois meses na nova família. Contou que não sabia explicar o que motivou a mudança, pontuando apenas que “*Eu chamava de tia, mas agora ela é minha mãe, né? Quando eu percebi, eu já tinha chamado*”.

Observou-se que Lara direcionava a palavra aos pais utilizando sempre os termos “pai” e “mãe” com naturalidade, mostrando-se à vontade na posição de filha de seus novos pais. Seja quando falava deles ou com eles, usou em todos os momentos as expressões “*pai*” e “*mãe*”, como foi presenciado pela equipe de pesquisa “*mãe, onde está o tablet?*” ou “*mãe, agora posso subir para meu quarto?*” ou “*Ivy, veja a foto da minha mãe com o cabelo grande*”. O mesmo se deu em relação ao pai, como por exemplo: “*meu pai gosta muito de ficar no lote*” ou “*meu pai fez o galinheiro para a gente*” ou “*pai, Marina está te chamando*”.

Perspectiva dos pais

Do ponto de vista da mãe, ao falar sobre sua interação com Lara, Cláudia ponderou que se incomodou com a forma com que Lara chegou em casa no primeiro dia, pois ao seu ver ela estava maquiada de forma imprópria para uma criança. Desse modo, disse que se empenhou

em tirar o estojo de maquiagem da filha e em incentivá-la a usar o tempo livre brincando com os irmãos, ao invés de se maquiando.

Sobre essa questão da relação de Lara com a maquiagem, Cláudia relatou que chamou sua atenção o fato de que, num certo dia, durante o processo dos irmãos buscarem maneiras de brincar juntos, houve uma grande bagunça alegre, na qual *“um pega pandeiro, um pega flauta que tem aí, um pega Papai Noel que toca, outro tem um pianinho, mas eles se viram... brincam de médico, montam bandinha. Então assim, maquiagem dela, está lá no canto. Aí eu fui oferecendo outras coisas, eu uso quase nada de maquiagem, o que eu uso é... tons de cobre, ela acabou assimilando também o meu jeito e não foi imposto, ela tem o que ela quiser”*. Cláudia contou com alegria que acreditava ter tido êxito em tirar tal *“mau costume”* da filha, pois na última festa junina, *“onde todos estavam se pintando”*, a filha disse que não iria se pintar porque não gosta e Cláudia aprovou alegremente a recusa da filha, atribuindo isso à identificação de Lara com a mãe, pois diante disso concluiu: *“ela ficou igualzinha a mim”*.

Cláudia disse que, aos poucos, Lara foi se mostrando como a criança que ela queria que fosse, achava que a filha ainda se mostrava um pouco insegura e disse que estimulava para que ela tivesse um pouco mais de autonomia, explicou que quando ela (mãe) escolhia as roupas dos irmãos na hora de sair, Lara pedia que ela escolhesse as dela também e ela estimulava a filha para que fizesse suas próprias escolhas (em relação à roupa). Contudo, Cláudia afirmou que auxiliava a filha na escolha, pois não aprovava que Lara usasse *short* muito curto ou roupas que fizessem com que ela parecesse mais velha do que era.

O pai, ao ser questionado, não discorreu sobre o sentimento de paternidade, ou sobre a interação específica, com cada filho.

Características que contribuíram para a vinculação

Perspectiva de Lara

Lara comentou que, em relação as suas próprias características, o fato dela estar disponível muitas vezes para auxiliar os pais com os irmãos menores era algo que contribuía de forma positiva para a vinculação entre ela e os pais, “*Porque eu sou a irmã mais velha e eu ajudo a cuidar dos meus irmãos, né?*”. Essa foi a única característica que ela nomeou como sendo algo que colaborava com a interação familiar. Disse não perceber nenhuma característica em si mesma que poderia ter causado desafios na interação entre ela e os pais. Quanto à mãe, pontuou que o fato da mãe ser “*um tantão de profissão*” colaborou, pois “*Ela é uma pessoa, mas tem um tantão de profissão. Ela é faxineira, babá, é cozinheira, é cabeleleira, ontem mesmo cortou meu cabelo (disse com orgulho), ela é um tantão de coisa*”. Quanto ao pai, respondeu que o fato dele ser bonzinho ajudou e acrescentou “*Ele é assim, não é de dar bronca toda hora, só se a gente fizer bagunça. Ai ele fala que é para gente ficar quieto e a gente obedece.*”

Ao ser questionada se havia alguma característica na mãe ou no pai que causava algum desafio na interação entre Lara e os pais, respondeu imediatamente, sem titubear, que não.

Perspectiva dos pais

Do ponto de vista dos pais, ao descrever as próprias características que acreditava terem contribuído com a vinculação entre ele e os filhos, Antônio afirmou que o fato dele ter muita paciência com as crianças contribuiu. Explicou que quando o assunto era ensinar tarefas de escola avaliava que “*you ensina um dia e no outro o sujeito esquece*” e ele não tem paciência, mas afirmou que “*eu tenho muita paciência com eles com outras coisas e tipo assim, deixo fazer; quando eu vejo que é uma coisa que não é errada, eu deixo fazer; se quer se sujar se suja aí, depois se lava. A mãe dá banho, briga, aí eles voltam a se sujar de novo (risos). Eu não sou muito de ficar brigando com eles. O que eu posso fazer para evitar briga com eles eu evito,*

entendeu? Se tem uma coisa que tá errada, eu chamo atenção, mas eu tenho muita paciência com eles”.

Disse que não conseguia pensar em nenhuma outra característica que pudesse ter contribuído com a aproximação entre ele e os filhos. Ao direcionar o olhar para cada filho, mencionou que ao falar sobre as características deles que imaginava ter colaborado para o processo de vinculação entre as crianças e ele, escolheu começar por Lara dizendo que *“Menina, eu acho a Lara... Ela assim, uma menina tímida, ela é assim, uma menina até carinhosa, entendeu? Mas é uma menina tímida, o jeito dela, assim... De não querer sair de casa, contribuiu. Ela é assim, se falar de ir na padaria, ela não tem vontade, não quer sair. ‘Vamos ali?’, não vai. Ela não sai na rua, não é porque a gente não deixa não. Ela é muito caseira. Dá pra perceber que isso nela foi bom.”*

Acrescentou ainda que considerava Lara uma menina que *“não é de responder os pais como os adolescentes que nessa idade fazem isso”* e avaliou que isso foi positivo no estabelecimento de interações positivas entre ele e Lara.

Cláudia, por sua vez, disse que considerava Lara muito parecida com ela, pois via a filha como muito geniosa. Definiu o adjetivo geniosa como a dificuldade em admitir um erro e como *“independente demais”*. Também se sentia identificada à filha por não gostar de estudar, pois disse que também não gostava, mas que jamais falaria isso para Lara, pois defendeu que como mãe ela tinha obrigação de cobrar.

Passou a falar de Lara, salientando que a característica principal da filha, que contribuiu, foi o fato de Lara se parecer com ela (mãe). Disse que desde o início se viu *“naquela menina”*, pois no primeiro contato *“Eu já vi que ela era igualzinha a mim, e chamou muita atenção. Por isso que eu brigo por ela assim, eu me casei com 17 anos e não quero que ela case cedo, eu falei outro dia, ‘eu não quero você casando cedo’, poxa, outro dia ela perguntou com que idade eu ia deixar ela namorar”*.

Relatou que percebia a relação entre Lara e o pai (Antônio) como uma relação na qual havia muita cumplicidade, deu como exemplos o fato de que Lara chamou-o de pai antes de chamá-la de mãe, de que ela obedecia ao pai instantaneamente, ao passo que “*teimava*” com ela (mãe). Mas não ficou claro se ela considerava isso como algo que contribuía com a aproximação entre as duas ou não.

Desafios

A criança não mencionou nenhum aspecto da convivência com a nova família que pudesse ser compreendido como desafiador.

Do ponto de vista dos pais, em relação a algum possível desafio na convivência com Lara, Cláudia mencionou sobre uma vez em que ela cortou o cabelo: “*[...] eu vi o cabelo lá no chão e falei: ‘O que você fez?’ , ela respondeu ‘eu não fiz nada’ , falei ‘de quem é esse cabelo?’ , ‘não sei. (risos). Ficou com isso a manhã inteira e eu sou chata, falei ‘filha, não vai te acontecer nada, fala logo a verdade’ , ‘mãe cortei o cabelo. Falei, pronto!’ E eu pensei ‘está resolvido, só queria ouvir a verdade pra entender’ . Você quer uma franja? Então vamos lá no salão cortar uma franja, mas cortar o cabelo em casa não é legal” . Cláudia contou, expressando contentamento, que depois desse episódio, a filha pediu: “*Mãe, não me leva pro salão, não. Quando me leva cortam demais, venha você e tira as pontas*” .*

Cláudia comentou também que quando a filha demonstrou algum interesse pela temática ligada a namorar, isso causou tensões entre elas, pois considerava a filha muito nova para pensar “*nessas coisas*”, “*ela com essa história de namorar me assustou um pouquinho, né*” .

Já Antônio falou pouco sobre possíveis desafios durante o processo inicial de convivência e mencionou que considerava a questão escolar como o único problema mais sério, pois segundo seu ponto de vista “*o desafio maior é em torno de escola, entendeu? Isso é uma coisa que tá sendo muito difícil*” . Especificamente em relação a Lara, Antônio avaliou que as dificuldades que ela apresentava em relação ao processo de aprendizagem escolar traziam

alguns desafios, mas que avaliava que Cláudia era quem realmente sofria com isso. Segundo a exposição de Antônio, *“Eles não estudaram direito, não tiveram alguém que desse incentivo para que eles estudassem. Então, hoje ela tá pensando com eles”*.

Antônio mencionou tal dificuldade especialmente com relação aos filhos mais velhos, pois acreditava que os dois menores, por ainda estarem na creche, não eram submetidos a provas e atividades avaliativas, além disso, considerou que os filhos maiores tinham mais dificuldades cognitivas do que os mais novos.

Dados do genograma

Ao descrever a forma como percebia as relações entre os membros da família, Lara foi breve e pontual. De acordo com registros do Diário de Campo, nesse dia Lara estava aborrecida com a mãe porque, no momento da aplicação do instrumento, ela e Lucas estavam jogando no *tablet* e, quando sua presença foi solicitada para aplicação do instrumento, Lara resistiu um pouco, o que fez com que a mãe fosse impositiva para que interrompesse o jogo. Devido a esse fato, o instrumento foi reaplicado em outro dia, mas não houve alteração nas respostas. Desse modo, Lara relatou que avaliava a ligação entre a mãe e o pai como “próxima”, o mesmo respondeu para a ligação entre a mãe e ela, a mãe e Lucas, a mãe e Gustavo e a mãe e Marina. No momento de responder como avaliava a relação entre ela e os irmãos, hesitou um pouco antes de falar que entre ela e Gustavo havia uma ligação “próxima”. Respondeu a mesma coisa em relação à ligação entre ela e os outros dois irmãos, só que apenas em relação a Gustavo houve a hesitação. No tocante à ligação entre o pai e os membros da família, também foi breve, indicando que a ligação entre o pai e ela era “próxima” e a mesma resposta foi concedida em relação à ligação entre o pai e os dois irmãos. No momento de responder sobre a ligação entre o pai e Marina, ela mudou a expressão facial (que estava séria) e disse sorrindo “Duas não! Com Marina não, ela é a mais apegada dele”, e avaliou, portanto, a ligação entre o pai e Marina como “muito estreita”.

No tocante às questões norteadoras, Lara não quis responder, disse apenas que não gostaria que nada fosse diferente, que gostava de tudo do jeito que era e que não tinha nada que gostaria de mudar na sua vida atual.

GUSTAVO (8 anos)

Percepção acerca da adoção

Ao discorrer sobre sua percepção sobre a adoção, Gustavo relatou que não se lembrava do que sentiu quando soube que seria adotado, apenas disse ter sentido medo de ser adotado sozinho e não com seus irmãos. Afirmou que a primeira coisa que pensou sobre sua nova família é que *“ela morava pertinho da praia”* e que ficou muito feliz quando sua mãe o levou à praia pela primeira vez.

Especificamente sobre a percepção que construiu sobre Cláudia, disse que *“pensei que ela era do jeito que ela era mesmo, quando ela visitou a gente (sorrindo). Ela era nossa tia, mas virou mãe e com meu pai também, foi do mesmo jeito”*.

Ao responder se gostaria de deixar alguma mensagem às pessoas que desejam adotar, Gustavo disse *“Adoção é boa. Adotar é porque porque nunca teve um filho na vida. Os pais ficam feliz, a criança fica feliz.... Por que estava no orfanato há muito tempo, quando ela é adotada, ganha alegria e alegria é muito bom.”*

Aproximação inicial

Perspectiva de Gustavo

Gustavo também encontrou um pouco de dificuldade para relatar os primeiros momentos de aproximação entre ele e a nova família, destacou que se lembrava dos dias em que vivenciaram o estágio de convivência no hotel e depois acrescentou que o primeiro momento em que viu os pais foi *“no Parque”* e que esse dia foi um dia *“legal”*, foi um dia do qual ele gostou.

Perspectiva dos pais

Durante o período em que Cláudia e Antônio iniciaram a aproximação com as crianças, só falavam com Gustavo uma vez por semana (por telefone), por orientação do abrigo, contudo, Cláudia e Antônio relataram que Gustavo não economizou afeto quando se encontrou com eles durante as visitas, brincou e aproveitou os momentos de aproximação inicial. Pontuaram que, desde o início, Gustavo se comportou de forma muito sorridente e buscando contato físico com aqueles que seriam seus novos pais. Tal aspecto também foi observado durante a coleta de dados, momentos nos quais Gustavo buscou aproximação física com a mãe, buscou abraçá-la, sentar próximo a ela e atender aos pedidos dela prontamente.

Interação com objetos e símbolos

Perspectiva de Gustavo

Gustavo deu ênfase à interação com seu brinquedo favorito: a pipa. Disse que “*o único que gosta de pipa aqui sou eu*”, indicando que brincava sozinho de pipa, pois nenhum dos irmãos gostava de pipa como ele. A pipa esteve presente em muitos momentos de sua narrativa. Ao relatar sobre como se sentia na hora de dormir, disse “*Não, nunca tive sonho ruim. Eu sonho só com pipa (risos)*”. Explicou sua rotina salientando a importância da pipa para ele, pois disse que “*Como na mesa (com todo mundo junto), depois eu seco a louça, escovo os dentes e venho brincar. Brincar de quê? De Pipa, ué! Se eu estiver mais dentro da minha meta do Kumon eu vou ganhar uma pipa nova. Falta um mês ainda para bater a meta. Quando não tenho pipa, eu faço (fabrico) a pipa!*”.

Gustavo também mencionou o impacto que a chegada na casa causou nele, especialmente a visão de seu próprio quarto, dizendo que “*Achei muito bom quando cheguei, vi minha cama, era grande e alta (sorrindo). Lara tinha um quarto só para ela. O quarto é meu e de Lucas*” e a esse relato sobre seu quarto acrescentou que “*Eu me sentia bom! Eu sentia bom e saudades.... dos meus amigos. Amigos de onde eu morava*”.

Registros no diário de campo indicaram que Gustavo circulava livremente pela casa, manipulava objetos de uso coletivo (como televisão, utensílios de cozinha e etc.), utilizava a mobília da casa com naturalidade, abrindo os armários para buscar algo que desejava, deitando-se no sofá, sentando-se na mesa e no chão para brincar na hora em que sentia vontade. Gustavo demonstrou especial interesse em brincadeiras na área externa (varanda, quintal e lote anexo). Demonstrou que gostava dos brinquedos contidos na casa, tendo expressado óbvia preferência por pipas. Foi percebido que ele também gostava do *tablet*, mas passou a maior parte do tempo, durante os encontros, brincando na varanda e correndo no lote anexo. Conforme ocorreu em relação à Lara, em nenhum momento foi percebida na criança hesitação em se apropriar da casa e dos objetos contidos nela com naturalidade.

Durante o lanche coletivo, foi observado que Gustavo se alimentava com liberdade e autonomia, mas demonstrava preocupação em mostrar bons modos à mesa, mostrou-se sorridente e dava gargalhadas frente ao apetite de Lucas, que segundo o irmão “*atacava tudo o que via*”.

Processos proximais com os irmãos

Perspectiva de Gustavo

Gustavo contou que não conversou com os irmãos sobre a possibilidade de serem adotados, porque eles não estavam juntos e só se encontravam (os quatro) no final do ano. Gustavo mencionou também que gostava muito de brincar, mas que, quando escolhia brincar de pipa, brincava sozinho. Disse que gostava de brincar com Lara de monstro e riu muito ao descrever a brincadeira. Acrescentou que Lucas e Marina também brincavam com ele e sorriu ao dizer que Marina, mesmo sendo tão pequena, também entrava nas brincadeiras: “*ela é bebê, não brinca direito não, mas brinca, né? Do jeito dela*”.

Gustavo relatou que ele gostava muito de brincar no lote anexo e que isso também agradava a sua mãe, que sempre dizia que preferia que eles brincassem lá para “*não fazermos*

bagunça dentro da casa”. Mencionou que muitas vezes Lucas corria para lá com ele e riu dizendo: “*Ele é o mais bagunceiro da casa.*”

Foi observado durante os encontros realizados com a família que Gustavo sempre estava próximo de um dos irmãos, principalmente Lucas e Lara, conversando ou brincando com eles. Gustavo demonstrava flexibilidade em aceitar brincadeiras propostas pelos irmãos e em ceder quando achava necessário. Durante a observação, foi percebido que Gustavo se sentia protegido na escola por Lara, que chegou a narrar, orgulhosa, mais de um episódio no qual socorreu o irmão que estava sendo “*perseguido*” por um colega da escola, num momento de conflito. Ele riu e confirmou a versão da irmã.

Perspectiva dos pais

Gustavo foi descrito pela mãe como muito bondoso com os irmãos. Cláudia descreveu a relação de Gustavo com os irmãos como muito tranquila. Contou que avaliava o filho como companheiro, compreensivo e “*bom até demais*”, pois achava que ele cedia muito, principalmente quando surgia alguma disputa com Lara. Cláudia falou que Gustavo não mostrava ciúmes dos irmãos, não criava brigas e se relacionava bem com todos. Expressou acreditar que o laço se mostrava mais estreito entre Gustavo e Lucas, devido ao tempo em que apenas eles dois permaneceram no abrigo.

Processos proximais com os pais

Perspectiva de Gustavo

Ao discorrer sobre sua relação com a mãe, Gustavo deu muitos exemplos do quanto a mãe era presente em seu cotidiano, afirmando que “*Minha mãe é que me leva e me busca para a escola, ela é que me ajuda na hora de sair para a escola*” e que a mãe o acordava para que ele se preparasse para fazer as tarefas escolares e iniciasse os preparativos de ir à escola. Explicou ainda que ele solicitava ajuda com os deveres de casa apenas à mãe e não ao pai.

Gustavo também explicitou as regras em relação à sua rotina e dos irmãos que eram organizadas pela mãe “*A gente tem que brincar lá fora porque dentro de casa tem essa quina (aponta para a mesa) que pode machucar. Aí a mãe bota a gente pra fora porque a gente suja as paredes. Tem vez que a gente suja a parede, aí ela coloca a gente pra esfregar (risos). A gente esfrega de boa. O Lucas chora. Marina... Marina nem sei, ela fica com o pai dela brincando lá*”. Acrescentou que ele tinha um alarme para indicar a hora de ir para a cama, mas que sua mãe sempre o ajudava dizendo “*hora de dormir!*” (risos). Detalhou dizendo que “*Na hora do café da manhã estamos: Minha mãe, meu irmão, minha irmã... Menos a Marina, ela vai com meu pai. Vai lá para o lote*”.

Gustavo demonstrou contar com a mãe caso sentisse medo durante à noite ao explicar que não costumava acordar, mas se caso acordasse com “*medo de um sonho ruim*” ele procurava sua mãe. Ao relatar um momento triste, mencionou a lembrança na qual a mãe puniu fisicamente o irmão. Gustavo mencionou que nesse dia não falou nada, ficou calado, pois receou “*tomar uma também*”. Destacou também um outro episódio no qual a mãe ficou nervosa e brigou com o pai por discordar de algo que Antônio falou sobre Lara, mas não soube detalhar o ocorrido.

Gustavo narrou sua percepção do modo como a mãe o corrigia dizendo que “*Tem vez que ela bota eu sentado sem poder assistir a novela Cúmplices, tem vez que eu tomo uma cintada também. O que penso nessa hora? Ruim, ruim é eu tomar uma cintada na bunda (risos). Não acho graça, me sinto mal. Na hora não acho graça não. Choro. ‘Não mãe, não me bate não’ (imitando voz de choro)*”.

No que se refere aos momentos nos quais se sentia elogiado pela mãe, inicialmente disse não saber falar sobre isso, depois acrescentou que quando faz algo bom, tanto sua mãe quanto Lara o elogiavam dizendo “*Que bonitoooo!*” e que ele considerava esses momentos engraçados, mas não explicou o motivo.

Em relação ao pai, Gustavo mencionou sua presença em seu cotidiano ao mencionar que, nos finais de semana, tanto seu pai quanto sua mãe estavam presentes em casa e enfatizou que seu pai deixava que ele brincasse no lote enquanto a mãe ocupava-se das tarefas do lar.

Também mencionou a presença do pai ao dizer que um dos momentos especiais que vivenciou desde que chegou à nova família foi o dia em que o pai chamou uma criança da vizinhança para ensiná-lo a soltar pipa corretamente, pois Antônio estava “*empinando*” a pipa de forma equivocada. Gustavo relatou, com alegria, que ele não brincava de pipa antes de vir para a casa nova e que foi devido ao esforço do pai que ele aprendeu tal brincadeira.

Ao narrar o processo pelo qual passou a chamar Cláudia e Antônio de pai e mãe, disse que “*antes eu chamava de tia e tio, hoje chamo de pai e mãe*”. Questionado sobre o momento dessa mudança, ele respondeu que “*Mudei porque eles mandaram falar de pai e mãe. Um dia meu pai estava na rede e eu falei ‘Ô tio’ e ele falou ‘é PAI’. Eu me senti bem com a mudança. Com a minha mãe, não me lembro como foi*”. Portanto, não soube exemplificar o momento no qual passou a chamar Cláudia de mãe. Disse apenas que começou a chamá-los assim e que, depois da primeira vez, nunca mais parou.

Assim como foi observado junto a Lara, verificou-se que Gustavo sempre se referia a Cláudia e Antônio, como “mãe” e “pai” de forma natural, como os seguintes recortes dos registros ilustram: “*meu pai fica mais na dele e gosta de ficar na rede*” ou “*meu pai sempre chama a gente para brincar no lote*”.

Perspectiva dos pais

Em referência às narrativas da mãe, ao discorrer sobre sua interação com Gustavo, Cláudia disse “*Quando Gustavo chegou, eu me encantei. Eu não tinha problema com o Gustavo. Igual eu te falei, fui descobrir quem era o Gustavo após seis meses. Quando eu me ausentei para ir trabalhar, foi quando ele mudou um pouquinho, mas ele chegou querendo ser o melhor filho do mundo, entendeu?*”

Nesse momento, Cláudia explicou que, passados seis meses, descobriu que Gustavo mentia de forma que ela considerava inexplicável, expressando que isso a incomodava muito. Deu como exemplo situações nas quais ela perguntava para ele se tinha achado o pijama embaixo do travesseiro e ele dizia que não, que revirou tudo procurando e não encontrou. Logo depois, ela descobriu que ele viu que o pijama estava ali e não entendeu porque ele contava essas pequenas mentiras. Nomeou esse momento como “*defasagem*”, defasagem entre o que ela pensava de Gustavo e o que ele revelou ao longo dos meses. Disse que as coisas melhoraram um pouco, mas “*Gustavo ainda está aprendendo que tem que confiar nos pais, que tem que falar a verdade*”. Em contrapartida a este relato, ainda se referindo a Gustavo, destacou que ele não dava trabalho nenhum, que ela ia a todos os lugares com os filhos e que eles não davam trabalho.

O pai não mencionou aspectos específicos sobre a interação com Gustavo, além da dificuldade de aprendizagem escolar que ele percebia tanto em Gustavo quanto Lara.

Características que contribuíram para a vinculação

Perspectiva de Gustavo

Ao narrar quais características nele próprio auxiliavam a interação com sua mãe, Gustavo disse “*Sei não, tia. Calado, calado e sentir medo. Medo da minha mãe me dá uma bronca também. Brincar e estudar, também ajudam*”. E ao ser perguntado como ele imaginava que ser calado e sentir medo o ajudavam no relacionamento com a mãe ele respondeu que “*Não, não ajudam muito não. Porque ser calado é muito triste. Ficar calado é muito triste. Porque não dá pra falar nada, não pode conversar nada*” e fez uma pausa, tornando-se pensativo. Depois incluiu “*Não, o medo de tomar bronca, também não ajudou. Hum... Mas, ajudou um pouco, ainda tem vezes que eu faço algumas bagunça, mas o medo de tomar bronca ajuda*”.

Ao ponderar sobre quais características na mãe contribuíram para a vinculação, ele disse que “*Não sei. Colocar para estudar muito. Isso ajudou. E quando eu não quiser estudar ela me*

dá uma bronca também. Isso ajuda um pouquinho. Minha mãe botar eu para brincar um pouquinho com meus irmãos, também ajuda. Não sei mais!”. Em relação às características que poderiam apresentar desafios à interação mãe e filho, ele disse que “*não, não tem nada que atrapalha*”, acrescentou que a mãe dava “*bronca demais*”, mas ressaltou que “*não queria que minha mãe fosse diferente em nada*”.

Sobre as características do pai que auxiliavam na interação pai e filho, disse que “*Não sei falar do meu pai. O jeito dele é Meio legal, meio bravinho. Não sei mais, só sei que é assim*”. Ao discorrer sobre características que poderiam apresentar desafios à interação, disse que “*É porque ele trabalha demais. Isso não ajuda. Tem vez que ele fica com a gente só um pouquinho, quando ele tá ali no lote. Quando ele trabalha no lote. Quem cuida mais de mim é minha mãe*”.

Perspectiva dos pais

Cláudia, ao iniciar sua narrativa sobre Gustavo, ressaltou que o fato dele querer agradecer o tempo todo favoreceu o processo de aproximação, “*ele era ‘O FILHO’, com quem eu sempre conversava. Eu ia para a escola conversando com ele, voltava da escola conversando com ele, e eu estava sempre colocando a situação para ele, o tempo inteiro, sabe? Ele foi o primeiro a demonstrar de coração e com palavras que queria ser o filho. ‘Filho, você quer ficar, você aceita?’ ‘Quero, mãe’, ‘Mãe, já posso usar seu sobrenome?’ ‘ele estava sempre falando disso, do sobrenome... ‘Mãe, posso escrever meu nome da forma correta?’ ‘Não, não pode ainda’. Então assim, foi tranquilo por isso...*”. Disse que considerava Gustavo uma criança muito prestativa, sempre se oferecia para ajudar e que ela apreciava isso no filho, “*já Lucas também quer ajudar, mas é para fazer bagunça (risos)*”.

Cláudia destacou que, quando descobriu que Gustavo encontrava dificuldades para falar a verdade, ela se sentiu muito triste e decepcionada. Salientou que, desde então, vem empreendendo esforços para trabalhar junto ao filho a importância da verdade nas relações afetivas. Acrescentou que valorizava muito que Gustavo não fosse agressivo, apesar do

contexto no qual viveu.

Do ponto de vista do pai, Antônio disse que considerava Gustavo um menino “*educado e bom*”, detalhou dizendo que “*ele é um menino obediente, a obediência dele é importante, ele faz muita coisa, você pede, ele faz. Tranquilo, também. Todos eles são meninos bons, aconteceu alguma coisa com a família, né, ninguém sabe o que aconteceu, né? Tem seu motivos pra lá, mas são meninos bons, são meninos educados, têm se mostrado bem dedicados, entendeu? A gente fala e eles atendem, entendeu? Eles aprontam, porque criança apronta muitas vezes, a gente aprontou muitas vezes quando era criança também, né? E não foi pouco (risos), mas são meninos bons. Gustavo é uma criança boa.*”

Desafios

A criança não destacou nenhum aspecto da convivência familiar como desafiadora, nem pontuou nenhuma outra vivência como algo que tenha considerado desafiador.

Cláudia mais uma vez mencionou a descoberta de que Gustavo mentia para ela e o quanto sentiu-se “*ferida*” ao descobrir isso. “*Porque meu pai sempre me ensinou ‘Fala olhando nos olhos, não mente pra ninguém’ e para mim aquilo era tão natural, que você acha que todo mundo deveria ser assim, e descobrir que não era assim, foi chato pra mim*”. Disse que percebia que Gustavo vinha se empenhando em não “*esconder a verdade*”, mas frisou que ela estava sempre atenta a esse aspecto.

Antônio mais uma vez pontuou a questão da dificuldade de aprendizagem de Gustavo como o principal desafio no atual momento, pois avaliava que essa dificuldade causava muitas tensões em casa, pois “*Cláudia fica muito preocupada e isso gera um pouco de estresse*”.

Dados do Genograma

Gustavo mostrou-se muito interessado em realizar o Genograma e respondeu às perguntas de forma alegre e animada. Ao responder como avaliava a ligação entre a mãe e o

pai, respondeu que considerava-a “muito estreita”. Em relação à mãe e ele, pediu uma pausa, fez silêncio e, após alguns segundos, respondeu que considerava a ligação “muito estreita”. Avaliou a ligação entre a mãe e Lara como “muito estreita” e a mesma resposta foi dada em relação à ligação entre a mãe e Lucas e a mãe e Marina. Demonstrou ansiedade em falar sobre a ligação entre o pai e ele e respondeu “*são três linhas, é muito próxima. Porque ele fica comprando as pipas pra mim, porque eu gosto de pipa, ele comprou linha pra mim hoje*”, elegeu assim a legenda “muito estreita”. Avaliou a ligação entre o pai e Lara também como “muito estreita” e a mesma resposta foi dada em relação ao pai e Lucas. No momento de responder sobre o pai e Marina mostrou-se sorridente e disse “*Esse ela gosta, estreito também, Tia (risos). Quando ele (o pai) está lá no lote trabalhando, ela fala assim ‘quero meu papaizinho, quero meu papaizinho...’*” (risos).

No que diz respeito à maneira como percebia a ligação entre ele e os irmãos, respondeu que entre ele e Lara a legenda que melhor correspondia à sua ligação com a irmã era “*muito estreita com conflitos*”, pois disse que se sentia próximo da irmã, mas que “*tem muita briga. Um dia foi porque ela não me deixou andar de bicicleta, aí teve briga. Às vezes ela que começa, às vezes sou eu*”. Ao ser perguntado sobre a participação dos pais na mediação dos conflitos, ele contou que geralmente a mãe era quem intervinha, mas às vezes o pai também, pois “*ele vê na câmera, as câmeras filmam tudo*” (risos).

Em relação a ele e Lucas, respondeu prontamente “*Até que o Lucas não tá com muita briguinha comigo não, então é muito estreito*”. Representou a ligação entre ele e Marina como “muito estreita”, também. Gustavo disse que não havia nada que gostaria que fosse diferente no seu atual contexto de vida, sorriu e afirmou que gostava das coisas como elas eram.

LUCAS (5 anos)

Ressalta-se que Lucas não respondeu todas as questões do roteiro de entrevista, conforme supracitado no tópico relativo ao método.

Percepção acerca da adoção

Lucas demorou um pouco para compreender o motivo da entrevista, mas no intuito de oferecer uma pequena explicação adicional sobre a pesquisa, foi dito a ele “*Então, qual é o nome disso que seus pais fizeram quando eles foram lá te buscar e disseram: esses aqui são nossos filhos agora!? Agora eu vou levá-los para casa para ficar comigo. É a.....?*” Ele completou perguntando “*Adorar?*” e riu muito.

Embora Lucas tenha expressado intenso desejo em se aproximar da pesquisadora, não demonstrou muito interesse em responder às perguntas e empenhou-se em explorar a caixa com itens para desenho. Mas, conseguiu expor um pouco seus pensamentos sobre o que estava vivenciando no novo lar.

Diante das questões que exploravam sua percepção sobre a adoção, muitas vezes ele respondeu apenas com o silêncio. Ao ser perguntado sobre quando ficou sabendo que seria adotado, ele fez uma pausa silenciosa e depois se apresentou o seguinte diálogo:

Pesquisadora: Quando soube que seria adotado com seus irmãos?

Lucas: “*Ninguém me falou nada que eu teria uma nova família. Eu morava com minha mãe Luísa*”.

Pesquisadora: Quem é Luísa, Lucas?

Lucas: “*Luísa é minha outra mãe, minha mãe, outra*”. (Silêncio, ele não quis mais conversar muito sobre o assunto).

Pesquisadora: Mas você não estava com ela quando você veio para cá, né?

Lucas: “*Não. Eu estava na casa abrigo mesmo*”.

Pesquisadora: Como você soube que Cláudia viria te conhecer?

Lucas: “*Eu sinto muita saudade da..... Luísa*”.

Pesquisadora: É? E você fala isso para alguém?

Lucas: “*Nunca*” (disse tristemente).

A partir desse momento, ele silenciou-se e passou a se envolver em atividades lúdicas, o assunto foi temporariamente deixado de lado. Apenas acrescentou que sua lembrança sobre a primeira vez em que viu Cláudia e Antônio foi relacionada à ideia de que “*eles me levaram para lugares muito legais*”. Explicando que sua primeira lembrança estava referida aos momentos nos quais os pais o levaram para passear no parque, na praia. Ele não deu detalhes sobre o primeiro dia no qual viu Cláudia e Antônio.

Aproximação inicial

Perspectiva de Lucas

Ao discorrer sobre seus primeiros momentos na casa, salientou que “*estava tudo lindo*”, especialmente seu quarto. Disse que se lembrava também da primeira noite e que nesse dia dormiu com Gustavo. Contou ainda que ele sonhou que estava voando no teto e que considerou isso um sonho bom.

Perspectiva dos pais

No que tange aos relatos dos pais, Cláudia pontuou que Lucas mostrou-se muito afetivo e que tal expansividade da criança comoveu-a. Falou que, desde o primeiro dia em que se viram, Lucas buscou colo, contato físico e mostrou-se sempre alegre e carinhoso. Salientou que Lucas não escondeu “*que era danado*”, movimentando-se sempre de forma ligeira, mostrando-se uma criança com muita energia desde o primeiro momento. O pai não comentou.

Interação com os objetos e símbolos

Como já foi descrito acima, Lucas relatou que achou tudo “*muito lindo*” e que a cama alta e grande chamou sua atenção. Lucas não respondeu o restante das perguntas.

Registros no diário de campo indicaram que Lucas circulava livremente pela casa, manipulava objetos de uso coletivo (como televisão, brinquedos, jogos e utensílios de cozinha e etc), utilizava a mobília da casa com naturalidade, abrindo os armários para buscar algo que desejava, deitando-se no sofá, sentando-se na mesa e no chão para brincar na hora em que sentia vontade. Como foi observado em relação a Gutavo, Lucas também demonstrou especial interesse em brincadeiras na área externa (varanda, quintal e lote anexo). Demonstrou que gostava dos brinquedos contidos na casa, tendo expressado óbvia preferência por brincadeiras interativas, ou seja, que envolvessem outras pessoas (os próprios irmãos ou a equipe de pesquisa), aceitando brincadeiras parecidas com jogos de roda (escravos de jó), mas demonstrando preferência por brincadeiras que envolviam correr e pular.

Conforme ocorreu em relação à Lara e Gustavo, em nenhum momento foi percebido na criança hesitação em se apropriar da casa e dos objetos contidos nela com naturalidade, pelo contrário, foi observado que ele era muito ativo e sentia total liberdade para explorar a casa, inclusive fazendo travessuras, mesmo sob o olhar vigilante da mãe.

Os lanches coletivos realizados com a presença da equipe de pesquisa pareceram representar para Lucas o momento de maior alegria, ao longo das intervenções realizadas junto à família. Lucas gostava de provar todos os alimentos da mesa e ria de seu próprio apetite, se alimentava com liberdade e autonomia, sem nunca ter sido reprimido pelos pais e demonstrou sentir-se especialmente à vontade e feliz nessas horas.

Processos proximais com irmãos

Perspectiva de Lucas

Ao discorrer sobre sua interação com os irmãos, Lucas disse que gostava de utilizar seu tempo livre vendo televisão, brincando e correndo. Contou que quando sentia vontade de ver televisão geralmente chamava Lara para estar com ele, mas quando queria brincar no lote, ou correr do lado de fora da casa, chamava Gustavo. Acrescentou ainda que, às vezes, Marina pedia que ele brincasse com ela de boneca e ele brincava, mas ele disse franzindo o rosto “*mas eu prefiro brincar de carrinho, né?*” (risos).

Perspectiva dos pais

Foi observado que os pais avaliavam a relação de Lucas com os irmãos de forma positiva, embora tenham destacado que o fato de Lucas ser pequeno e “*um pouco pirracento*” atrapalhava um pouco a interação, pois em alguns momentos Lucas não mostrava disposição para ceder e fazia de tudo para que as coisas fossem do jeito dele. Mas, segundo Cláudia, “*os irmãos demonstram compreender e tolerar tal comportamento do irmão, de modo que Lucas brinca bem com todos os irmãos, inclusive Marina*”.

Contudo, mais uma vez Cláudia destacou que fazia uma mediação diante da relação entre os irmãos, pois percebia que se ela não se mostrasse atenta, Lucas, semelhante a Lara, aproveitava-se da bondade de Gustavo e “*isso não era bom para ninguém*”.

Processos proximais com os pais

Perspectiva de Lucas

Lucas discorreu sobre sua rotina dizendo que quem o ajudava com as coisas de escola era sua mãe. A tarefa de buscá-lo e levá-lo à escola e cuidados com a alimentação também eram atividades desempenhadas pela mãe, segundo seu relato.

Relatou que contava com a mãe nos momentos em que sentia medo, principalmente quando acordava no meio da noite, dizendo: “*Às vezes eu tenho medo de alguma coisa, medo*

de ficar sozinho, quando todo mundo está dormindo no escuro. Aí eu fico lá com o olho tremendo. Eu procuro minha mãe e falo ‘Deixa eu dormir com você?’. Ela deixa sim, deixa! Aí o medo passa. Às vezes procuro o papai, mas eu prefiro a mamãe”.

Comentou também sobre os momentos de lazer, dizendo que saía para passear com a mãe no shopping, na praia e que às vezes o pai também os acompanhava. Quanto à questão da correção, apenas respondeu “*Ela corrige falando...Ah, ela me colocou de castigo, mas agora vamos desenhar”.*

Ao narrar sua interação com o pai, alterou um pouco sua fala inicial e relatou que tanto seu pai quanto sua mãe o buscavam na escola. Mas disse que, ao anoitecer, sua mãe é quem se fazia presente e o pai sempre chegava “*depois*”, queixou-se da ausência do pai e destacou “*ele demora porque sempre busca o pão*” (risos). Lucas contou que estava rindo porque gostava muito de pão doce e que se sentia feliz quando via o pai chegando do trabalho trazendo o pão.

Sobre o momento em que passou a chamar seus novos pais de pai e mãe, ele disse que “*Chamava de Cláudia, ué*”, quanto ao pai disse que não sabia como chamava, não quis continuar o assunto e finalizou o diálogo dizendo “*Eu chamo ele de papai. Chamo ela de mãe*”.

Da mesma forma como foi observado com as outras duas crianças, Lucas também se referia aos pais utilizando as expressões “*meu pai*” e “*minha mãe*” e também endereçava a ele tais expressões. Durante vários encontros, foi observado que ele buscou contato físico, especialmente com a mãe, e que gostava de colo e brincadeiras que estimulassem o contato físico. Lucas gostava de falar sobre os pais, como recortes da observação ilustram: “*eu tenho uma galinha só para mim no galinheiro que meu pai fez*” ou “*minha mãe faz lanches muito gostosos para nós*”. Também foi observado que direcionava à palavra aos pais chamando-os de “*pai*” e “*mãe*” com naturalidade.

Perspectiva dos pais

Cláudia pontuou que Lucas se destacou desde o início diante do olhar dela, pois ele sempre procurava colo, afeto e carinho, ao mesmo tempo, salientou que ele "*deu muito trabalho*", pois demonstrava comportamento agitado e com algumas dificuldades de respeitar as regras básicas como "*não subir no corrimão, não fazer maldade com a cachorrinha*", dentre outras. Cláudia disse que tem sempre que "*estar de olho nele*" e contou que "*embora ele tenha dado muito trabalho*", ele despertou muita ternura, com o jeito de ser sempre alegre e disposto a dar e receber carinho.

Foi observado que Lucas gostava de trazer flores e entregá-las à mãe e que tal ato deixava a mãe contente. Ele trazia flores que encontrava na rua e quando não encontrava "*trazia mato mesmo*", segundo relato da mãe durante o lanche (risos).

Registros no diário de campo ilustram que Cláudia se empenhava em trabalhar com Lucas a noção do limite. Por exemplo, a primeira criança a se oferecer para responder às entrevistas foi Gustavo, mas no momento em que ele iniciou as atividades Lucas chorou muito porque queria ser o primeiro, Cláudia então retirou o filho de cena e não permitiu que ele "*passasse na frente do irmão*". Em vários momentos, foi percebido o esforço de Cláudia em conter comportamentos do filho, avaliados pela mãe como inadequados.

O pai não discorreu de forma específica sobre Lucas, mas foi observado que Antônio também falava do filho demonstrando valorizar o fato de Lucas ser carinhoso. Antônio expressou acreditar que Lucas tinha facilidade de aprendizagem, mas disse que isso facilitava mais as coisas entre Lucas e Cláudia, pois manifestou que ele, enquanto pai, não se sentia afetado por isso. O momento de interação que o pai demonstrou valorizar foi o momento em que ele estava no lote trabalhando e Lucas se mostrava presente nesse espaço. Antônio contou gostar muito de sair e "*carregar os filhos*" com ele e disse que Lucas sempre gostou de estar com ele, nesses momentos.

Características que contribuíram para a vinculação

Lucas não respondeu às questões que se referiam às características.

Cláudia, ao transcorrer sobre as características dos filhos que contribuíram para a aproximação, escolheu iniciar pelo Lucas e justificou tal escolha dizendo que *“quando você pensa nas coisas... Já lembra Lucas carinho, entendeu? Lucas é muito carinhoso, apesar de ser agitadinho, terrível, curioso, afoito. Lucas quer descobrir tudo, isso é uma coisa boa pra ele, só tem que saber trabalhar isso, tem que esperar um tempo. Ele é muito carinhoso, então, ao mesmo tempo que eu me descabelava com ele de dia, de noite na hora de dormir, eu falava ‘sabe meu filho, o que eu fiz com você?’ . Então assim, pelo carinho dele eu tento dar mais atenção e até hoje está uma loucura porque, eu coloco Marina pra dormir e com esse tempo frio, né, só quer dormir comigo... Mas eu corro lá pra colocar Lucas pra dormir, poxa, porquê que ela pode ficar na cama comigo e o menino não?”*. Salientou que, em alguns momentos, Lucas pedia para ficar com ela na cama. Segundo Cláudia, ele buscava tal contato devido ao fato de que ele não teve isso na relação com a mãe, explicou que é uma das poucas coisas que sabe sobre sua convivência com a mãe, que ele foi retirado muito cedo de sua mãe biológica.

Cláudia salientou que eles (novos pais) tiveram que se revezar na função de colocar Lucas para dormir e tiveram que se empenhar em oferecer acolhimento nesse momento, pois percebiam que isso era importante para ele. Disse ainda que achava que Gustavo também precisava, mas por não demonstrar, ela acabava falhando em oferecer tal acolhimento a ele nesse momento: *“Gustavo tem essa necessidade também, mas ele não demonstra igual Lucas, sabe? Ele já é mais hominho”*.

Cláudia também destacou que Lucas demonstrava facilidade no aprendizado, característica também atribuída à filha caçula, e disse que isso a deixava com boas perspectivas em relação ao futuro do filho. Contou que do ponto de vista comportamental, Lucas dava muito trabalho, mas que, ao mesmo tempo, demonstrava muita facilidade de aprendizagem e que isso

produzia um encantamento sobre ela.

Do ponto de vista do pai, Antônio afirmou que no início “*Lucas deu um ‘trabalhozinho’, porque é muito desobediente, né? No início ele era bem levado, mas hoje ele tá bem melhor. De um tempo pra cá ele mudou completamente, está bom, está bom*”. Destacou que Lucas fazia “*muita arte, arte mesmo*”, mas descreveu o filho como “*um menino muito carinhoso*”.

Desafios

Perspectiva de Lucas

Lucas não falou sobre a existência de aspectos que ele poderia avaliar como desafiadores na convivência com seus novos pais, nem com seus irmãos. Mesmo durante a realização da observação ao longo dos seis encontros, Lucas não mencionou aspectos negativos em sua inserção no novo lar. Os fatos narrados por Gustavo, no que diz respeito a ter visto o irmão ser repreendido fisicamente, não foram relatados por Lucas. Ao discorrer sobre a maneira como os pais o repreendiam, respondeu que sua mãe era quem o corrigia e fazia isso o deixando de castigo. Não quis continuar o assunto, ao ser perguntado sobre isso.

Perspectiva dos pais

Cláudia destacou alguns desafios e Antônio não. A mãe pontuou que Lucas fazia muita “*pirraça*”, mas que isso era de se esperar devido à idade dele. Falou que não sentiu surpresa, porque, por ser professora, já tinha uma noção do que uma criança de quatro anos fazia. Ponderou que “*Hoje em dia as coisas estão mais calmas, embora Lucas ainda apronte*”. Salientou que “*o combinado com Lucas é que ele apronte todas em casa, mas lá fora se comporte*” e pontuou novamente que valorizava o fato de que, mesmo as crianças tendo crescido no contexto em que cresceram, não se mostravam agressivas.

Num dos encontros realizados com a família, Lucas tinha passado cola na cachorra e Cláudia mostrou-se muito aborrecida diante desse fato. Falou que Lucas sempre dava um jeito de surpreendê-la fazendo uma “*arte*” que ela nunca poderia imaginar e que isso causava um

pouco de desgaste, mas ela declarou esforçar-se para lembrar que Lucas ainda era pequeno e “*que aos poucos ele vai compreender a noção de limite, de certo e errado*”.

Dados do genograma

Vale salientar que, de acordo com os registros do diário de campo, Lucas mostrou-se muito interessado no genograma, mas quando percebeu que o instrumento era para auxiliar na representação de como ele percebia as ligações afetivas entre os membros da família, logo mostrou-se desinteressado, alegou muitas vezes estar cansado e respondeu às questões sem demonstrar muita convicção.

Ao relatar sua percepção sobre a ligação entre a mãe e o pai, descreveu-a como “*muito especial*” e representou-a como “*muito estreita*”. Ao ser perguntado sobre como percebia a ligação entre a mãe e ele, Lucas pediu uma nova explicação sobre o significado de cada traçado e foi explorando o significado das legendas até que ele se sentisse à vontade para escolher uma que representasse tal ligação. Transcorridos alguns minutos, ele então disse “*Eu tenho problemas, eu quero essa daqui, que significa especial com problemas*”, assim, ele elegeu o tracejado que significa “*muito estreita, porém com conflitos*”. Não quis dar exemplos dos tipos de problemas que existiam em sua relação com a mãe, disse que estava cansado e se empenhou em fazer o traçado correspondente à sua avaliação de tal ligação.

Sobre a maneira como percebia a ligação entre a mãe e Lara, respondeu “*muita raiva*” e diferenciou do que elegeu para si mesmo em relação a ele e a mãe, dizendo que, no caso de Lara, não achava que a ligação fosse especial com conflitos, “*é só raiva mesmo*”, escolhendo “*conflituosa*”. Ao discorrer sobre a mãe e Gustavo, mencionou que considerava essa relação “*só problema*” e entre a mãe e Marina disse “*é muita, mas muita, mas muita muita muita raiva*”, não quis explicar sua resposta, escolhendo para essas duas últimas a legenda “*conflituosa*”.

Ao falar sobre a ligação entre o pai e ele, respondeu “*Ah, é muito bravo, ué*” e quis representar tal ligação com o traçado que significa “*conflituosa*”. A relação entre o pai e Lara

foi descrita por ele como disse que é “*raiva e carinho*”, mesma resposta foi dada em relação à sua percepção da ligação entre o pai e Gustavo, ou seja “muito estreita, porém com conflitos”. Ao dizer isso, falou que acha que sua relação com o pai é igual “*tem raiva, mas tem carinho*”, “muito estreita, porém com conflitos”.

Já a ligação entre o pai e Marina foi descrita como “*mais ou menos raiva*”, mas elegeu a representação “conflituosa”. Em relação à ligação entre ele e Lara, ele pediu nova explicação sobre a diferença entre os traçados e disse que a ligação entre ele e a irmã era “*muito especial*”, por isso queria três linhas, “muito estreita”. Para descrever a ligação entre ele e Gustavo escolheu o significado “próximo”, já sobre ele e Marina disse que “*é com ondinha (risos). Eu brinco com ela, é uma relação especial, mas também tem problemas*”, “muito estreita, porém com conflitos”.

4. Discussão

A discussão será apresentada considerando-se os seguintes eixos de análise: o início do processo de adoção, a interação com objetos e símbolos significativos, processos proximais entre os irmãos, processos proximais entre as crianças e seus novos pais e aspectos desafiadores e facilitadores no estabelecimento da filiação. A análise e discussão dos dados foram norteadas pelos objetivos elencados neste estudo, fundamentadas na literatura existente sobre adoção e na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Optou-se por iniciar a análise partindo dos relatos das crianças, articulando-os aos dados coletados junto aos pais, mantendo a perspectiva de que as relações afetivas são construídas numa via bidirecional, conforme já apontado anteriormente. Apenas no que se refere ao processo adotivo a organização parte do relato dos pais, que forneceram a maior parte das informações a esse respeito.

O início do processo de adoção

A motivação para a adoção é considerada multifacetada, pois em alguns casos os postulantes iniciam um projeto adotivo a partir da descoberta da infertilidade, enquanto em outros casos comparecem como motivação principal razões altruístas ou humanitárias (Young, 2012). A necessidade de transmitir geracionalmente o nome da família também é, para alguns postulantes, um importante componente motivacional do projeto adotivo, além da crença de que ter uma criança contribui com o sentimento de bem-estar e completude (Gibbons & Brown, 2012; Mahal, Jaeger, Patias & Dias, 2011b).

Verificou-se, contudo, no que tange ao casal pesquisado, que a principal motivação para que iniciassem a habilitação para adoção era ter filhos, poder ser pai e mãe, ou seja, derivou de uma concordância entre os cônjuges ao decidirem construir uma família, aspecto destacado por Cecílio e Scorsolini-Comin (2016). Embora tenha sido observado que Cláudia se mostrou sensível em relação ao histórico das crianças, o altruísmo não se destacou como elemento inicial

da motivação do casal na construção do projeto adotivo. O relato da participante também mostrou que a motivação principal não foi baseada na tentativa de apagar a impossibilidade de ter filhos biológicos, mas na compreensão de que ter filhos não se resumia à consanguinidade e à gestação. Assim, pode-se concluir que o projeto adotivo demonstrou também influências multifacetadas, pois embora os temas relativos à infertilidade e ao altruísmo tenham sido explicitados em suas narrativas, o projeto teve como principal alicerce o desejo de ter filhos.

Ainda em referência à construção do projeto adotivo por parte dos pais, observou-se que ambos convergiram em relação à definição das características da criança desejada, pois desejavam um grupo de irmãos composto por até três crianças, de qualquer etnia ou gênero. Mas em relação à idade houve divergência, porque Cláudia expressou desejo de realizar uma adoção tardia, enquanto Antônio preferia adotar crianças menores, se possível recém-nascidas. Não obstante, conseguiram chegar a um consenso de que o desejo deles seria receber crianças que tivessem entre zero a oito anos de idade. Hueb e Cecílio (2015) analisam que em casos em que há divergências em relação ao perfil das crianças a serem adotadas, a participação no curso preparatório e, principalmente, a presença do respeito pelos sentimentos e desejos do outro no casal auxilia uma tomada de decisão conjunta que contemple as possibilidades e impossibilidades de cada um dos postulantes, o que pôde ser observado com Cláudia e Antônio, ao buscarem uma concordância em relação à suas expectativas quanto à nova família que estavam planejando.

Destaca-se que o fato do casal ter se disposto a receber um grupo de irmãos composto não só por possíveis bebês, mas também por crianças maiores, contribuiu para que não permanecessem tanto tempo na fila de espera por seus futuros filhos e pode ter sido um elemento facilitador da adaptação ocorrida entre os postulantes e as crianças.

No que se refere à análise dos resultados obtidos junto às crianças, salienta-se que a concretização da adoção apresenta à criança que está sendo adotada uma grande transição, não

só do ponto de vista ambiental como também psicológico, uma vez que a criança inserida numa nova família vivencia rupturas e recomeços (Guimarães, 2010; White & Whu, 2014). Peiter (2011) afirma ainda que o ingresso da criança em uma nova família introduz um tipo de descontinuidade histórica em sua vida, assim, devido a tal ruptura, considerou-se importante abordar com a criança a temática do processo adotivo, dentro de suas possibilidades narrativas, no sentido de compreender a maneira como cada uma das crianças vivenciou a saída de seu contexto anterior para o novo.

Em relação a esta questão, foi observado que as três crianças encontraram dificuldades para discorrer de forma detalhada sobre a maneira como vivenciaram o início do projeto adotivo. Tal tema demonstrou ser o ponto mais sensível para as crianças, verificando-se que elas não demonstraram as mesmas dificuldades em relação a outros questionamentos realizados durante a pesquisa. No entanto, pode-se pontuar pelas descrições de Lara e Gustavo que ambos foram participantes da construção do projeto adotivo, ao aceitar e expressar de forma positiva o momento de aproximação do casal.

Lara expressou que desejou fazer parte da nova família ao relatar que se lembrava do momento de aproximação com Cláudia e Antônio e da foto que os profissionais do abrigo mostraram para ela. Suas narrativas indicaram consentimento com a adoção, pois respondeu positivamente quando os profissionais do abrigo a consultaram sobre o assunto. Já Gustavo, relatou sentimentos positivos em relação ao encontro ocorrido no parque com aqueles que seriam seus novos pais. Demonstrou, como a irmã, uma postura ativa na construção do projeto adotivo ao aceitar a aproximação entre ele e o casal, considerando, assim, a possibilidade de inserção nessa nova família.

Sobre a participação das crianças no projeto adotivo, Guimarães (2010) pondera que é mais comum que, ao longo da trajetória de vida das crianças que são adotadas, elas circulem de um contexto para outro, submetidas às decisões dos adultos, de maneira impotente. Contudo,

pode-se constatar que a narrativa das duas crianças contrasta com esta observação, apontando para um projeto adotivo construído não só pelos pais, como também pelas crianças mais velhas. Contente et al. (2013) afirmam que o fato de ser oportunizado que a criança expresse seu desejo de iniciar, por vontade própria, um novo vínculo familiar contribui com o processo de adaptação da criança à nova família e tal oportunidade é considerada muito importante em estudos sobre filiação adotiva (Contente et al., 2013; ECRIAD, Brasil, 1990; Gomes & Levy, 2016; Rosa, 2008).

Em relação ao irmão mais novo, verificou-se que Lucas não falou abertamente sobre o momento inicial da adoção e que suas respostas relativas ao momento anterior à aproximação com a nova família foram atreladas à lembrança da mãe biológica. Assim, foi após confundir adotar com adorar e discorrer sobre a mãe biológica, que ele mencionou suas lembranças relacionadas aos primeiros momentos nos quais teve acesso à Cláudia e Antônio, detendo-se a relatar aspectos ligados aos passeios realizados com eles.

Entretanto, mesmo não tendo expressado com mais detalhes como foram as primeiras aproximações com o pai e a mãe, os relatos demonstraram que um ponto comum entre Lara, Gustavo e Lucas, no que se refere à percepção do processo adotivo, é que os três expressaram o quanto se sentiram acolhidos pelo casal e bem-vindos no novo lar, desde o início.

Em relação à menção de Lucas sobre a mãe biológica, analisa-se que ao trazer as duas referências ao mesmo tempo, da aproximação com os pais atuais e da saudade da mãe biológica, pode-se considerar que a criança estava ainda tentando integrar suas vivências pregressas com as atuais. Foi observado que ele parecia se sentir livre para falar sobre a mãe biológica quando tinha vontade, o que sinalizava um aspecto facilitador dessa integração entre passado e presente. Em sua pesquisa sobre a questão da transição vivenciada pela criança no contexto adotivo, Bai (2012) ponderou a respeito da importância de que a nova família acolha o passado da criança

de forma respeitosa, defendendo que tal atitude parental facilita a integração da criança à nova família.

Cláudia acrescentou informações sobre esta questão, pontuando que a referência à mãe biológica não era incomum e que conversava livremente com o filho mais novo sobre esse assunto. Verificou-se que tal comportamento expresso pela mãe foi essencial para que a criança compreendesse que sua vivência anterior não era rejeitada pela nova família e que poderia integrar os diversos aspectos de sua história. Considera-se que, ao se rejeitar a história pregressa da criança, há uma tendência de não haver espaço na nova família para assuntos relacionados à família biológica e à própria adoção, fragmentando sua história (Bai, 2012; Peiter, 2011). Ao passo que quando a família adotiva acolhe o passado dos seus filhos ela promove na criança ou adolescente o sentimento de conexão entre o passado e o presente (Bai, 2012; Bicca & Grzybowski, 2014).

Observou-se ainda no relato das crianças que as respostas relacionadas à possibilidade da adoção foram expressas a partir de sentimentos: Ao discorrerem sobre como se sentiram diante da possibilidade de serem adotados por Cláudia e Antônio, Lara, por exemplo, mencionou que a adoção fez com que ela se sentisse “*muito alegre*”, já Gustavo destacou ter sentido medo de ser adotado sozinho. Na resposta de Lucas, o sentimento também ocupou um lugar central em relação à temática da adoção, contudo, ele se referiu ao vínculo com sua história anterior, quando disse que sentia saudades da mãe biológica.

O fato das crianças terem expressado suas ideias sobre o processo adotivo a partir de sentimentos pode indicar que elas se sentiram à vontade para se expressar nesse novo microsistema. Bronfenbrenner e Morris (2006) explicaram que as características que marcam o ambiente no qual o desenvolvimento humano ocorre não incluem apenas propriedades objetivas, mas também como elas são vivenciadas subjetivamente e conferiram aos sentimentos um importante papel no curso desenvolvimental. Destacaram que expectativas, esperanças,

dúvidas ou crenças pessoais são exemplos de aspectos subjetivos que emergem na primeira infância e continuam presentes ao longo da vida.

Quanto ao aspecto destacado por Gustavo, sobre o medo de ser adotado sozinho, sem os irmãos, autores alertam para o fato de que, diante de rupturas importantes na vida da criança adotiva, como a retirada da família de origem e depois da instituição de acolhimento, a convivência com os irmãos pode se apresentar como a relação mais duradoura para a criança, oferecendo a ela um sentido de continuidade e pertencimento e podendo atuar como um fator de proteção (Almeida, 2009; Gomes & Levy, 2016; Landy & Munro). Outros estudos também mostraram que esse laço é valorizado pelas crianças acolhidas institucionalmente, que expressam receio de serem separadas (Cunha, 2008), como também se verificou com Gustavo.

Outro elemento importante que se apresentou durante as intervenções de pesquisa foi a menção ao registro civil das crianças. Compreende-se que a questão do nome a ser inscrito na certidão de nascimento a partir da concretização da adoção se configura como um importante componente da construção da filiação, por inscrever formalmente a criança na cadeia geracional de sua nova família (Silva, 2009). A menção a esse aspecto esteve presente apenas no relato de Cláudia e de Gustavo, não obstante, esse componente do processo adotivo tem sido discutido entre pesquisadores do tema, pois, do ponto de vista jurídico, a adoção permite uma alteração de forma completa no nome e sobrenomes da criança.

O ECRID (Brasil, 1990, art. 47, parágrafo 5º) permite a alteração do prenome, desde que a criança seja ouvida sobre tal alteração, mas Dolto (1998), ao discorrer sobre a temática da adoção, considera que essa mudança pode afetar questões identitárias da criança, causando impactos negativos. A respeito desta questão, a Associação dos Magistrados do Brasil (2009, p.15) sugere que, ao invés de trocar o prenome da criança, a família adotante poderia “optar pela adição de mais um nome, para marcar um novo ponto de enlace e de identificação na constituição dessa subjetividade”.

No estudo conduzido por Hueb e Cecílio (2015) sobre adoção de um grupo de irmãos, as autoras ponderaram sobre a importância atribuída por uma das crianças da pesquisa à mudança do registro civil, com a inclusão do sobrenome dos pais, indicando que o fato foi significado como um momento a partir do qual ela se sentiu filha de seus novos pais. Embora haja questionamentos sobre os efeitos de uma mudança do registro civil na identidade da criança, é sabido que para algumas crianças essa alteração é importante, representando, além da consolidação do pertencimento à nova família, o distanciamento de um passado que traz recordações dolorosas. Já para outras crianças, têm sido importante alterar o sobrenome, mas não o prenome, como contou Cláudia sobre Lara, que teria dito que mudar o prenome de alguém era como “*tirar um pedaço*” da pessoa. Assim, verificou-se que, no caso da família estudada, Antônio e Cláudia respeitaram a história genealógica de seus filhos ao mostrarem abertura para conversar com as crianças sobre o tema e ao manterem seus prenomes.

Destarte, na família estudada, percebeu-se que a visão das crianças sobre o processo adotivo e sobre a convivência inicial no novo ambiente familiar foi marcada por aspectos positivos, uma vez que as três crianças demonstraram que a expectativa de um novo começo junto àqueles que seriam seus novos pais foi positiva e que a convivência inicial foi permeada por sentimentos de cuidado e zelo dos pais em relação a elas. Apesar dos pais terem relatado que vivenciaram alguns desafios no início da convivência, conforme será exposto adiante, notou-se que as crianças preservaram para si uma vivência positiva desse processo inicial de aproximação familiar.

Interações com objetos e símbolos significativos no novo contexto

A importância da interação com objetos e símbolos no microsistema e sua relação com a ocorrência dos processos proximais é claramente destacada pela Teoria Bioecológica, pois se tal interação instiga a atenção, exploração, manipulação e imaginação ela pode impulsionar o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Esse aspecto foi destacado

também pela pesquisa de Ferguson, Cassells, McAllister e Evans (2013), que apontaram a interação da criança com aspectos físicos do ambiente como um relevante propulsor do desenvolvimento social e cognitivo.

Desse modo, no contexto da adoção tardia, uma análise da interação da criança ou adolescente com objetos e símbolos presentes no novo ambiente familiar assume grande relevância e contribui com a avaliação do processo de vinculação deles ao novo lar, uma vez que a observação e análise de tal interação podem fornecer indícios do sentimento de pertencimento. Afinal, a criança ou adolescente sai de um contexto no qual geralmente não vivenciou o sentimento de possuir bens e objetos, para um contexto no qual passa a ser proprietária de uma casa, uma cama, brinquedos e diversos outros itens que compõem sua nova vida (Prada & Weber, 2006). Assim, no que se refere à interação com objetos contidos no novo lar, observou-se que em todos os encontros as crianças pontuaram que sua relação com o ambiente físico da casa era significativa para elas.

Observou-se que ser dono de algumas coisas, inclusive do quarto, parece ter contribuído com a construção dos processos proximais entre Lara, Gustavo, Lucas e seus novos pais nesse novo contexto ecológico. As crianças demonstraram terem reconstruído “o direito e a capacidade de uso de objetos pessoais”, termo utilizado por Reverbel (1996) em relação à reinserção de pessoas institucionalizadas na sociedade.

Tanto Lara, quanto Gustavo e Lucas mostraram-se alegres e à vontade na casa durante a realização de todos os procedimentos investigativos. As três crianças mostraram-se confiantes no espaço doméstico, circulando pela casa e brincando com os brinquedos e outros objetos da casa, sem receio de serem cerceadas ou repreendidas pela mãe. As crianças também passavam uma parte importante do tempo livre brincando no terreno anexo à casa e sua circulação nesse espaço parecia provocar muita alegria e empolgação, além de ser uma oportunidade de estarem mais próximas do pai. Estudos realizados por Eiguier (2000; 2010) atribuíram grande

importância à casa enquanto espaço de reconforto e segurança, pois, segundo o autor, se os membros da família possuem uma representação estável e unificada do grupo familiar, o ambiente material é rapidamente aceito.

Observou-se ainda que a forma como as crianças manuseavam os objetos e circulavam em sua nova casa demonstrava que se sentiam integradas a esse novo microsistema do qual passaram a fazer parte há aproximadamente um ano. Tal movimento em crianças adotadas tardiamente é interpretado por Ozoux-Teffaine (2004) como uma tentativa de pertencimento ao novo ambiente, pois a autora afirma que a atitude da criança em manipular o novo espaço familiar indica desejo de tomar posse, de fazer parte do novo contexto familiar.

Bronfenbrenner também pontuou a importância de se estudar a relação de um ser humano com objetos e símbolos significativos, pois compreendia o quanto tais estudos poderiam revelar sobre as interações (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Esse aspecto é pouco estudado no contexto da adoção tardia e merece destaque, pois uma criança que foi institucionalizada passa muito tempo submetida às normas que coletivizam os objetos que compõem o cotidiano. No presente estudo, constatou-se que, após serem inseridas na nova família, as crianças valorizaram muito os objetos que simbolizavam o quanto seu espaço foi demarcado na nova casa por seus novos pais. Pode-se verificar esse cuidado do pai e da mãe quando eles reservaram camas, brinquedos e objetos que eram de uso exclusivo de seus filhos. Lara, Gustavo e Lucas demonstraram, em diversos momentos, o quanto esse arranjo do ambiente os deixava contentes e seguros nesse novo contexto familiar.

Processos proximais entre os irmãos

No que tange ao relacionamento entre irmãos antes da inserção na nova família, apenas Lara e Gustavo mencionaram o período anterior, explicando que não se viam muito, apenas no final do ano. Lucas também se ateu a falar sobre sua interação com os irmãos considerando apenas a atualidade. Embora não haja informações detalhadas sobre a vida pregressa das

crianças, sabe-se que eles ficaram aproximadamente um ano acolhidos e que antes disso conviviam juntos na família biológica. No entanto, os dois irmãos mais velhos fizeram apenas referências breves ao tempo de separação durante o acolhimento, que foi mencionado como um período de descontinuidade, de ruptura na convivência entre os irmãos, não tendo, contudo, em nenhum momento da investigação, mencionado o momento em que conviviam juntos na família biológica (que foi a maior parte do tempo de suas vidas).

A dificuldade das crianças para discorrerem sobre suas vivências anteriores demonstrou que não desejavam se confrontar com esse passado, percepção também descrita pela mãe adotiva. Tal peculiaridade foi observada por Guimarães (2010), que destacou ter percebido em sua pesquisa uma tendência das crianças em evitar falar da história pregressa. A autora analisou que a inserção da criança numa nova família, no contexto da adoção tardia, representa uma grande ruptura, o que se constitui como um dos motivos da tendência da criança em não discorrer sobre seu passado (Guimarães, 2010). Levinzon (2015) analisa ainda a possibilidade de que, ao serem adotadas, as crianças se deparem com a necessidade de viverem satisfeitas na nova família, evitando assim assuntos que relembrem sentimentos relacionados a possíveis vivências de abandono ou desamparo (Levizon, 2015).

Em relação à convivência após a adoção no que se refere às relações fraternas pesquisadas, ao serem analisados os genogramas, pôde-se constatar que nenhuma das ligações descritas pelas crianças, envolvendo a relação entre irmãos, foi nomeada como sendo apenas “conflituosa”. O genograma, além de aspectos relacionados à genealogia, ilustra aspectos subjetivos a respeito da estrutura e dinâmica de funcionamento do grupo familiar (McGoldrick, et al., 2008; Nascimento et al., 2016). Assim, embora as relações fossem permeadas não só por bons momentos, mas também por alguns conflitos, todos eles descreveram as relações com os irmãos com a presença de vínculos positivos.

Ao longo das outras intervenções de pesquisa, pôde-se constatar que as crianças demonstravam prazer em estar na companhia uma da outra e que a interação entre elas acontecia com reciprocidade. As crianças brincavam juntas, viam TV, se ajudavam, compartilhavam cotidianamente o espaço de dormir e outros ambientes da casa, assim como alguns brinquedos. Verificou-se, portanto, a ocorrência de processos proximais na relação entre os irmãos que estimulavam o desenvolvimento de competências como, por exemplo, habilidade de compartilhar objetos, de cooperar e de brincar conjuntamente. Os processos proximais se referem ao estabelecimento de interações recíprocas, progressivamente mais complexas, entre um organismo humano e as pessoas e ou objetos presentes em seu ambiente imediato, em que ambas as partes se estimulam mutuamente (Bronfenbrenner & Morris, 2006). No caso das relações entre os irmãos, verificou-se que os processos proximais foram possibilitados após a inserção das crianças na nova família.

Otuka, Scorsolim-Comin e Santos (2009) afirmam que a presença de irmãos pode constituir um elemento importante para a convivência familiar, principalmente quando os irmãos têm idade próxima e frequentam juntos os mesmos ambientes. No caso estudado, a proximidade da idade demonstrou impacto positivo na cumplicidade entre os irmãos, pois as crianças possuíam cerca de dois anos de diferença e pareciam encontrar na fratria companheiros para as brincadeiras e para a realização de outras atividades cotidianas.

De acordo com Goldsmid e Féres-Carneiro (2011), situações que expõem as crianças à ausência dos pais colocam em evidência as relações fraternas, que, frequentemente, passam a figurar como a única relação duradoura. Assim, segundo as autoras, em momentos de crise – que separam a criança de um dos pais ou de ambos – o vínculo entre os irmãos deve ser protegido e apoiado por se apresentar como um importante sustentáculo do equilíbrio familiar para as crianças que sofrem situações de graves rupturas.

Também sobre a importância dos irmãos, Witheman, McHole e Sole (2011) frisam que estes podem servir uns aos outros como companheiros e confidentes não só durante a infância como também na adolescência. Coadunando com essa visão, McHale, Updegraff e Whiteman (2012) acrescentam que, devido à convivência cotidiana, a relação entre irmãos pode promover um desenvolvimento positivo e auxiliar na solução de problemas surgidos ao longo da história de vida. No caso da adoção, essas características assumem particular relevância e reforçam a afirmação de que a afetividade entre os irmãos é um fator de proteção (Landy & Munro, 1998).

Assim, a ponderação de Silva (2011) no sentido de que o período inicial da inserção da criança na nova família é vivido por ela como uma necessidade de exclusividade, como se a criança quisesse ser o único foco de atenção dos pais, não foi uma situação observada junto à família pesquisada. Se Lara manifestou um pouco do sentimento que Mendes (2007, p.84) chamou de “desejo de monopolizar o espaço dos adotantes” antes da inserção na família, como relatado pela mãe, em nenhum outro momento foi percebido esse movimento nela ou nos irmãos. Cada uma das crianças demonstrou sentir-se segura e conhecer o lugar que ocupava no afeto dos pais. Portanto, foram observados entre Lara, Gustavo e Lucas efeitos positivos da convivência cotidiana, referendados pela cumplicidade e cuidado mútuo entre os irmãos, corroborando assim os argumentos defendidos por estudos contrários à separação das fratrias (Almeida, 2009; Gomes & Levy, 2016; Cunha, 2008; Landy & Munro, 1998).

Quanto aos pais, ambos avaliaram a convivência dos irmãos como algo que trazia vivências positivas tanto às próprias crianças quanto a eles. Ozoux-Teffaine (2004) pontua que adoção de fratrias pode ser mais difícil, na medida em que as necessidades das crianças por atenção, colo e carinho são multiplicadas. Por esse motivo, quando ocorre uma adoção de grupo de irmãos, mostra-se relevante que os pais possam investir individualmente em cada filho, de acordo com a demanda das crianças (Hueb & Cecílio, 2015; Palacios et al., 2004; Silva, 2011). Tal esforço foi observado na presente família, pois os pais demonstraram empenho em

compreender cada um dos filhos em suas especificidades, tentando desenvolver as competências que consideravam importantes dentro da realidade de cada criança.

Assim, no que se refere aos processos proximais entre os irmãos, percebeu-se que as crianças encontravam, umas nas outras, acolhimento e parceria nas relações face a face existentes entre elas, seja na hora das brincadeiras, seja na hora de divisão das responsabilidades. Os pais, por sua vez, também descreveram tais interações como positivas e a mãe, especialmente, demonstrou acreditar que o processo de formação da nova família foi facilitado pelos laços de afeto positivos existentes entre os irmãos.

Processos proximais entre as crianças e seus novos pais

Observou-se que os dados trazidos pela aplicação do genograma junto a todos os participantes da pesquisa contribuíram para que se obtivesse uma compreensão mais ampla sobre as ligações afetivas entre eles, pois todos os membros da família pesquisada discorreram sobre como avaliavam o relacionamento entre pais e filhos e entre irmãos, conforme propõem McGoldrick et al. (2008). Portanto, optou-se por iniciar a análise dos processos proximais entre os pais e as crianças por meio dos resultados apontados pelo genograma, contrapondo as observações dos filhos com a perspectiva dos pais.

Observou-se durante a composição do genograma que houve concordância entre Lara e Cláudia e Lara e Antônio a respeito de como classificaram a relação entre eles. Sendo que os três nomearam a relação pai/mãe-filha como sendo “próxima”. Nesse caso, portanto, foi verificada a correspondência na maneira como Lara e os pais percebiam a ligação afetiva existente entre eles.

Em relação a Gustavo, observou-se correspondência entre ele e a mãe ao classificarem sua relação como “muito estreita”. Em relação ao pai, Gustavo também classificou a relação como sendo “muito estreita”, enquanto Antônio escolheu “muito estreita, porém com conflitos”.

Lucas e Cláudia também avaliaram sua ligação da mesma forma, ambos a considerando “muito estreita, porém com conflitos”. Não houve a mesma correspondência com o pai, para quem o mais novo escolheu o traçado que significava ligação “conflituosa”, enquanto Antônio descreveu-a como “muito estreita”.

Wendt e Crepaldi (2008) defendem que a utilização do genograma em pesquisas qualitativas podem auxiliar na compreensão das relações familiares, inclusive sobre a reciprocidade. Desse modo, avalia-se que embora não tenha havido correspondência total entre os genogramas feitos pelas crianças e pelos pais – com exceção de Lara – observou-se a partir da comparação das respostas dos filhos com as respostas dos pais que houve coesão na percepção sobre as ligações afetivas na família. A comparação entre a visão de Lucas e Antônio sobre a ligação afetiva existente entre eles foi a única que destoou um pouco mais, contudo, como o filho mais novo não quis se alongar nas respostas dadas ao genograma, não foi possível explorar com ele o significado de sua resposta em relação ao pai.

Em relação à avaliação dos processos proximais a partir dos relatos obtidos pelas entrevistas e observações, considerou-se relevante destacar a interação das crianças com cada um dos pais, uma vez que os processos proximais ocorrem a partir das relações face a face, promovendo competências quando a pessoa em desenvolvimento demonstra aquisição de novos conhecimentos ou habilidades (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Não obstante, apenas a mãe falou detalhadamente de sua interação com cada um dos filhos, assim, em relação à díade mãe/filho foi possível fazer a análise de modo a conjugar a visão das crianças com a visão da mãe e analisar as competências em desenvolvimento nessa relação.

No que se refere à Lara, Cláudia incentivou a filha mais velha a ter mais autonomia ao escolher suas próprias roupas e a buscar bons resultados escolares. A criança também parecia se comportar de forma a corresponder a algumas das expectativas da mãe: esforçava-se para atender às demandas da mãe em relação ao desempenho escolar, à diminuição do uso de

maquiagem e a colaborar com a divisão de tarefas domésticas e auxiliar nos cuidados com os irmãos. Essa última atividade foi, inclusive, considerada por Lara como uma característica facilitadora das relações familiares. A inclinação para aceitar as regras e valores apresentados pela mãe também foi avaliada por Cláudia como uma característica positiva da filha, se apresentando como um aspecto facilitador do engajamento e aproximação entre as duas. A tentativa dos filhos, no contexto da adoção, de se empenhar para corresponder às expectativas dos pais foi observada em outros estudos realizados no contexto da adoção e é considerada como inerente à adaptação da criança à nova família (Guimarães, 2010; Moraes & Faleiros, 2015, Schetini Filho, 2009; Vargas, 1998).

Foi observado também que Cláudia se identificava com a filha, avaliando que Lara era geniosa e independente, características que a mãe também atribuiu a si. A mãe expressou que considerava Lara “*igualzinha*” a ela, aspecto que foi valorizado ao avaliar a relação entre as duas. A esse respeito, considera-se que a possibilidade dos pais se identificarem com comportamentos ou características dos filhos contribui com a construção do laço afetivo entre ambos, uma vez que permite que os pais reconheçam um pouco de si em seus filhos (Peiter, 2011; Kaës, 2010).

No que diz respeito a comportamentos que representaram desafios no relacionamento entre a mãe e filha, foi observado que embora Lara tenha demonstrado uma postura de monopolizar a atenção dos pais apenas antes da concretização da adoção, tal atitude fez com que Cláudia mantivesse um estado de alerta no sentido de monitorar Lara e impedir que ela repetisse tal comportamento no novo contexto familiar, constituindo-se como um desafio na interação mãe e filha e disparador de alguns pontos de conflitos entre elas. Contudo, Cláudia também avaliou que o fato de ter sido transparente com a filha, desde o início, foi positivo para o manejo da relação. Não obstante, a convivência familiar é permeada não apenas por momentos de cumplicidade, mas também por momentos de tensão, seja na família biológica ou

adotiva (Sequeira & Stella, 2014). Esses momentos foram conduzidos pela mãe de forma firme, mas não demonstraram ter produzido efeitos de sofrimento duradouro na filha, que ficava séria nos momentos de retaliação, mas logo voltava a brincar alegremente com os irmãos.

No que se refere a Gustavo, a principal competência que a mãe buscou estimular no filho foi a honestidade, no sentido de transmitir ao filho a importância de falar sempre a verdade. Cláudia relacionava tal competência à confiança nos pais, pois queria que o filho compreendesse que não precisaria esconder nada, pois sempre teria o apoio deles. O esforço da mãe em transmitir ao filho o sentimento de que ele poderia expressar-se com sinceridade, sem ameaçar seu lugar na família, ilustra seu empenho em desempenhar a parentalidade de maneira estável, oferecendo a Gustavo a segurança de que o novo ambiente garantiria a ele a percepção de que os cuidados endereçados aos filhos eram ofertados com estabilidade e constância, como preconizou Otuka et al. (2012).

Embora a mãe tenha considerado características positivas do filho que ajudaram na vinculação, como ser um menino “bom” e se esforçar para agradar, a descoberta sobre a postura do filho em relação à mentira causou em Cláudia o sentimento nomeado por ela de “defasagem” entre o que ela esperava e o que o filho manifestou. Oishi (2013, p. 88) chamou tal desilusão de “descompasso”, vivência relatada pelos autores Silva e Benetti (2015) e Levy et al. (2009) como um momento no qual ocorre o confronto entre a criança ideal e a criança real. Contudo, Morelli et al. (2015) apontam que tanto na parentalidade biológica quanto adotiva os pais são desafiados a vivenciar tal confronto para que possam aceitar a criança como ela se apresenta e com ela construir uma relação de amor e cuidado.

Gustavo também foi incentivado a desenvolver habilidades escolares e, como a irmã, também se esforçava para corresponder às expectativas da mãe, que expressou estar muito orgulhosa da melhora de seu desempenho. Do ponto de vista da criança, apesar de reconhecer comportamentos adotados pela mãe que o deixavam entristecido, Gustavo deu indícios claros

de que se sentia cuidado pela mãe com afeto e zelo, tendo destacado o fato dela investir nele em relação aos estudos, mas também permitir que ele brincasse. Segundo Diniz e Koller (2010, p. 72), para que os processos proximais sejam um efetivo motor do desenvolvimento precisam ocorrer sobre uma base relacional que as autoras chamaram de “partilha afetiva” e observou-se que Gustavo e a mãe vivenciavam tal partilha, apesar de tanto um quanto outro reconhecerem a presença de desafios na relação mãe e filho.

Quanto à díade Lucas e Cláudia, observou-se que a principal competência que a mãe estimulava nele era em relação à compreensão de limites e regras. Percebeu-se que Lucas se sentia livre para demandar a mãe nos momentos em que precisava de ajuda, tendo destacado que era ela quem cuidava dele e expressado como característica positiva da mãe que ela fazia “lanches gostosos”. Cláudia pontuou que sentia um encantamento especial por ele, pois considerava-o muito alegre e carinhoso, contudo, era também o filho que mais exigia sua atenção, o que se constitui como um desafio na interação mãe e filho. Desse modo, observa-se que o exercício parental envolve não só investimento afetivo, mas também atua como um espaço de reconstrução das regras, delimitação de atribuições, limites e lugares para os ocupantes da família (Antunes, 2016; Lauz & Borges, 2013; Pratta & Santos, 2007).

Logo, no que diz respeito ao estabelecimento de processos proximais junto à mãe ao longo da pesquisa, nos seis encontros, notou-se que as crianças se aproximavam da mãe para conversar, para abraçá-la, beijá-la ou compartilhar com ela algum episódio que consideravam interessante ou engraçado, ocorrido durante a interação de pesquisa. Verificou-se que a mãe tinha um grande investimento nos filhos, sendo a principal responsável pelos seus cuidados, o que favoreceu a proximidade entre eles.

Diniz e Koller (2010) afirmam que para haver o interesse mútuo dos participantes de uma interação é necessária a criação de um vínculo que mantenha os elementos ligados entre si, garantindo estabilidade e reciprocidade entre as partes. Portanto, foi observado que o

comportamento de Lara, Gustavo e Lucas, que constantemente buscavam proximidade com a mãe durante a realização das intervenções de pesquisa, indicou que as crianças se sentiam integradas ao novo ambiente familiar e à mãe, que retribuía tais investidas com demonstrações de afeto e atenção.

Um aspecto que se destacou nas narrativas das três crianças em relação à interação com a mãe foi a questão da escola como mesossistema. Lara, Gustavo e Lucas relataram episódios nos quais foi perceptível grande participação da mãe em relação aos assuntos escolares, como a preocupação com o dever de casa, rendimento escolar e comportamento na sala de aula. O mesossistema é descrito por Bronfenbrenner (2006) como as inter-relações entre dois ou mais microsistemas (tais como: casa, escola, grupo de pares, etc). No caso em questão, o mesossistema que integrava a família e a escola demonstrou grande relevância no processo de interação entre as crianças e a mãe. Embora gerasse um pouco de tensão nos pais, essa interação fazia com que as crianças sentissem de forma efetiva a presença da mãe em suas vidas. As três crianças ressaltaram o quanto a mãe auxiliava nas tarefas de casa, no zelo com o caderno, nos estudos para a prova, o que demonstrou um claro envolvimento da mãe no desenvolvimento de competências relacionadas à vida escolar, como autonomia, responsabilidade e comprometimento.

No que se refere ao estabelecimento dos processos proximais entre as crianças e o pai, foi percebido que Lara falou do pai de forma mais pontual, sem dar maiores detalhes sobre essa interação. Gustavo, por sua vez, associou a interação com o pai a momentos prazerosos e ligados à sua brincadeira favorita (soltar pipas). Demonstrou gostar de estar com o pai - no lote anexo - e falou disso com alegria, sendo que o mesmo foi mencionado por Lucas. Para ambos os irmãos esses momentos constituíam uma oportunidade especial de estarem próximos do pai. Além disso, Lucas também pontuou que sentia falta da presença do pai no dia a dia

Antônio não falou de forma detalhada sobre a sua interação com cada filho, mas foi possível perceber que, embora as crianças tivessem pontuado sua ausência no cotidiano, devido às funções laborais do pai, valorizava os momentos de lazer com elas e se sentia pai das crianças. Sobre as características que auxiliaram na vinculação, Antônio pontuou sua paciência com as crianças e descreveu seus filhos principalmente por meio de características positivas que eram valorizadas por ele, como a avaliação de que Lara era tímida e caseira, Gustavo era educado e bom e Lucas levado, mas carinhoso. Bueno, Vieira e Crepaldi (2016) ponderam que o exercício da paternidade pode ser pensado a partir do envolvimento do pai com seus filhos e pelos sentimentos que esse pai nutre por eles. Portanto, apesar de ter sido observado que Antônio não participava dos cuidados diários junto aos filhos, ele demonstrou satisfação em ter se transformado em pai de seus novos filhos e revelou disponibilidade para estar com eles nos momentos em que trabalhava no terreno anexo à casa, além de se empenhar para agradar as crianças com sua habilidade de construtor, demonstrando, assim, uma visão positiva sobre a filiação que estava sendo construída nessa nova família.

Diante do exposto, no que diz respeito à ocorrência dos processos proximais nas relações pais e filhos, inferiu-se que a inserção das crianças na nova família proporcionou a elas o que Bronfenbrenner considerou essencial ao desenvolvimento: interações significativas desenvolvidas numa relação face a face e que ocorriam numa base regular de tempo. Tal forma de interação propiciou o desenvolvimento do vínculo entre as crianças e os novos pais que, apesar de alguns desafios, encontraram nessa configuração o amparo e sentimento de pertencimento mútuo.

Aspectos facilitadores e desafiadores no estabelecimento da filiação

Segundo autores que se debruçam sobre a temática da filiação no contexto adotivo, a possibilidade da construção da filiação por crianças adotivas refere-se à atitude dos pais em inscrevê-las na cadeia geracional da família, concedendo a essas crianças um lugar de filha (Gavarini, 2008; Kaës, 2010; Lévy-Soussan, 2010). Enfatizando também as questões afetivas, Kaës (2010) pondera que é possível perceber a consolidação da filiação quando a criança encontra na figura dos pais a referência de cuidado e proteção

Assim, a análise das interações entre as crianças e seu pai e mãe, a partir dos relatos e das observações, possibilitou a avaliação a respeito dos aspectos que podem ter facilitado o sentimento de pertencimento e filiação das crianças na nova família e também dos desafios vivenciados no processo de adaptação do casal e das crianças após a adoção.

Aspectos facilitadores

Respeito pela história pregressa: A filiação no contexto adotivo reflete um aspecto sensível da interação familiar, pois toda adoção está referida a um contexto no qual a criança, que está iniciando uma nova vinculação com novos pais, já foi filha de alguém anteriormente. Especialmente no caso da adoção tardia, em muitos casos, a criança possui essa memória com clareza, conforme lembra a pesquisa de Bai (2012) e Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015). A vivência da transição que se apresenta à criança adotada tardiamente atinge esferas muito significativas de sua interação com o contexto familiar, uma vez que ela será filha de novos pais, sem que esteja totalmente claro para ela, e para esses novos pais, se ela precisa deixar de ser filha dos “velhos” pais. Assim, um aspecto facilitador, percebido no estabelecimento da filiação das crianças observadas neste estudo, foi a ampla aceitação da mãe em relação à possibilidade de conversar sobre os vínculos passados com seus filhos, embora do

ponto de vista das crianças, elas não tenham demonstrado interesse em falar sobre as vivências anteriores à adoção.

Também foi observado que as três crianças possuíam abertura para conversar, principalmente com a mãe, sobre questões relacionadas ao processo adotivo, como a mudança do nome ou sobrenome, certidão de nascimento, consolidação da adoção, dentre outros assuntos, e que isso influenciou positivamente a filiação no novo contexto de vida. Andrade, Hueb e Alves (2017) destacaram que o fato dos pais abrirem espaço para que ocorram diálogos sobre o processo adotivo é algo que contribui com a construção do sentimento de pertencimento da criança ao novo contexto familiar. Considera-se que o desejo da criança de se expressar sobre lembranças que ainda estão presentes e a abertura dos pais em escutar as narrativas de seus filhos sobre tais lembranças contribui com a construção gradual do vínculo de filiação (Andrade et al., 2017; Diniz et al., 2015; Guimarães, 2015; Peiter, 2011).

Segundo Levy (2007), na contemporaneidade, as famílias adotivas reconhecem a necessidade de que a revelação da adoção seja feita precocemente, mas o mesmo não ocorre em relação à abertura para abordar informações sobre a família de origem. A autora destaca que alguns pais, ao adotarem, valorizam como a criança “nasceu” na vida deles, designando esse momento como um segundo nascimento, mas analisa que há outra questão em debate que é o movimento presente em algumas famílias para que esse segundo nascimento apague o primeiro. Tal dificuldade não foi encontrada junto à nova família de Lara, Gustavo e Lucas, na medida em que os pais demonstraram respeito pela história pregressa das crianças. Cláudia, em especial, expressou gratidão à mãe biológica de seus filhos, tendo afirmado inclusive que a considerava especial por ter cuidado deles por tanto tempo. Desse modo, as crianças da pesquisa não foram cerceadas em relação ao reconhecimento de sua origem e podiam sentir-se autorizadas pelos pais a preservar suas memórias e afetos da vida pregressa.

Liberdade para expressar sentimentos: Foi observado que o fato das crianças encontrarem junto à família liberdade para expressarem suas dificuldades, seus medos, suas alegrias, além de sua história pregressa, também contribuiu para a construção da filiação. Havia espaço para as crianças expressarem o que a mãe acreditava serem “características negativas”. Mesmo considerando que algumas destas geravam frustrações e demandavam dos pais um esforço educativo, elas foram admitidas como parte das interações e do vínculo que estava sendo construído entre pais e filhos. Destarte, um ambiente promotor do desenvolvimento da criança inspira nela a confiança para que ela possa expressar características desaprovadas por quem cuida delas, ou seja, permite o confronto entre a idealização e a realidade, conforme pontuado por Levy et al. (2009) e Silva e Beneti (2015).

Verificou-se também que a disposição de Cláudia para se colocar nos processos proximais com seus filhos deixando claras suas características pessoais, contribuiu com o relacionamento entre a mãe e os filhos, que demonstraram contar com a mãe como figura central de apoio e afeto.

Preparação do ambiente e interação com objetos: O preparo do ambiente físico para o recebimento da criança no contexto da adoção demarcou um lugar para os filhos na nova casa e auxiliou na construção do pertencimento da criança à nova família, pois a partir de tal investimento parental a criança pôde sentir-se membro da família e não como um visitante ou “estranho na casa”². A possibilidade de que a criança se aposses dos objetos e da própria casa no novo ambiente familiar é considerado como essencial à construção do pertencimento da criança ao seu novo contexto de vida (Ozoux-Teffaine, 2004).

Assim, pode-se analisar que os processos proximais com objetos e símbolos, presentes no microssistema familiar das três crianças, também favoreceram o desenvolvimento do seu sentimento de pertencimento e filiação na família, pois tanto chamaram a atenção para o seu

²Expressão utilizada por Lévy-Soussan e Marinopoulos (2010) para designar situações nas quais a família adotiva não reconhece a criança como filho, podendo inclusive vê-la como ameaça.

lugar nesse novo ambiente quanto explicitaram a preocupação e o afeto dos membros da família para com elas.

Presença da reciprocidade: Outro aspecto que se destacou em relação à filiação foi a presença da reciprocidade já no início do processo adotivo. Levy (2009) afirma que a adoção se configura como uma via de mão dupla, uma vez que deve haver um espaço para que criança construa o desejo de adotar aqueles que querem adotá-la, o que foi percebido em relação às três crianças participantes desta pesquisa.

O processo de formação do laço afetivo no contexto adotivo é marcado pelo desejo de formar uma nova família, que deve estar presente tanto nos postulantes quanto nas crianças ou adolescentes (Hamad, 2002; Levy, 2009; Silva & Beneti, 2015). No caso em questão, foi observado que a adoção recíproca estava em curso e que tanto as crianças quanto os pais estavam vivenciando as emoções de um vínculo filial/parental. As crianças relataram cenas cotidianas que ilustravam o sentimento de que se sentiam cuidadas, corrigidas e amparadas pelos pais. Do ponto de vista dos pais, a construção da parentalidade ainda estava em desenvolvimento, mas era perceptível o lugar de filhos que eles concederam às crianças. Embora a referência de cuidado cotidiano estivesse endereçada à mãe, o pai também aparecia no discurso das crianças como alguém que se preocupava com elas e atendia às suas demandas.

Aproximação gradual: Mendes (2007) afirma que a colocação de crianças maiores em famílias adotivas costuma ser repentina, sem oferecer à criança o tempo necessário para que ela realize as elaborações psíquicas necessárias para vivenciar essa transição de forma processual. A autora salienta ainda que inserções de crianças num novo ambiente feitas de forma abrupta podem dificultar a adaptação dela ao novo contexto de vida. No caso de Lara, Gustavo e Lucas, a aproximação foi gradativa, pois foram viabilizados três encontros com as crianças antes de que elas fossem inseridas na nova família, o que parece ter favorecido a construção de uma

vinculação inicial antes da inserção das crianças na residência da nova família, fazendo com que as primeiras aproximações para construção da filiação tenham sido graduais.

Dimensões da nomeação: Verificou-se que as três crianças descreveram o novo ambiente familiar e as relações que ocorriam ali com atributos positivos. Foi observada a reciprocidade no olhar, na atenção e nos sorrisos, principalmente entre as crianças e a mãe. Assim, as crianças demonstraram que o sentimento de pertencimento estava sendo construído e fortalecido a partir das trocas significativas entre elas e os pais, ou seja, dos processos proximais estabelecidos entre eles. Tanto as crianças quanto os pais demonstraram sentir-se à vontade diante desse novo cenário de construção da posição filial e parental, evidenciando uma demarcação clara do lugar de filhos e pais na cadeia genealógica, aspecto considerado essencial por Kaes (2010) no que tange à consolidação da filiação no contexto adotivo.

Miranda e Cohen (2012) afirmam que se existe uma posição de filiação por parte da criança é porque houve uma posição de adoção por parte dos pais e isso foi percebido nas crianças em questão, que deram sinais claros de que se sentiam filhas de seus novos pais. Um aspecto que simbolizou essa relação foi o fato de as crianças usarem a expressão mãe e pai com naturalidade. Foi percebido que Lara, Gustavo e Lucas se referiam à Cláudia e Antônio sempre chamando-os de “*mãe e pai*” respectivamente, e que os pais também direcionavam-se às crianças como “*filho, filha*”.

Féres-Carneiro et al. (2017) enfatizaram a questão da nomeação, pontuando que o processo de nomeação se constitui como uma prática fundamentada na reciprocidade da relação, por meio da qual busca-se legitimar o que há de singular em cada pessoa que compõe o grupo familiar, a fim de que sejam identificados o seu lugar e a qualidade da relação afetiva entre os membros da família.

Demonstrando o que ressaltou Féres-Carneiro et al. (2017), Cláudia atribuiu muita importância à questão da nomeação do ponto de vista simbólico, demonstrando expectativa pela

inscrição das crianças na família a partir da inclusão do sobrenome – o que ainda não havia ocorrido, já que a família ainda aguarda a finalização do processo de adoção. Ela salientou que a vivência da maternidade surgiu de forma repentina, atrelando o nascimento do sentimento de “ser mãe” ao primeiro momento em que conheceu as crianças e à primeira vez em que a chamaram de mãe.

Desse modo, no caso estudado, o fato de Cláudia e Antônio se dirigirem às crianças como “meus filhos” e das crianças se referirem a eles como “minha mãe” e “meu pai”, mostrou-se um aspecto facilitador da filiação por assegurar à mãe, ao pai e aos filhos o lugar que ocupavam na nova formação familiar. Além disso, a postura dos pais em relação à manutenção do prenome de seus filhos demonstrou sensibilidade dos pais ao lidarem com essa questão, tendo se caracterizado como mais um aspecto facilitador da filiação.

Processos proximais entre os irmãos: A questão da adoção da fratria também se apresentou como aspecto facilitador no estabelecimento da filiação, pois os pais descreveram as interações entre os filhos como positivas e demonstraram acreditar que o processo de formação da nova família foi facilitado pelos laços de afeto positivos existentes entre os irmãos. A observação realizada no ambiente familiar também fortaleceu essa percepção, na medida em que as relações fraternas demonstraram oferecer às crianças o sentimento de familiaridade e apoio mútuo, favorecendo a adaptação a um ambiente inicialmente estranho. Houssett (2001), citada por Costa e Rossetti-Ferreira (2007), valorizou a presença de solidariedade entre os irmãos como um importante componente da integração à nova família.

Exercício da paternidade: Sobre sua vivência da paternidade, Antônio destacou que, embora se sentisse pai das crianças, o processo de adaptação dele em “tornar-se pai” ainda estava em construção. Compareceram em seu discurso expressões como “*está sendo difícil*”, “*a dificuldade de aprendizagem escolar traz problemas*”, mas ao final de sua narrativa ele fez questão de destacar o quanto a vivência da paternidade e o senso de responsabilidade com os

filhos lhe trouxe mais amor à vida e mais desejo de cuidar de si, o que sinalizou impactar de forma positiva na interação com as crianças influenciando positivamente a filiação.

Bueno et al. (2016) enfatizam a importância da construção da paternidade no caso da filiação adotiva, pois avaliam que, dentre outras formas de exercício da paternidade, a adoção permite que o homem se torne pai. Observou-se que Antônio encontrou na adoção uma forma de exercer o sonho de ser pai e que isso se configurou como um aspecto facilitador da filiação, no sentido de que ele almejou pessoalmente realizar uma adoção, não tendo se engajado nesse projeto apenas para atender ao desejo da esposa. E, após a primeira visita, demonstrou que ansiava por se tornar pai especificamente dessas crianças.

Antônio reconheceu que o amor não nasceu de forma instantânea, pois ele demonstrou precisar de mais tempo para construir tal sentimento, o que se contrapõe ao resultado encontrado com os pais pesquisados por Bueno et al. (2016), que relataram pelos filhos adotivos um sentimento de “amor imediato”. Verificou-se que a adaptação de Antônio na função paterna ainda estava em curso, apesar dele se reconhecer como pai das crianças e demonstrar afeto e preocupação por elas. Esse processo de adaptação mais gradual do pai também foi registrado por Costa e Rossetti-Ferreira (2007) ao estudarem a construção da parentalidade no contexto da adoção tardia, ao longo de um ano e três meses.

Exercício da maternidade: Diferente do que apontam as pesquisas que afirmam que a tendência dos pais adotivos é valorizarem o modelo biológico de parentalidade (Costa & Rossetti, 2007; Denby et al., 2011; Mahal et al., 2011), Cláudia não demonstrou desejo de mimetizar a parentalidade biológica, pois além de não iniciar o tratamento para realizar uma fertilização *in vitro*, ela concluiu que não desejava engravidar, desejava ser mãe. Assim, observou-se que seu projeto adotivo foi ancorado no desejo de vivenciar a maternidade, desejo considerado essencial para o êxito da construção da vinculação no contexto adotivo (Moraes & Faleiros, 2014; Hamad, 2002; Otuka et al., 2012).

A iniciativa de realizar a habilitação para adoção e a busca ativa por aqueles que seriam seus filhos demonstrou impactar de forma positiva a ligação afetiva de Cláudia com as crianças pesquisadas, pois ela demonstrou um desejo consistente de iniciar uma relação parental com Lara, Gustavo, Lucas e Marina. A forma como a mãe se envolveu com os cuidados dos filhos também demonstrou ser um ponto de fortalecimento na construção da filiação, uma vez que as crianças demonstraram muita segurança do quanto se sentiam cuidadas pela mãe.

Aspectos desafiadores

No que tange aos aspectos desafiadores, insta frisar que, embora os pais tenham relatado algumas dificuldades em relação à interação, em nenhum momento as relacionaram a empecilhos na construção da filiação. O mesmo ocorreu com as crianças, pois embora tenha sido observado que vivenciavam alguns desafios na interação com os pais, tais vivências não foram percebidas como obstáculos para a construção da filiação, como será elucidado a seguir.

Fantasia em relação aos pais biológicos: Alguns pesquisadores mencionam o fenômeno conhecido no contexto da adoção como “roubo da criança”, atribuído às vivências dos pais adotivos que se sentem culpados ao realizar uma adoção por entenderem que ao adotar uma criança estão se apropriando indevidamente do filho de outra pessoa (Ghirard, 2008; Otuka et al., 2012). Esse aspecto representou um desafio para Cláudia, ao longo da construção da parentalidade, pois pensava na mãe biológica das crianças com pesar e tristeza por ter “retirado” os filhos dela.

Aspectos jurídicos: Questões relacionadas ao processo judicial também foram incluídas por Cláudia como desafios, como: o receio de que o juiz não entregasse a guarda provisória das crianças a eles, o fato de não ter ocorrido a destituição do poder familiar quando conheceu as crianças e a demora da tramitação final do processo de adoção. A obrigatoriedade de lidar com dimensões jurídicas é inerente à parentalidade constituída por meio da adoção e estudos

que contemplam aspectos jurídicos no contexto adotivo apontam que a demora nesse trâmite se constitui como uma fonte de angústia para a família como um todo (Bicca & Grzybowski, 2014; Costa & Kimmelmeier, 2013). Contudo, tais dificuldades não demonstraram ter afetado negativamente o desejo de adotar as crianças e o subsequente desenvolvimento da filiação, na família pesquisada.

Sentimentos ambivalentes/sobrecarga: Cláudia não escondeu sentimentos contraditórios, ao admitir que muitas vezes em que se sentia esgotada e cansada ela questionava sua capacidade de ser “*mãe de quatro de uma vez*”. Contudo, foi observado que a mãe admitir que apesar da chegada das crianças ter trazido muitas alegrias, trouxe também muitos desafios se configurou como algo que contribuiu para o estabelecimento da filiação. Pois, ao reconhecer tal ambivalência, a mãe permitia que as crianças lidassem com naturalidade com as dificuldades que segundo Boas, Dessen e Melchiorre (2010) toda convivência familiar apresenta.

Um outro ponto destacado por Cláudia como desafiador foi o cansaço e o trabalho de ter que cuidar de tantas demandas diferentes, fato destacado por autores que abordaram a questão da adoção de fratrias (Mendes, 2007; Silva, 2011). Hueb e Cecílio (2015) também pontuaram que no contexto pesquisado por eles, no qual um casal adotou dois irmãos, de seis e dois anos de idade, a mãe relatou que se sentiu “*embolada*” ao ter que dar atenção para os dois filhos ao mesmo tempo. Contudo, durante a leitura da pesquisa de Hueb e Cecílio (2015), inferiu-se que o fato dos pais terem se esforçado para lidar com cada criança, respeitando as necessidades e peculiaridades de cada uma, representou algo que contribuiu para que cada criança conhecesse seu lugar no afeto dos pais, diante da nova configuração familiar. Vivências também observadas na família participante do presente estudo.

Um aspecto que merece destaque é que algumas pesquisas, realizadas no contexto da adoção tardia, ilustram o quanto a ameaça de desistência da parentalidade está presente no novo ambiente, principalmente quando os pais se sentem desafiados e testados pela criança (Levy et

al., 2009; Moraes & Faleiros, 2015; Rossatto & Falcke, 2017). O pedido para sair da família e retornar para o abrigo é uma situação relatada por pesquisadores que realizaram estudos com crianças adotadas tardiamente (Diniz et al., 2015). Contudo, nem na entrevista com os pais nem nos instrumentos aplicados às crianças pesquisadas compareceu nenhuma menção a essa questão. Embora a mãe tenha demonstrado, em vários encontros, sentir-se cansada e preocupada com os filhos, em momento algum foi percebido no casal comportamentos ou discursos que pudessem se aproximar de um arrependimento de ter iniciado um projeto adotivo ou desejo de desistir da parentalidade. Junto às crianças também não foi percebido nem o medo da “devolução” nem desejo de retornarem para o abrigo ou para a família biológica.

Impacto da chegada das crianças na conjugalidade: Desafios foram atribuídos à vivência da paternidade, de modo que o pai não descreveu a chegada das crianças valendo-se apenas de adjetivos positivos. Salientou que a chegada das crianças impactou muito o casamento, no sentido de que Cláudia ficava muito envolvida com os filhos e que isso alterou significativamente a rotina deles. Cláudia também mencionou o impacto no casamento causado pela adoção e passou muito tempo falando sobre o quanto se sentia sozinha no exercício da parentalidade.

Modificações importantes no estilo de vida familiar em seguida à chegada da criança também foram relatadas no estudo de Bicca e Grzybowski (2014) a respeito da percepção dos postulantes sobre o período de adaptação após a adoção. Os autores analisaram que tais mudanças são inerentes à chegada de um novo membro na família, seja pela via adotiva ou não. Contudo, a transição para a parentalidade tende a ocorrer de forma mais estressante e abrupta na parentalidade adotiva do que na biológica, por não haver um envolvimento gradativo dos pais em seus novos papéis (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Costa & Rossetti-Ferreira, 2009).

O período no qual está sendo construída a parentalidade no contexto adotivo representa um momento significativo para todos os envolvidos, mas que demanda dos membros da família um aprendizado sobre os novos papéis a serem desempenhados na reorganização de aspectos como rotina, espaço físico e orçamento doméstico (Segalin, 2013). Em sua pesquisa, Segalin (2013) pondera sobre a importância do tempo de convívio entre as crianças e seus novos pais, ressaltando a relevância de direitos como a licença maternidade como meio facilitador da adaptação.

Reflexões sobre a interrelação entre a conjugalidade e parentalidade também podem contribuir com a compreensão do impacto da chegada dos filhos na vida de um casal, uma vez que podem auxiliar na busca de estratégias em relação à reorganização dos papéis a serem desenvolvidos frente à nova realidade familiar. Assim, apesar de constituírem categorias diferentes, como pontuam Cardoso e Britto (2015), a conjugalidade e a parentalidade encontram pontos de interseção que tem sido estudados tanto considerando aspectos da conjugalidade associados às dimensões das práticas parentais, quanto as repercussões da presença dos filhos na dinâmica conjugal, bem como buscando entender o impacto das relações estabelecidas entre os cônjuges no desenvolvimento emocional dos filhos (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2013; Mosman & Wagner, 2008; Boas et al., 2010).

No estudo aqui relatado, pode-se observar que a maneira como os pais se sentiam afetados com a chegada dos filhos em sua vida trouxe impactos ao casamento que, no momento da pesquisa, foram avaliados por ele como desafiadores, embora não tenha sido percebido que tais percepções influenciavam negativamente a relação deles com as crianças. Cláudia atribuiu parte de seu estresse durante os cuidados parentais ao fato de se sentir sozinha nessa função, demonstrando que a reorganização de papéis na família, a partir da inserção das crianças na vida do casal, trouxe também outras expectativas para a conjugalidade.

Em pesquisa sobre as motivações para a conjugalidade, Neto, Strey e Magalhães (2011) constataram que as expectativas de homens e mulheres sobre a relação conjugal podem ser diferentes e pautadas nos papéis de gênero atribuídos pela socialização. Entre essas diferenças, as mulheres pesquisadas pelas autoras demonstraram um maior desejo de mudanças no modelo relacional conjugal que os homens, tendo como expectativa que os homens fossem mais participativos, dividindo com elas as responsabilidades pela vida doméstica, o que também foi verificado nos relatos de Cláudia.

Embora Silva (2011, p. 60) destaque em seu estudo que “em se tratando de um casal, a adoção deve ser feita a dois e bem antes da chegada das crianças”, as diferentes maneiras como Antônio e Cláudia vivenciavam a parentalidade tocavam num ponto destacado por Hamad (2002), que salientou que apesar de a conjugalidade se sustentar a partir de projetos em comum, não é possível considerar o casal como uma “unidade diática”. Otuka et al. (2012) complementam essa ideia mencionando que cada cônjuge tem sua história particular, suas expectativas e fantasias em relação ao filho esperado.

Do ponto de vista das crianças, elas não demonstraram que esse aspecto conjugal afetava negativamente a filiação, mas expressaram sentir falta de uma maior participação do pai na rotina diária da família, o que parecia estar relacionado à maneira como o casal organizava a divisão de tarefas entre eles. Em estudo de Bicca e Grzybowski (2014), nas três famílias investigadas no contexto da adoção tardia também foi observada a necessidade de reorganização dos papéis entre os pais, no que se referia aos cuidados com as crianças.

Silêncio das crianças sobre o que gostariam de mudar: Focando ainda a perspectiva das crianças, observou-se que ao discorrerem sobre os desafios tanto Lara quanto Gustavo e Lucas mostraram-se satisfeitos com a forma como os pais exercem a parentalidade, destacando que não gostariam de alterar nada no novo contexto familiar no qual estavam inseridos. Tal postura das crianças pode indicar que estas se sentem bem-quistas, bem-vindas e amadas, mas também

pode estar relacionada a um desejo de se adaptar, de corresponder às expectativas, de não falhar, como aponta Vargas (1998) ao mencionar que especialmente na adoção tardia há um esforço da criança em se identificar com as novas figuras parentais, aspecto também mencionado por Guimarães (2010). Desse modo, apesar de tal posicionamento das crianças ter se configurado como um aspecto facilitador, pois promove a integração familiar, pode representar dificuldades das crianças em colocar em palavras aspectos da convivência familiar que não corresponderam totalmente às suas expectativas.

Dificuldade de aprendizagem e comportamentos: Dias et al. (2008, p. 32) destacaram que durante a realização de sua pesquisa com quatro famílias adotantes de crianças maiores, uma das categorias listada foi “dificuldades encontradas”, na qual foram indicados alguns desafios que dificultaram a convivência entre as crianças e a nova família, como por exemplo: “preconceitos (em relação à adoção tardia), agressividade e falta de limites, dificuldades na escola e de aprendizagem, bem como os conflitos próprios da pré-adolescência”. Relacionando estas dificuldades ao processo adotivo de Lara, Gustavo e Lucas, verificou-se que a questão da dificuldade de aprendizagem mostrou-se como um desafio para a família, especialmente para os pais. Contudo, as crianças, Lara e Gustavo, não demonstraram sofrimento diante das cobranças da mãe, pelo contrário, sinalizaram perceber nos comportamentos de Cláudia voltados ao acompanhamento da aprendizagem uma forma de investimento afetivo. Já em relação ao comportamento das crianças, os principais desafios sinalizados tinham relação com Lucas e a “falta de limites”, que também apareceu no estudo de Dias et al. (2008). A necessidade de prestar maior atenção nas travessuras de Lucas se apresentou na narrativa dos pais e dos próprios irmãos, que também avaliavam que Lucas “dava muito trabalho” aos pais. A-“mentira” atribuída a Gustavo também se constituiu como um desafio para a mãe na relação com o filho.

Conclusão a respeito da filiação

As intervenções realizadas com Lara, Gustavo e Lucas evidenciaram o quanto as crianças se sentiam pertencendo ao novo contexto familiar. Durante a coleta de dados revelaram que a partir da brincadeira, do silêncio, da possibilidade de falar e serem ouvidas; conseguiram expressar que também adotaram seus novos pais e que desejavam continuar edificando a relação que possibilitava para eles sentirem-se parte dessa família, dessa casa. Verificou-se que as crianças se posicionavam de forma ativa nos novos contextos que faziam parte de sua vida a partir da adoção e que atuavam como protagonistas na vinculação com seus pais, endereçando aos pais a referência de cuidado, afeto e proteção, lidando com eles como efetivas figuras parentais, os quais legitimavam para monitorar a vida cotidiana, a relação social e a imposição de limites, evidenciando que a filiação das três crianças em relação aos novos pais havia ocorrido.

Assim, em relação à filiação, observou-se que desafios presentes na interação entre os pais e os filhos não se converteram em dificuldades no estabelecimento da filiação, diferente do que foi observado nos estudos sobre a desistência da parentalidade, nos quais os desafios resultaram na ruptura no vínculo filial e na desistência do exercício da parentalidade (Moraes & Faleiros, 2015; Levy et al., 2009). Inferiu-se que a reciprocidade nos afetos, a motivação para a adoção fundamentada no desejo do casal de serem pais e os processos proximais presentes nas interações, foram aspectos que potencializaram as competências e o vínculo entre os pais e as crianças, minimizando a probabilidade de que conflitos presentes no microsistema se convertesse em impedimento para a construção da filiação.

Merçon-Vargas, Rosa e D'ell Aglio (2011) ressaltam que apesar dos avanços das pesquisas contemporâneas sobre a temática da adoção, permanecem ainda muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente com relação às dinâmicas e às estratégias de interação e adaptação que podem propiciar um ambiente familiar saudável. Durante a pesquisa realizada

com a presente família, foi perceptível que a família e as crianças buscavam estratégias de interação que demonstraram facilitar a construção do sentimento de filiação na criança. Além dos aspectos facilitadores já apontados, Bronfenbrenner e Morris (2006) ponderam que realizar algumas atividades em conjunto de forma contínua fortalece as relações familiares, o que foi observado na família estudada. As crianças desenvolviam muitas atividades de forma contínua e significativa junto à sua família, como por exemplo: assistiam filmes com os irmãos, recebiam auxílio da mãe nos deveres de casa, faziam o percurso para a escola na companhia da mãe, passavam todas as manhãs em casa junto à mãe, brincavam no terreno anexo na companhia do pai, realizavam lanches conjuntos, atividades estas que promoviam momentos de aproximação e fortalecimento dos vínculos familiares.

5. Considerações Finais

Embora seja um ponto pacificado entre a comunidade científica a existência de múltiplos fatores que se constituem como motriz do desejo de adotar, não há como negar que, independente do que fundamenta a motivação de um casal ou de um adulto, a adoção se inicia por meio de uma escolha, sustentada pela responsabilidade do adulto. Não obstante as diretrizes legais concederem à criança um espaço de fala, no que diz respeito ao processo adotivo, a habilitação para a adoção e os processos judiciais que envolvem a inserção da criança em uma nova família privilegiam a lógica do adulto, de forma que a escolha pela adoção, que deveria ser feita numa via de mão dupla, é realizada de modo unilateral – em geral, apenas o adulto participa de forma sistemática de um processo preparatório para habilitação para a adoção.

Em contraposição a esse funcionamento, embora os pais também tenham sido escutados, nesse trabalho optou-se por valorizar o que as crianças tinham a dizer. Dessa forma, objetivou-se compreender, principalmente a partir da perspectiva dos filhos, o estabelecimento da filiação numa nova família, no contexto da adoção tardia. Observou-se que as crianças valorizaram o fato de terem sido eleitas como protagonistas numa pesquisa e aproveitaram o espaço de escuta oferecido a elas para construírem suas narrativas sobre as interações ocorridas na nova família, demonstrando a relevância de que mais estudos sobre o tema priorizem a participação das crianças.

Considera-se que, ao buscar conhecer melhor o ponto de vista das crianças, este estudo contribuiu para ampliar o conhecimento a respeito da vivência das crianças ao serem inseridas numa nova família, identificando aspectos que facilitaram a filiação e desafios vivenciados pelas famílias. Identificou-se que, apesar dos desafios que o casal encontrou no exercício parental, que se concretizou a partir da adoção de quatro filhos “de uma vez”, as vivências do novo núcleo familiar foram permeadas por sentimentos de afeto, cuidado e satisfação, presentes tanto nos relatos dos pais quanto dos filhos. Essa verificação fortalece os argumentos dos

estudos que incentivam a adoção tardia como um modo de oferecer aos pais o exercício da parentalidade e aos filhos o exercício da filiação.

No que se refere à filiação, as crianças sinalizaram claramente o quanto elas sentiam-se pertencentes à nova família, demonstrando que se sentiam investidas, amadas e cuidadas pelos pais nesse novo contexto de vida. A observação realizada durante as intervenções de pesquisa em relação à interação das crianças não só com seus familiares, mas também com objetos e símbolos, contribuiu para a verificação do quanto estavam familiarizadas com o novo microssistema, tendo-se verificado que circulavam pela casa como integrantes efetivos do ambiente doméstico e familiar.

Verificou-se, contudo, que apesar da revisão de literatura enfatizar a importância do espaço de preparação dos postulantes no que se refere à construção de um projeto adotivo sólido e balizado no desejo de exercer a parentalidade, o casal pesquisado não destacou a preparação para habilitação à adoção como algo que os auxiliou a desenvolver recursos emocionais para lidar com os desafios que enfrentaram ao longo da adaptação com seus novos filhos. Esses resultados despertam reflexões sobre a efetividade dos cursos de preparação para adoção na construção e concretização do projeto adotivo.

Constatou-se também que a família adotiva não tinha a quem recorrer após ter vivenciado o estágio de convivência e levado as crianças para casa, pois não há políticas públicas voltadas especificamente para acompanhamento pós-adoção. Ressalta-se que esse acompanhamento poderia ter auxiliado tanto os pais quanto as crianças a construir estratégias de enfrentamento diante das situações desafiadoras que a adoção apresentou para ambos.

Considera-se que os resultados do estudo também alertam para a necessidade da elaboração de intervenções que possibilitem às crianças integrar sua nova história às vivências do passado que também as constituem, apoiando também as famílias nesse processo. Reitera-

se, assim, a importância do desenvolvimento de políticas públicas de incentivo, preparação e acompanhamento relativos à adoção, voltados para toda a família, pois a filiação está diretamente relacionada à parentalidade. Não há, portanto, como apoiar a criança adotiva ao longo de sua adaptação à nova família sem oferecer suporte também aos pais.

No que se refere a contribuições do ponto de vista metodológico, defende-se que tanto cuidados éticos como metodológicos mostraram-se importantes para propiciar o estabelecimento da confiança necessária entre a pesquisadora e os participantes, especialmente devido à delicadeza do tema escolhido. Acrescenta-se que o uso de instrumentos diversificados, organizados para compreender a visão das crianças sobre a filiação em seu novo contexto de vida, demonstrou facilitar a entrada no campo e auxiliar a construção de um ambiente descontraído e acolhedor para que elas pudessem falar de forma livre sobre as temáticas escolhidas em cada momento da intervenção.

Como limites deste estudo, pode-se apontar que a pesquisa aqui descrita não objetivou conhecer como foi a vivência das crianças na instituição de acolhimento e na família acolhedora, de forma que não foi possível afirmar se as crianças passaram por algum tipo de preparação, ou não, antes de serem inseridas na nova família. A falta dessa informação se mostrou um limite, uma vez que não foi possível inferir se a rápida adaptação das crianças ao novo ambiente foi favorecida por um projeto adotivo construído anteriormente à vinda para a família.

Por se tratar de um estudo de caso qualitativo, com número reduzido de participantes, considera-se importante também que um número maior de crianças adotadas tardiamente tenha a oportunidade de revelar seus sentimentos e percepções acerca da construção da filiação no novo contexto familiar, com a finalidade de obtenção de resultados que possam ser generalizados para esse grupo. Seria interessante que o próprio sistema de justiça categorizasse informações sobre a escuta de crianças adotadas tardiamente, antes e depois da inserção na nova família, para analisar essas informações e fortalecer os argumentos das equipes psicossociais,

que incentivam os postulantes a realizar uma adoção tardia ao longo da preparação para a adoção.

Acrescenta-se ainda que o aspecto tempo não foi diretamente analisado em virtude do curto período de tempo para se realizar a coleta de dados. Seria importante o acompanhamento longitudinal da família, pai, mãe e crianças que participaram desta pesquisa, assim como de outras crianças e famílias que vivenciam a adoção tardia, proporcionando maior conhecimento das mudanças e permanências presentes no desenvolvimento ao longo das interações.

Pelo exposto, alerta-se, como pontuam Bicca e Grzybowski (2014), para a relevância de que sejam realizadas mais pesquisas sobre as particularidades do período de convivência da família e da criança na adaptação inicial ao contexto adotivo, de forma a produzir subsídios aos profissionais das equipes multidisciplinares que lidam com as famílias em processo de adoção, ampliando a possibilidade de oferecer apoio aos pais e aos filhos.

Referências bibliográficas

- Abaid, J. L. W., Dell'Aglio, D. D. & Koller, S. H. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *UNIV. PSYCHOL*, 9 (1), 199-212.
- Abu-Jamra, S. Z. & Levy, L. (2006). Uma criança em busca de uma janela: função materna e trauma. *Estilos da Clínica*, 11(20), 28-37.
- Almeida, I. G. (2009). *Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional*. Dissertação de mestrado não-publicada. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, USP.
- Amim, I. D. & Menandro, P. R. M. (2007). Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia*, 11(2), 241-252.
- Andrade, L. C. S., Hueb, M. F. D. & Alves, C. M. P. (2017). Era uma vez.... Um estudo de caso sobre histórias e estórias adotivas. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 173-183.
- Andrade, R. P.; Costa, N. R. A.; Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), p 241-252, 2006.
- Antunes, S. A. F. (2016). *As crianças perante as novas famílias: famílias monoparentais vs famílias tradicionais – Um estudo exploratório*. Dissertação não publicada, Departamento de Psicologia. Universidade de Évora/Portugal.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO (ANGAAD). Recuperado em 28 de julho, 2017, em <http://www.angaad.org.br/>
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL. CARTILHA PASSO A PASSO: Adoção de Crianças e Adolescentes no Brasil. Recuperado em 10 de junho, 2017, http://www.amb.com.br/museumdestino/docs/Cartilha_Passo_a_Passo_2008.pdf acesso em 20 de Agosto de 2009.

- Bai, T. S. (2012). Adoptive parents attitudes toward adoption and domestic adoption development in Korea: Adoptees' specific needs for origin. *Asian Social Work and Policy Review*, 6, 136-161.
- Barbosa, M. C. S. (2009). Como a sociologia da infância de Willian Corsaro pode contribuir com as pedagogias das escolas de educação infantil. In: Muller, F. & Carvalho, A. M. A. *Teoria e prática na pesquisa com crianças: Diálogos com Willian Corsaro (pp. 177-188)*. São Paulo: Cortez.
- Barbosa, P. L. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19 (1), 163-185.
- Biasutti, C. M. (2016). *Parentalidade em casos de adoção monoparental*. Dissertação não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.
- Bicca, A. & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167.
- Boas, A. C. V. B. V., Dessen, M. A. & Melchiori, L. E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (2), 2010.
- Botarelli, A. (2011). O potencial protetivo de famílias empobrecidas. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 2011 (4), 81-89.
- Brasil. (1916). Lei no. 3071, de 1º de janeiro de 1916. Recuperado em 02 de junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado em 30 de novembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado em 03 de julho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil. (2009). Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção, de 13 de julho de 1990. Recuperado em 03 de julho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development (Vol.1, pp.993-1027)*. New York: John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (2006). The biocological model of human development. In: W. Damon (Series Ed.) & R.M. Lerner (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development (pp.793-828)*. New York: John Wiley & Sons.
- Brodzinsky, D. M. & Brodzinsky, A. B. (1992). The impact of family structure on the adjustment of adopted. *Child Welfare*, 71(1), 69-76.
- Bueno, R., Vieira, M. L. & Crepaldi, M. A. (2016). Paternidade no contexto da adoção. *Pensando Famílias*, 20 (1), 57-67.
- Cadastro Nacional de Adoção. (2015). Recuperado em 03 de julho, 2017, de <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adocao-cna>.

- Caetano, C.; Martins, M. S. & Motta, R. C. (2016). Família contemporânea: estudo de casais sem filhos por opção. *Pensando Famílias*, 20(1), 43-56.
- Cardoso, F. S. & Britto, L. M. T. (2015). Possíveis impasses da Lei Maria da Penha à convivência parental. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 15 (2), 529-546.
- Carvalho, S. R. & Ferreira, M. R. P. (2000). *Primeiro Guia de Adoção de Criança e Adolescentes do Brasil*. São Paulo: Winners Editorial.
- Castro e Silva, C. R., Mendes, R. & Nakamura, E. (2012). A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. *Saúde Sociedade*, 21(1), 32-41.
- Cavalcante, L. I. C. & Magalhães, C. M. C. (2012). Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. *Psicologia Argumento*, 30(68), 75-85.
- Cecílio, M. S. & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36 (1), 171-182.
- Cecílio, M. S., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2013). Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia*, 18(3), 507-516.
- Comissão Estadual Judiciária de Adoção no Estado do Espírito Santo [CEJA]. Recuperado em 03 de julho, 2017, de <http://www.tjes.jus.br/corregedoria/index.php/ceja/>.
- Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. (2015). Recuperado em 05 de julho, 2017, de <http://www.cnj.jus.br/>.
- Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. Resolução nº 109, aprova a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Recuperado em 03 de julho, 2017, de <file:///C:/Users/mega/Downloads/CNAS%202009%20-%20109%20-%2011.11.2009pdf>

- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social [CONANDA/CNAS]. (2008). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes*. Recuperado em 02 de julho, 2017, de http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/conanda_acolhimento.pdf
- Contente, S. R., Cavalcante, L. I. C. & Silva, S. S. C. (2013). Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do juizado da infância e juventude de Belém/PA. *Temas em Psicologia*, 21(2), 317-33.
- Corsaro, W. (2005). Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação e Sociedade*. 26(91), 443-464.
- Corsaro, W. (2009). Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: Muller, F. & Carvalho, A. M. A. *Teoria e prática na pesquisa com crianças: Diálogos com Willian Corsaro (pp. 31-50)*. São Paulo: Cortez.
- Costa, L. T. & Kimmelmeier, V. S. (2013). O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, 31 (72), 187-196.
- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19 (3), 221-230.
- Costa, N. R. do A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Costa, N. R. do A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118.
- Cruz, S. H. V. (2008). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez.
- Cunha, A. B. N. (2014). *Perspectivas dos profissionais e das famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal*. Dissertação não publicada, Instituto de Ciências da Família, Programa da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa.

- Cunha, S. (2008). Representações e expectativas sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados. *VI Congresso Português de Sociologia*, número de série 6. Recuperado em 02 de julho, 2017, de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/616.pdf>
- Denby, R., Alford, K. A. & Ayala, J. (2011). The journey to adopt a child Who has special needs: parent's perspectives. *Children and youth services review*, 33, 1543-1554.
- Departamento de Pesquisa Judiciária [DPJ]. Recuperado em 03 de maio, 2017, de <http://cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias>.
- Dessen, M. A. & Polonia, A. C. (2007). A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17(36), 21-32.
- Dessen, M. A. & Ramos, P. C. C. (2010). Crianças pré-escolares e suas concepções de família. *Paidéia*, 20 (47), 345-357.
- Dias, C. M. S. B., Silva, R. V. B. & Fonseca, C. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35.
- Dias, I. (2001). O espaço doméstico como lugar de violência inter-gênero. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 11 (1), 103-106.
- Diniz, A. P., Bloris, D. A., Alves, E. O. & Moreiral, T. O. (2015). Possibilidades de escuta na adoção tardia: compondo novas histórias. In: *Revista de Artigos: Primeira Jornada Científica do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espírito Santo*. Recuperado em 04 de julho, 2017, de http://media.wix.com/ugd/c3b09e_2ba8b8e3430d4b92951289723e7846df.pdf
- Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, 36, 65-76.
- Dolto, F. (1998). Françoise. Reflexões sobre a adoção. In: Dolto, Françoise. *Os caminhos da educação (pp. 231-246)*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- Ebrahim, G. S. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80.
- Eiguer, A. (2000). Apropriação do espaço da casa. *Interações*, 5 (10), 11-24.
- Eiguer, A. (2010). Du corps familial à la Maison. *Le Divan familial*, 25 (2), 31-48.
- Faleiros, V. P. & Moraes, P. J. F. S. (2014). Desafios e possibilidades na adoção. *Revista Social & Saúde*, 13 (1), 29-46.
- Faro, J. P. & Pessanha, J. F. (2014). O casamento civil homoafetivo e sua regulamentação no Brasil. *Revista de Bioética y Derecho*, 32, 72-81.
- Féres-Carneiro, Machado, Mello, & Magalhães (2017). Práticas de nomeação nas relações familiares contemporâneas. *Revista da SPAGESP*, 18(1), 4-19.
- Ferguson, K. T., Cassells, R. C., MacAllister, J. W. & Evans, G. W. (2013). The physical environment and child development: An international review. *International Journal of Psychology*, 48 (4), 437-468.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Frison, M. F. (2012). *O pluralismo familiar e a mutação constante no formato de família: a constitucionalização do direito civil e dimensionamento do concubinato na promoção da dignidade da pessoa humana*. Dissertação não publicada, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas, FDSM.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13 (2), 49-68.
- Fonseca, C. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, 26, 11-43.
- Gavarini, L. (2008). Novas normas e formas de laço familiar: a sexualidade na sombra. *Estilos da Clínica*, 13(25), 268-287.

- Ghirardi, M. L. A. M. (2008). A presença da Infertilidade no contexto da **adoção**: efeitos possíveis na relação pais/filhos adotivos. In Voliche, R. M., Ferraz, F. C. & Ranña, W. *Psicossoma IV: corpo, história e pensamento* (pp. 151-164). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ghirardi, M. L. A. M. (2009). A devolução de crianças adotadas: Ruptura do laço familiar. *Pediatria Moderna*, 45(2), 66-70.
- Gibbons, J. L. & Brown, C. (2012). Modeling adoption attitudes: recalled maternal warmth, affection for children, and parenting motivation. *Adoption Quarterly*, 15, 140–156.
- Gleitman, I. & Savaya, R. (2011). Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption and exposure to pre-adoption stressors. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 758-766.
- Goldsmid, R. & Féres-Carneiro, T. (2011). Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. *Psicologia USP*, 22 (4), 771-787.
- Gomes, I. C. & Levy, L. (2016). A Psicanálise vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos Clínicos*, 9(1), 109-117.
- Guimarães, L. A. (2010). *Conversando com crianças sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guimarães, L. A. (2015). Escuta da criança no processo de adoção: procedimentos e direitos. In: Scorsolini-Comin, F., Pereira, A. K. & Nunes, M. L. T. *Adoção: Legislação, cenários e práticas* (pp. 125-147). São Paulo: Vetor.
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Hueb, M. F. D. & Cecílio, M. S. (2015). A preparação dos postulantes à adoção é (in) suficiente? A experiência de uma adoção inter-racial de grupo de irmãos. In: Scorsolini-Comin, F., Pereira, A. K. & Nunes, M. L. T. *Adoção: legislação, cenários e práticas* (pp. 161-184). São Paulo: Vetor.

- Hurstel, F. (1999). A função paterna, questões de teoria ou das lei à Lei. In: Altoé, S. (Org.). *Sujeito do direito, sujeito do desejo* (pp.103-129). Rio de Janeiro: Revinter.
- Hurstel, F. (2005). O anúncio feito ao marido ou os três tempos do acesso à paternidade. In: Moura, M. D. (Org). *Psicanálise e hospital – 4: Novas versões do pai e reprodução assistida* (pp. 15-26). Belo Horizonte: Autêntica.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). Recuperado em 05 de abril, 2017, de <http://www.ibge.gov.br/home/>
- Joffe, H. (2011). Thematic analysis. In D. Harper & A. R. Thompson (Eds), *Qualitative methods in mental health and psychotherapy: A guide for students and practitioners* (pp. 209-224). Chichester: Wiley.
- Juffer, F., Palacios, J., Mare, L. L., Sonuga-Barke, E. J. S., Tieman, W., Bakermans-Kranenburg, M. J., Vorria, P., Ijzendoorn, M. H. & Verhulst, F. C. (2011). Development of adopted children with histories of early adversity. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76 (4), 31-61.
- Kaës, R. (2010). Filiação e afiliação: alguns aspectos da reelaboração do romance familiar nas famílias adotivas, nos grupos e nas instituições. In: Trindade-Salavert, I. *Os novos desafios da adoção* (pp. 163-182). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Landy, S. & Munro, S. (1998). Shared parenting: Assessing the success of a foster parent program aimed at family reunification. *Child Abuse & Neglect*, 22, 305-318.
- Lauz, G. V. M. & Borges, J. L. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33 (4), 852-867.
- Levizon, G. K. (2015). A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? *Desidades*, 7 (3), 10-20.

- Levy, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. In: Féres-Carneiro, T. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 50-57). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Levy, L. (2007). “Criança S/N”. In: Féres-Carneiro, T. *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 55-69). Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.
- Levy, L. (2009). Adoção internacional: filiação e o trabalho de luto. In: Féres-Carneiro, T. *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 59-70). Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.
- Levy, L.; Pinho, P. G. R. & Faria, M. M. (2009). Família é muito sofrimento: Um estudo de casos de “devolução” de crianças. *Psico*, 40(1), 58-63.
- Lévy-Soussan, P. (2010). Trabalho de filiação e adoção. In: Trindade-Salavert, I. *Os novos desafios da adoção* (pp. 45-79). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lispector, C. (1998). A legião estrangeira. In: *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Livramento, A. M., Brasil, J. A., Charpinel, C. P. & Rosa, E. M. (2012). A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar. *Argumentum*, 4 (1), 173-186.
- Lorensi, F. A & Szaniawski, E. (2015). A destituição da adoção – um caminho a ser repensado nas adoções desastrosas. *Revista da AJURIS*, 42 (137), 269-300.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Psico*, 46 (4), 442-451.
- Mahal, F. D., Jaeger, F. P., Patias, N. D & Dias, A. C. G. (2011). Expectativas e percepções sobre maternidade e filho ideal em mulheres que esperam pela adoção do primogênito. *Perspectiva*, 35(132), 93-106.
- Mahal, F. D., Jaeger, F. P., Patias, N. D & Dias, A. C. G. (2011). O luto da gravidez perdida: infertilidade x adoção. *Id on line Revista de Psicologia*, 5 (14), 62-71.

- Margarido, A., Próspero, E. N. S. & Grillo, L. P. (2013). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Formação e conhecimento dos médicos. *Psicologia Argumento*, 31(74), 405-414.
- Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, C. M. (2008). Que perfil da família biológica e adotante e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Marra, M. M. & Costa, L. F. (2016). Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS. *Revista Subjetividades*, 16(2), 105-116.
- Martins Filho, A. J. & Barbosa, M. C. S. (2010). Metodologias de pesquisas com crianças. *Revista Reflexão e Ação*, 18(2), 08-28.
- McGoldrick, M., Gerson, R. & Petry, S. (2008). *Genogra-mas: avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed
- McHale, S., Updegraff, K. A. & Whiteman, S. D. (2012). Sibling relationships and influences in childhood and adolescence. *Journal of Marriage and Family*, 74, 913-930.
- Meireles, J., Moreira, A. P. G., Mezzalira, A. S. & Guzzo, R. S. L. (2014). Avaliação psicossocial e desenvolvimento da criança: Uma história de vida. *Temas em Psicologia*, 22(4), 715-724.
- Mendes, C. L. P. C. (2007). *Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva*. Dissertação de mestrado não publicada, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, USP.
- Mendes, T. C. & Sani, A. (2015). Representações de crianças expostas à violência interparental através de provas projetivas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 6(1), 170-193.
- Mercer, J. (2011). Attachment theory and its vicissitudes: toward an updated theory. *Theory & Psychology*, 21(1), 25-45.

- Merçon-Vargas, E. A.; Rosa, E. M. & Dell’Aglío, D. D. (2011). Adoção nacional e internacional: processos proximais no período de convivência. *Salud & Sociedad*, 2 (3), 268-283.
- Ministério da Saúde. Recuperado em 30 de abril, 2017, de: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/711-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/violencia-e-acidentes/17223-viva>
- Misca, G. & Smith, J. (2014) Mothers, Fathers, Families and Child Development. In: Abela, A. & Walker, J. (Org.) *Contemporary Issues in Family Studies: Global Perspectives on Partnerships, Parenting and Support in a Changing World* (pp. 151-165). John Wiley & Sons.
- Miranda, C. E. S. & Cohen, R. H. P. (2012). Uma criança é adotada: o lugar simbólico da filiação e seus efeitos subjetivos. *Psicologia em Pesquisa*, 6(01), 61-67.
- Monsman, C. & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 10 (2), 79-103.
- Moraes, P. J. F. S. & Faleiros, V. P. (2015) *Adoção e devolução: resgatando histórias*. Rio de Janeiro: Paco Editorial.
- Moreira, A. P. G. & Guzzo, R. S. L. (2014). O psicólogo na escola: um trabalho invisível? *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 42-52.
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F. & Santeiro, T. V. (2015). O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27 (1), 175-194.
- Moyer, A. M. & Goldberg, A. E. (2015). ‘We were not planning on this, but . . .’: Adoptive parents’ reactions and adaptations to unmet expectations. *Child and Family SocialWork*, 1-10.

- Nascimento, C. R. R., Araujo, I. C.C. & Biasutti, C. M. (2017). O direito à convivência familiar a partir da adoção: ampliando o entendimento sobre a família. In: Rosa, E. M. & Avellar, L. Z. *Psicologia, justiça e direitos humanos* (pp. 112-127). Curitiba: Juruá.
- Nascimento, D. B.; Ferreira, S. N., Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R. & Dell'aglio, D. D. (2016). Mapa dos cinco campos, genograma e ecomapa no estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças e adolescentes. In: Dias, A. C. G. & Rosa, E. *Metodologias de pesquisa e intervenção com crianças, adolescentes e jovens* (pp. 65-100). Vitória: Edufes.
- Nascimento, M. L, Lacaz, A. S. & Travassos, M. (2010). Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: Percursos do ECA. *Aletheia*, 31, 16-25.
- Nery, Maria Aparecida (2010). A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser pensada pela escola. *Caderno Cedes*, Campinas, 30(81), 189-207. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- Neto, J. A. S; Strey, M. N. & Magalhães, A. S. (2011). Sobre as motivações para a conjugalidade. In Wagner, A. *Desafios Psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões* (pp.39-57). Porto Alegre: Artmed.
- Nunes, M. F. O., Noronha, A. P. P. & Ambiel, R. A. M. (2012). Entrevistas devolutivas em pesquisa em avaliação psicológica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 200-211.
- Oishi, J. M. (2013). *A adoção e o adotável: do desbotar da memória à (des) construção da filiação*. Dissertação de mestrado não publicada. Instituto de Psicologia, USP. São Paulo.
- O'Neill, D., McAuley, C. & Loughran, H. (2014). Post-adoption reunion sibling relationships: factors facilitating and hindering the development of sensitive relationships following reunion in adulthood. *Child and Family Social Work*, 1-10.

- Oliveira, M. A. M. (2012). *Gravidez tardia: bem-estar subjetivo e percepção da gestação*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRGN, Natal, RN.
- Oliveira, M. L. S., Magalhães, C. M. C. & Pedroso, J. S. (2013). Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 5(9), 22-36.
- Oliveira, S. V. & Próchno, C. C. S. C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (1), 62-84.
- Oriente, I. & Souza, S. M. G. (2007). Viver em abrigo: com a palavra, a criança. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(1), 106-116.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto latino-americano. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum.*, 19(3), 475-486.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: Experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 55-63.
- Ouzoux-Teffaine, O. (2004). *Enjeux de l'adoption tardive: nouveaux pour la clinique*. Ramonville Saint-Agne: Edition Ères.
- Pace, C. S. & Zavattini, G. C. (2010). Adoption and attachment theory' the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child: Care, health and development*. 37(1), 82-88.
- Palacios, J., Román, M. & Camacho, C. (2010). Growth and development in internationally adopted children: extent and timing of recovery after early adversity. *Child: care, health and development*, 37(2), 282-288.
- Palacios, J.; Sánchez-Sandoval, Y. & León, E. (2004). *Adelante com la adopción*. Universidad de Sevilla: Junta de Andalucía - Consejería para la Igualdad y Bienestar Social.

- Recuperado em 10 de maio, 2017, de http://www.juntadeandalucia.es/igualdadybienestarsocialopencms/system/bodies/Infancia_Familia/Publicacion/Adelante_con_la_adopcion/Adelante_con_la_adopcion.pdf
- Peiter, C. (2011). *Adoção: vínculos e rupturas do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagodoni.
- Pereira, C. & Schimanski, E. (2013). Família, gênero e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza. *Revista Magistro*, 8 (2), 163-179.
- Prada, C. G. & L. N. D. (2006). O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. *Revista de Psicologia da UNESP*, 5(1), 1-12.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256.
- Preto C. R. S. & Franco, G. A. (2013). A avaliação psicossocial para pretendentes à adoção: da obrigatoriedade legal à reflexão e preparação ao projeto adotivo. *Arch Health Invest.*, 2 (supl.2 - proceedings of the 4º sim saúde/annual meeting).
- Reinoso, M. Pereda, N., Dries, L. V. & Forer, C. G. (2013). Internationally adopted children's general and adoption-specific stressors, coping strategies and psychological adjustment. *Child and Family SocialWork*, 21 (1), 1-13.
- Reverbel, C. M. F. (1996). Desinstitucionalização: a construção de cidadania e a produção de singularidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 16 (1), 4-11.
- Rocha, C. X. & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (7), 3285-3296.
- Rocha, E. A. C. (2008). Por que ouvir as crianças? Algumas questões para o debate científico multidisciplinar. In Cruz, S. H. V. (Org.) *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas (pp. 45-51)*. São Paulo: Cortez.

- Rodrigues, L. & Hennigen, I. (2014). Visibilidades da adoção: interrogando estratégias e práticas sociais. *Psicologia Argumento*, 32 (76), 93-103.
- Rosa, D.B. (2008). A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Revista Psicologia Clínica*, 20 (1), 97-110.
- Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R., Matos, J. R. & Santos, J. R. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361-368.
- Rosa, E. M. & Tudge. (2013). J. Urie Bronfenbrenner's theory of human development: It's evolution from ecology to bioecology. *Journal of Family Theory & Reviews*, 243-258.
- Rossato, J. G. & Falcke, D. (2017). Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. *Revista da SPAGESP*, 18(1), 128-139.
- Rossetti-Ferreira, M. C. & Oliveira, Z. M. (2009). Um diálogo com a sociologia da infância a partir da Psicologia do Desenvolvimento. In: Muller, F & Carvalho, A. M. A. *Teoria e prática na pesquisa com crianças: Diálogos com Willian Corsaro* (pp. 59-70). São Paulo: Cortez.
- Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Prefácio. In: *Conversando com crianças sobre adoção* (pp. 19-21). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, M. A., Raspantini, R. L., Silva, L. A. M. & Escrivão, M. V. (2003). Dos laços de sangue aos laços de ternura: o processo de construção da parentalidade nos pais adotivos. *Psicologia: Revista da Vetor Editora*, 4(1), 14-21.
- Santos, Y. G. S., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2013). Homoparentalidade masculina: revisão a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 572-582.
- Santos, V. A. & Costa, L. F. (2011). A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 529-537.

- Sarmiento, M. J. (2005). Crianças: educação, culturas e cidadania activa: Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. *Perspectiva*, 23(01), 17-40.
- Sarti, C. A. (1992). Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicologia USP*, 3 (1/2), 69-76.
- Sbicigo, J. B. & Dell’Aglío, D. D. (2012). Family environment and psychological adaptation in adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(3), 615-622.
- Schettini Filho, L. (2009). *Pedagogia da adoção: criando e educando filhos adotivos*. Petrópolis, Vozes.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A. & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.
- Schweiger, W. K. & O’Brien, M. (2005). Special needs adoption: An ecological systems approach. *Family Relations*, 54(4), 512-522.
- Segalín, A. (2013). Serviço social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção. *Serviço Social e Sociedade*, 115, 581-594.
- Sequeira, V. C. & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 69-78.
- Silva, A. M. & Kimmelmeier, V. S. (2010). Vivências de famílias que adotaram pré-adolescentes e o mito da adoção tardia. *Humanit. Sci.*, 18 (2), 97-112.
- Silva, C. L. & Benetti, S. P. C. (2015). Adoção da criança maior: Um estudo do processo filiativo. *Estudos de Psicologia*, 32(1), 121-127.
- Silva, J. A. (2009). *Adoção de crianças maiores: Percepções e vivências dos adotados*. Dissertação de mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Belo Horizonte, MG.
- Silva, J. A. (2010). Adoção de crianças maiores: Percepções e vivências dos adotados. *Psicologia em Revista*, 16(2), 434-436.

- Silva, L. C. (2011). *Processo de filiação: um estudo de adoção de crianças maiores*. Dissertação em Mestrado não publicada. Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio dos Sinos, Unisinos, São Leopoldo, RS.
- Soares, N. F., Sarmiento, M. J. & Tomas, C. (2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances: estudos sobre educação*, 12(13), 49-64.
- Souza, D. C. & Freitas, R. F. (2017). Adoção homoafetiva e a aceitação social do novo modelo de família. *Revista Desenvolvimento Social*, 20(1), 161-176.
- Souza, H. P. (2012). *Adoção tardia: Devolução ou desistência do filho? A necessária preparação para adoção*. Curitiba: Juruá.
- Supremo Tribunal Federal [STF]. Voto do relator. Recuperado em 03 de julho, 2017, de <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4277revisado.pdf>
- Trindade-Salavert, I. (2010). Subjetividades que se interligam: adotantes, adotados e intermediários. In: Trindade-Salavert, I. *Os novos desafios da adoção (pp. 163-182)*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Vargas, M. M. (1998). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M. & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paideia*, 19 (43), 221-229.
- Waylen, A. & Stewart-Brown, S. (2009). Factors influencing parenting in early childhood: A prospective longitudinal study focusing on change. *Child: care, health and development*. 36(2), 198-207.
- Weber, L. N. D. (2005). *Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Juruá.
- Wendt, N. C. & Crepaldi, M. A. (2007). A Utilização do Genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 302-310.

- White, K. R. & Wu, Q. (2014). Application of the life course perspective in child welfare research. *Children and Youth Services Review*, 46, 146-154.
- Whiteman, S. D., McHale, S. M. & Soli, A. (2011). Theoretical perspectives on sibling relationships. *Journal of Family Theory & Review*, 3, 124–139.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- Young, A. (2012). Choosing intercountry adoption: an Australian study of the motivations and attitudes of intending and recent adoptive parents. *Australian Journal of Social Issues*, 47(2), 221-241.
- Zanetti, S. S., Oliveira, R. R. & Gomes, I. C. (2013). Concepções diferenciadas de família no processo de avaliação de pretendentes à adoção. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 34 (1), 17-30.
- Zarias, A. (2010) A família do direito e a família no direito: a legitimidade das relações sociais entre a lei e a Justiça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74), 61-76.

APÊNDICE A**Roteiro da Entrevista Semiestruturada com os pais das crianças – Momento 1**

Nome dos pais: _____

Aplicador: _____

Data da aplicação: _____

Início: _____ Término: _____

- 1) Em que momento da vida vocês pensaram em adotar?
- 2) O que motivou-os a adotar?
- 3) Vocês compartilharam esse desejo com suas famílias? Como eles reagiram?
- 4) Quanto tempo depois de pensar em adotar vocês fizeram o cadastro da adoção?
- 5) Como foi esse processo? (tempo; quem teve iniciativa, etc)
- 6) Como vocês se sentiram a partir do momento que fizeram o cadastro?
- 7) Vocês tiveram algum preparo específico para adoção? Quais?
- 8) Quais expectativas vocês tinham sobre a adoção?
- 9) Qual era o perfil inicial da criança esperada? Houve mudança no perfil?
 9. a.) Como se deu essa alteração?
- 10) Houve alguma conversa prévia com as crianças sobre a adoção? Como elas reagiram?
- 11) Como foi a chegada das crianças? (Explorar como a chegada de cada criança).
- 12) Como foi a adaptação das crianças à casa e à rotina da família?
- 13) O que mudou na rotina da família com a chegada das crianças?
- 14) A partir de quando vocês passaram a sentir pai e mãe das crianças? Houve diferença nesse sentimento em relação a cada um dos seus filhos?
- 15) Como elas os chamam hoje? Como vocês sentem em relação a isso?

APÊNDICE B**Roteiro de Entrevista com os pais – Momento 2 (individual)****Eixo temático: Adaptação e vinculação com cada criança**

Pai: () Mãe: ()

Aplicador: _____

Data da aplicação: _____

Início: _____ Término: _____

- 1) Conte sobre os aspectos que chamou sua atenção em relação à adaptação de cada um dos seus filhos ao novo ambiente familiar.
- 2) No atual momento, o que você considera mais marcante? (Explorar em relação a cada criança).
- 3) Quais são as suas características que você acredita ter contribuído com a interação entre você e seus filhos?
- 4) Quais características de cada um de seus filhos você considera ter contribuído para o estabelecimento de relações familiares significativas?
- 5) Houve algo que representou algum tipo especial de desafio durante esse processo inicial de convivência entre você e as crianças?
- 6) Você percebe alguma mudança no desenvolvimento de cada um deles, do momento da inserção até a atualidade? Quais mudanças?
- 7) Você percebe alguma mudança em você, a partir da adoção?
- 8) Quais são suas expectativas para o futuro em relação aos seus filhos?
- 9) Se pudesse enviar uma mensagem aos postulantes à adoção, o que você diria?

APÊNDICE C**Roteiro de Entrevista com as Crianças Adotivas – Momento 1****Eixo temático: Integração comunitária/escolar**

Nome da criança: _____

Aplicador: _____

Data da aplicação: _____

Início: _____ Término: _____

- 1) Você está em que série?
- 2) Antes de vir para sua nova família, você estudava?
- 3) Qual é sua série e que horas você estuda agora? Qual é o nome da sua escola?
- 4) Como foi para você estar na escola nova?
- 5) Como é a rotina na escola nova em relação a quem auxilia com uniforme, dever de casa e atividades? Como você vai e volta para a escola?
- 6) Você traz amiguinhos para brincar na sua casa? Em que parte da casa vocês brincam?
 6. a) Caso a resposta seja positiva: Como sua família recebe seus amigos?
 6. b) Caso a resposta seja negativa: Como você faz para brincar com eles?
- 7) Imagine que você está na escola e está chateado porque aconteceu algum problema. Quem seria a primeira pessoa com quem você gostaria de conversar sobre isso?
- 8) Imagine que você está na escola e que acontece algo muito bom e especial. Quem seria a primeira pessoa com quem você gostaria de conversar sobre isso?

APÊNDICE D**Roteiro de Entrevista com as Crianças Adotivas – Momento 2****Eixo temático: Adoção**

Nome da criança: _____

Aplicador: _____

Data da aplicação: _____

Início: _____ Término: _____

- 1) O que você sentiu quando soube que seria adotado? (Explorar se a criança ficou feliz. Se sentiu algum medo).
- 2) E quando soube que seria adotado com seus irmãos?
- 3) O que você pensou sobre sua nova família? Como você imaginou que seria sua nova família? (Características da mãe, do pai e outros. Característica da casa).
- 4) Como você ficou sabendo que seria adotado por essa família? Você conversou com seus irmãos sobre isso?
- 5) Conte-me como foi o seu primeiro dia aqui. Quem te trouxe aqui? Quem te recebeu? O que te falaram?
- 6) Como foram suas primeiras noites nessa casa nova? (explorar quem deu suporte nesse momento e o que a criança sentiu)
- 7) Como foram os dias seguintes? Como você se sentia com o passar dos dias?
- 8) Como você chamava _____ e _____ quando você chegou (pais adotivos)?
 8. a.) Como você os chama hoje?
 8. b.) A partir de que momento aconteceu essa mudança?
 8. c.) Por que você acha que você passou a chamá-los assim?
- 9) Tem alguma coisa que você quer me falar que eu não te perguntei?

APÊNDICE E**Roteiro de Entrevista com as Crianças– Momento 3****Eixo temático: Convivência familiar.**

Nome da criança: _____

Aplicador: _____

Data da aplicação: _____

Início: _____ Término: _____

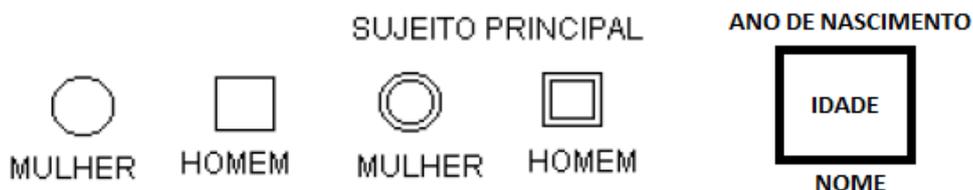
- 1) Como é a hora de acordar e tomar café da manhã? Quem está em casa nessa hora?
- 2) Como é a hora de se preparar para ir à escola? Quem está em casa nessa hora?
- 3) Conte-me sobre a hora em que chega em casa? Quem te recebe?
- 4) Na hora de fazer as tarefas, você pede ajuda a alguém? A quem?
- 5) O que você gosta de fazer nas horas livres? Você chama alguém para estar com você nessas horas? Quem?
- 6) Como é a hora de dormir? Quem cuida de você nessa hora?
- 7) Você já acordou à noite com medo de alguma coisa? Você procurou alguém?
- 8) Conte um pouco o que você gosta de fazer no final de semana e quem são as pessoas da família que estão com você nessa hora.
- 9) Na hora em que você faz alguma coisa considerada errada, quem te corrige?
(Explorar de que forma ocorre a repreensão e o que a criança pensa nessa hora)
- 10) E quando você faz algo considerado bom, alguém te elogia? (Explorar como ocorre o elogio e o que a criança pensa nessa hora).
- 11) Conte um dia em que aconteceu algo que te deixou triste, a partir do momento que você chegou à nova família. (explorar se a criança compartilha esses sentimentos com alguém).

- 12) Conte um dia em que aconteceu algo que te deixou feliz, a partir do momento que você chegou à nova família. (explorar se a criança compartilha esses sentimentos com alguém).
- 13) Quais são as suas características que você acredita ter contribuído com a interação entre você e seus pais?
- 14) Há alguma característica sua que você acredita ter dificultado em alguma coisa?
- 15) Quais características de cada um deles (do seu pai e da sua mãe) você considera ter contribuído para que você se sentisse fazendo parte dessa nova família?
- 16) Há alguma característica do seu pai que você acredita ter dificultado em alguma coisa? E na sua mãe?
- 17) Se pudesse dizer algo às famílias que desejam adotar o que você diria?

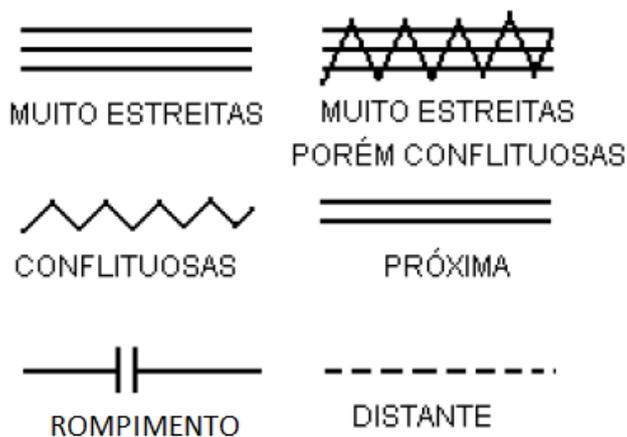
APÊNDICE F

Genograma

Legenda para o Genograma



RELAÇÕES INTERPESSOAIS



Perguntas norteadoras:

- 1) Tem mais alguém que você gostaria de inserir nessa figura?
- 2) Como é o seu relacionamento com cada uma destas pessoas? (explorar o que fazem juntos, como a criança se aproxima dessas pessoas, como se sente, se há conflitos).
- 3) Como você vê os relacionamentos entre as outras pessoas que você colocou no desenho?
- 4) Tem alguma coisa que você gostaria que fosse diferente? O quê?

APÊNDICE G

Diretrizes para aplicação do Diário de Campo

A utilização do diário de campo ocorrerá na residência dos participantes, durante o tempo que durar a entrevista e aplicação dos outros instrumentos, momentos nos quais serão observados:

- 1) A inscrição simbólica da criança no ambiente (como exposição de fotos, brinquedos, objetos de uso pessoal da criança).
- 2) A maneira como a criança circula e manipula objetos no ambiente.
- 3) Aspectos não-verbais da interação da criança e familiares de seu microsistema.

APÊNDICE H

Termo de consentimento livre e esclarecido

Senhores Pais,

Estamos realizando uma pesquisa sobre a experiência e as interações de famílias adotantes e de crianças que foram adotadas. A sua participação e a do seu filho/sua filha consistirá em responder a entrevistas que serão gravadas em áudio. As entrevistas tratarão de aspectos relacionados ao processo de adoção e às interações da criança com os pais e irmãos na nova família. Também serão utilizadas atividades lúdicas ao longo da interação da pesquisadora com as crianças. A coleta de dados com a criança será realizada através de três visitas domiciliares, que estão programadas para ocorrer durante 1 hora, cada.

Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. As informações obtidas através das entrevistas serão analisadas para auxiliar, no futuro, as famílias que vivenciam a adoção, despertando reflexões sobre a forma de exercer ou ampliar a parentalidade. Os dados obtidos serão guardados no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES e destruídos após o período de cinco anos. A sua participação e a de seu (ua) filho(a) é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. É possível que algumas questões relacionadas a experiências de vida possam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, será realizado um intervalo ou a interrupção da entrevista. Caso seja necessário, a criança será encaminhada para algum serviço que ofereça atendimento psicológico. Não há nenhuma forma de compensação financeira decorrente da participação neste projeto. A sua colaboração é muito importante. As pesquisadoras responsáveis por esta pesquisa são a Profa. Célia Regina Rangel Nascimento e Ivy Campista Campanha de Araujo, pertencente ao quadro de professores da UFES e ao curso de Mestrado em Psicologia do referido Departamento, respectivamente. Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através dos telefones 4009-7645 e 4009-2505.

Autorização: Eu _____ (nome do responsável pelo participante) fui informada (o) dos objetivos e da justificativa desta pesquisa, sobre a experiência e as interações de famílias adotantes, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar da pesquisa e concordando também que meus filhos/minhas filhas participem do referido estudo.

Autorizo minha participação e a dos meus filhos/minhas filhas neste estudo

() sim () não

Assinatura do responsável: _____ Data ___/___/___

Assinatura da Pesquisadora: _____ Data ___/___/___

APÊNDICE I

Termo de assentimento livre e esclarecido

Às Crianças,

Estamos realizando uma pesquisa sobre a experiência e as interações de famílias adotantes e crianças que foram adotadas. Esperamos que em sua participação você possa responder algumas perguntas com a autorização dos seus pais. As perguntas contidas nas entrevistas tratarão de assuntos relacionados ao processo de adoção e às suas interações com sua nova família. Está prevista a realização de três entrevistas, que serão gravadas em áudio e espera-se que cada entrevista dure, em média, 1 hora. Durante as entrevistas, também serão utilizadas atividades lúdicas ao longo da interação da pesquisadora com você.

Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. O que você me contar não será revelado aos seus pais. As informações obtidas através das entrevistas serão analisadas para que se possa, no futuro, auxiliar outras crianças que também vivenciam a adoção. Os dados obtidos através das entrevistas serão guardados no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES e destruídos após o período de cinco anos. Sua participação é voluntária, o que significa que você participa só se você quiser e pode pedir para que a pesquisa seja interrompida em qualquer momento, sem que você seja punido (a) ou prejudicado (a). Pode ser que algumas questões relacionadas a tudo o que você vivenciou e vivencia causem sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, você poderá solicitar para realizar uma pausa ou até mesmo pedir para interromper a entrevista. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado para algum serviço que ofereça atendimento psicológico e te dê suporte para lidar com esses sentimentos.

Não há nenhuma forma de compensação financeira por participar deste projeto, ou seja a universidade onde estudo não oferece brindes, nem prêmios às crianças que participam das pesquisas, mas sua colaboração é muito importante. As pesquisadoras responsáveis por esta pesquisa são a Profa. Célia Regina Rangel Nascimento e Ivy Campista Campanha de Araujo. A professora Célia é pertencente ao quadro de professores da UFES e eu sou aluna do curso de Mestrado em Psicologia, também da UFES. Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através dos telefones 4009-7645 e 4009-2505.

Autorização:

Eu _____ (nome do participante) fui informado(a) dos objetivos e da justificativa desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o assentimento de participação na pesquisa em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu assentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Assinatura do participante

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora

Data __/__/__

APÊNDICE J

Submissões

Informo que os dados ilustrados nessa pesquisa já foram parcialmente utilizados para produção de outros textos, artigos e capítulos, sendo que um deles foi publicado recentemente. As submissões estão discriminadas a seguir:

1. Psicologia em Revista – PUC MG. Submetido em 12/07/2016. Pedido de reformulação em 26/10/2016. Reenvio em 16/11/2016.

Título: *Integração à nova família na adoção tardia: a perspectiva da criança*

No presente artigo foi realizado um pré-teste dos instrumentos propostos no projeto de qualificação para o mestrado. A pesquisa foi realizada com uma família que tinha uma filha biológica e havia adotado uma menina de seis anos, inserida na família há um ano.

Foi submetido com as seguintes coautorias: Araujo, I. C. C., Broetto, C. & Nascimento, C. R. R.

2. Livro: Psicologia, Justiça e Direitos Humanos. Rosa, E. M. & Avellar, L. Z. (2017). São Paulo: Juruá.

Título do capítulo: *O direito à convivência familiar a partir da adoção: ampliando o entendimento sobre a família.*

Neste capítulo discutiu-se que é preciso pensar a família de forma ampla para garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi abordada a convivência familiar a partir da adoção, mais especificamente a partir da adoção tardia e da adoção homoparental.

O trabalho teve as seguintes coautorias: Nascimento, C. R. R., Araujo, I. C. C. & Biasutti, C.

3. SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. Submetido em 02/05/2017 e encontra-se em avaliação.

Título: *Desafios éticos e metodológicos em pesquisa com famílias e crianças no contexto da adoção.*

O presente artigo foi elaborado a partir da análise sobre aspectos contidos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 que foram considerados pertinentes na abordagem da família e da criança adotiva. Alguns aspectos foram ilustrados a partir da utilização dos instrumentos aplicados durante a pesquisa realizada para a dissertação, uma vez que o levantamento de dados junto a crianças demanda cuidados específicos, especialmente, no contexto da adoção.

Foi submetido com as seguintes coautorias: Araujo, I. C. C., Nascimento, D. B. & Nascimento, C. R. R.